



Anais da Assembléia

Nº 79

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 30 DE JUNHO DE 1976

ANO II

2.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.^a LEGISLATURA

ATA DA 116.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1976.

QUARTA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Werner Wanderer e Domício Scaramella.

Às 14 horas é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aguiinaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Püdel, Enéas Faria, Ernesto Dal'Oglio, Ernesto Gnoato, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA,

destinada à apreciação de vetos governamentais.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão extraordinária anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Não há expediente a ser lido. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Senhores Deputados.

Em discussão a seguinte proposição.

DISCUSSÃO ÚNICA — da Proposição n.º 187/76, veto aposto ao Projeto de Lei n.º 104/75, de autoria do Deputado Accioly Neto, dispondo sobre a privatividade dos despachantes na mediação das relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná e dá outras providências. Parecer da C.C.J., CONTRÁRIO ao veto por maioria de votos. —

Curitiba, em 19 de maio de 1976.

Ofício n.º 68/76.

Tenho a honra de acusar o recebimento do ofício n.º 09/76, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição que me confere o artigo 47, inciso III, e na conformidade do disposto no § 1.º, do artigo 28, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n.º 104/75, por julgá-lo contrário ao interesse do Estado, em razão dos motivos adiante expostos.

2. Dispõe o autógrafo sobre as funções de Despachante junto ao Departamento de Trânsito.

3. A negativa de sanção ao Plano de Lei em exame decorre de pronunciamento expendido pelo Órgão Estadual de Trânsito, considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, eis que versa sobre matéria recentemente regulamentada através do Decreto n.º 1.158, de 5 de novembro de 1975. Segundo as informações do DETRAN, o Decreto n.º 1.158/75, não só atende plenamente aos superiores interesses daquele órgão, como também consubstancia “as reivindicações

mais legítimas da classe, desde a credenciação do profissional, até o reconhecimento de seus direitos, assim como no que prescreve em matéria de deveres e obrigações e das penas disciplinares às quais está sujeito o seu titular”.

Por outro lado, sendo as disposições do Decreto n.º 1.158/75, posteriores à apresentação do Projeto de Lei em questão, visto que a justificativa de tal projeto refere-se à antiga regulamentação da matéria (Decreto n.º 741/71 - já revogado) fica plenamente evidenciada a inoportunidade da proposição ora vetada.

3. Esses os motivos que me levaram a vetar o Projeto de Lei que, em anexo, restituo a essa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) Jayme Canet Júnior - Governador do Estado.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE - Está V. Exa. com a palavra para discutir.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Em 26 de agosto de 1975, apresentei à deliberação da Casa, projeto de lei dispondo sobre a mediação de serviços entre os Despachantes e o Departamento Estadual de Trânsito. Este projeto vinha atender totalmente a reivindicação da classe dos Despachantes oficiais, no sentido de que esta profissão fosse regulamentada por uma Lei. E, nesse sentido foi que naquela data apresentei à consideração desta Assembléia o Projeto de Lei 104/75, cujo artigo 1.º estabelecia que é privativa do Despachante a mediação nas relações entre o contribuinte e o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná.

Mas, esse mesmo dispositivo fazia uma ressalva, segundo a qual esta exigência contida no artigo 1.º, ficava excluída, em duas hipóteses: 1.º) — É de que as pessoas jurídicas de direito público ou privado, poderiam fazer diretamente ou através de procurador ou representante legal, o seu relacionamento com o Departamento de Trânsito do Estado do Paraná. E da mesma forma, as pessoas físicas, e o objetivo desta ressalva contida no § 1.º, do artigo 1.º, era não tornar obrigatório que a mediação entre o Departamento de Trânsito e o contribuinte fosse feito através e exclusivamente do Despachante oficial.

Propúnhamos no projeto que a titulação do Despachante seria proporcional ao número de veículos registrados em cada município, na razão de um para mil, observando-se porém a titulação de pelo menos dois Despachantes em cada município não excedendo, todavia, a cem.

Posteriormente, em relação a esse dispositivo, apresentei emenda alterando o limite de mil para mil e quinhentos veículos, como número básico para a titulação dos Despachantes. Atendi com emenda a uma nova solicitação da classe dos Despachantes oficiais. E o projeto, no artigo 3.º, trata das condições que se exigiriam para alguém conseguir a titulação de Despachante de Trânsito.

O artigo 5.º estabelecia quais as atribuições do Despachante de Trânsito. O artigo 8.º por seu turno fixava o que era proibido ao Despachante de Trânsito, e o artigo 10.º, dizia o seguinte: “Pela infração de seus deveres profissionais, na esfera administrativa, ficará sujeito o Despachante de Trânsito às seguintes penalidades: Advertência e Repreensão, sem publicidade. Multa até a importância equivalente ao maior salário mínimo vigente no País. Suspensão do exercício profissional até um ano. Cassação da credencial concedida.”

E por derradeiro, o artigo 14, do projeto, fixava os hono-

rários de serviços ao Despachante oficial do Trânsito, em importância não excedente a 20 por cento do maior salário mínimo vigente no Estado do Paraná.

Este projeto foi submetido ao crivo da Comissão de Constituição e Justiça, na qual foi Relator da matéria o eminente Deputado Ezequias Losso, que afirmou o seguinte, em seu Parecer. "A Justificativa que o acompanha nos convence de sua conveniência e oportunidade. Quanto ao aspecto constitucional e legal, nada impede que o mesmo tenha tramitação normal por esta Casa. Nessas condições, nosso Parecer é pela aprovação do plano de Lei em tela".

A justificativa a que alude o eminente Deputado, Relator da Comissão de Constituição e Justiça, é a seguinte. (Lê). "A profissão de Despachante de Trânsito se constitui numa realidade, tendo esta classe prestado ou assinalado serviços à coletividade. No Congresso Nacional, diante dessa realidade, está sendo discutido projeto de lei, estabelecendo diretrizes e organismos disciplinadores da atividade profissional desenvolvida pelo despachante. No Estado, a matéria é regulada pelo Decreto governamental, decreto número 741, de dois de setembro de 1971, cujos dispositivos procuraram em seu controle geral, dar caráter oficial a uma atividade que vinha sendo desenvolvida de há muito em nosso Estado.

Contudo, o Decreto não escapa à precariedade com que é atribuída e reconhecida esta atividade profissional".

- E aqui está Sr. Presidente, Srs. Deputados, o âmago da questão. Entre a regulamentação efetuada por uma lei ordinária e aquela que venha a ser através de um decreto, há uma distância muito grande, há uma diferença assinalada e sobretudo do ponto de vista formal, há entre a lei e o decreto, uma situação que faz com que, o que é regulado pela lei e o que é regulado pelo decreto, se distingue por um aspecto. Isto é, aquilo que, é regulado por uma lei ordinária, votada pelo Poder Legislativo, sempre terá um caráter de permanência e não obstante possa no curso do tempo, em face de alterações decorrentes de uma realidade regente, ser alterado.

E a prova maior de que essa premissa é verdadeira, consiste no fato constatado, de que a profissão do despachante de trânsito vem sendo regulada por decretos governamentais a cada administração que se sucede em nosso Estado.

Porisso nós tivemos ao tempo do Governador Paulo Pimentel, um decreto regulamentando as atividades do Despachante oficial junto ao DETRAN. Posteriormente, sucedido pelo ex-governador Haroldo Leon Peres, nós tivemos um novo decreto regulamentando a mesma atividade mas alterando a regra anterior, criada no Governo Paulo Pimentel.

Finalmente, quando assumiu o atual Governador Jayme Canet Júnior, sobreveio um novo decreto, alterando outra vez, a regulamentação do Despachante oficial junto ao DETRAN. Ora, uma profissão é sobretudo, uma condição de vida. E não o é, apenas na sociedade de hoje, sempre o foi e sempre será. E não pode ser oscilante, isto é, aquele que é Despachante de Trânsito mediante cumprimento de determinadas regras, que lhe fixam atribuições, lhe estabelecem deveres e lhe impõem obrigações, não pode ser isso alterado a cada administração estadual, porque assim a profissão, a rigor, como um conceito de uma atividade permanente, deixa de existir.

O que há é uma função transitória, quase que uma função pública.

E o Despachante de Trânsito não exerce a rigor, uma função pública, ainda que possa, grosseiramente, a tal ser assemelhada.

E dizia ainda essa justificativa: "Assim é que procuramos, através do presente projeto de lei tornar a lei mais estável, dando para os que a exercem, uma verdadeira profissão, com direitos e obrigações, onde estão estabelecidas as condições de capacidade para seu exercício."

E não me furtei, nessa justificativa, a trazer à baila um en-

sinamento de Pontes de Miranda, segundo o qual a lei pode estabelecer pressupostos necessários subjetivos para o exercício do direito de qualquer profissão.

Há direito de livre escolha de profissão; só pode ser a profissão escolhida se se satisfizerem os pressupostos que a lei vier a exigir.

Exatamente por isso é que também a Comissão de Finanças, ao opinar sobre a matéria, pronunciou-se favoravelmente, tendo em vista Parecer do eminente Deputado Gilberto Carvalho examinando a matéria e a justificativa que a acompanha, vemos que o projeto visa, de fato, sustentar e fortalecer, a legislação vigente que ora regula as funções de Despachante, em nosso Estado.

Aprovado o projeto por esta Casa, encaminhado a S. Exa. o Sr. Governador do Estado, este, todavia, veio a vetar integralmente o projeto.

E o veto apostado ao projeto está assim fundamentado:

"A negativa de sanção ao plano de lei em exame decorre do pronunciamento expandido pelo Órgão Estadual de Trânsito, considerando a medida inoportuna e contrária aos interesses da Administração, eis que versa sobre matéria recentemente regulamentada através do Decreto 1158, de 5 de novembro de 1975. Segundo as informações do DETRAN, o Decreto 1158/75, não só atende plenamente aos superiores interesses daquele órgão, como também consubstancia "as reivindicações mais legítimas da classe, desde a credenciação do profissional, até o reconhecimento de seus direitos, assim como no que prescreve em matéria de deveres e obrigações e das penas disciplinares às quais está sujeito o seu titular".

Como se vê, S. Exa., o Sr. Governador, em que pese o respeito que se lhe merece pela argumentação que traz no veto, acaba por cometer um pequeno equívoco.

É que só pode contrariar os interesses da administração o projeto de lei que regula matéria pertinente à Administração Pública.

No caso deste projeto, os interesses que, eventualmente, pudessem ser contrariados dizem respeito aos despachantes. No entanto, não foram eles ouvidos pelo Sr. Governador do Estado. O único a ser ouvido foi o Departamento Estadual de Trânsito. Mas, não diz S. Exa., o Sr. Governador, quais foram os interesses contrariados, quais os interesses do Departamento Estadual de Trânsito que foram contrariados.

Já afirmei, em Parecer submetido a esta Casa, em outra oportunidade, ainda baseado no jurista Pontes de Miranda, quando o veto não é fundamentado ele não é veto. É simplesmente o cumprimento de uma formalidade que não deve, inclusive, ser aceita pelo Poder Legislativo. É bem verdade que a Constituição Estadual, assim como a Federal, dá ao Governador a capacidade de vetar os projetos de lei oriundos da Casa Legislativa, sob o pressuposto de que ele contraria os interesses do Estado. Ora, não basta apenas alegar que determinados projetos de lei contrariam os interesses do Estado. É preciso especificar e detalhar quais são os interesses do Estado que são contrariados pelo projeto de lei em exame.

E não é, data vênica, o que ocorre em relação a este projeto. Primeiro, porque ele, efetivamente, não regula matéria de interesse da administração. Portanto, não poderia, sob esse prisma, ferir qualquer interesse do Estado.

Em segundo lugar, limitou-se o Sr. Governador à laudatória afirmativa, de que o projeto venha a ferir interesses do Estado. Porém, não diz, especificamente, quais os interesses. Por esta razão, esse veto não pode ser aceito. E não foi por outra razão que a douta Comissão de Constituição e Justiça, aprovando o parecer do eminente Relator Deputado Deni Schwartz, entendeu de rejeitar esse veto. Porque, no parecer, o Relator deixou bem explícito o seguinte: "Queremos salientar que a matéria, data vênica, as alegações justificativas do veto, versa sobre a atividade profissional do Despachante junto ao De-

tran, e não simplesmente sobre a regulamentação dessa atividade.

Outro ponto a ponderar, vem a ser de que o projeto apresentado, representa uma reivindicação das mais justas da classe, que preconiza seja a sua atividade profissional definida em termos de uma Lei específica, o que lhe dará uma situação mais estável.

Basta uma leitura mais apurada na justificativa que acompanha o projeto para se ter uma visão mais concreta dos objetivos que o mesmo visa atingir, não nos convencendo as alegações apresentadas pelo Chefe do Poder Executivo na apresentação do veto."

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Esta Presidência alerta o nobre Deputado que faltam 5 minutos para o término da sessão extraordinária.

O SR. ACCIOLY NETO — E a Mesa me concede quanto tempo?

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Se V. Exa. desejar, os 5 minutos que são de direito.

O SR. ACCIOLY NETO — O aspecto fundamental, pois, gira em torno de dois aspectos, de duas situações, que são relevadas tanto no parecer da Comissão de Constituição e Justiça, pela rejeição do veto, quanto na justificativa do projeto. Uma delas diz respeito aos objetivos a que se propõe a lei, que é o de dar estabilidade e, portanto, permanência, às atividades profissionais do despachante junto ao Departamento Estadual de Trânsito, e a outra situação diz respeito ao relacionamento que há entre os despachantes e o Departamento Estadual de Trânsito.

No que respeita à exigência de uma lei para regulamentar uma atividade profissional, me parece ponto absolutamente pacífico, que deve ser a tese vencedora.

Primeiro, porque somente a lei, volto a repetir, é que tem o condão de oferecer a qualquer matéria que a regule a necessária estabilidade para que possa, como norma de Direito, ser imposta e, mais do que isto, vir a ser respeitada.

O Decreto, infelizmente, não tem esta condição, pelo contrário. E este caso dos Despachantes é a melhor prova de que pode ser modificado a qualquer hora a bel prazer daquele que tem a competência para baixar o Decreto.

Anteriormente afirmara eu, que a função de Despachante de Trânsito, de certa forma, é assemelhada a uma função pública e esta similitude decorre, sobretudo, da circunstância de que a atividade do Despachante se verifica junto ao órgão público. É claro que se temos uma relação tão direta, tão íntima entre uma atividade profissional e um órgão público, é indispensável que o diploma legal, que venha a regular este relacionamento, seja uma lei e não um decreto. Haveria, até, no meu modo de entender, muito mais interesse do Governo em ter uma lei...

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Comunico ao nobre Deputado que faltam apenas 30 segundos para o encerramento desta sessão.

O SR. ACCIOLY NETO — Como não me resta mais tempo, Sr. Presidente, e tendo em conta que a sessão de hoje é a derradeira deste primeiro Período da segunda Legislatura, solicito esclarecimento à Mesa se o presente veto será objeto de apreciação no segundo período, em agosto.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — V. Exa. acaba de esclarecer.

Esta Presidência encerra a presente sessão extraordinária assegurando a palavra a V. Exa. na primeira sessão extraordinária após o recesso, quando voltará à pauta, em discussão, a Proposição 187/76, veto apostado ao Projeto de Lei 104/76.

O SR. ACCIOLY NETO — Agradeço a V. Exa.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) — Declaro encerrada a presente sessão extraordinária.

Levanta-se a sessão.

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA

ATA DA 117.ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 1976.

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Del Ciel, secretariada pelos Senhores Deputados Luiz Carlos Zuk e Dácio Leonel.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Paulo Camargo, Gabriel Sampaio, Del Ciel, Aginaldo Pereira Lima, Maurício Fruet, Fidelcino Tolentino, Leopoldo Jacomel, Accioly Neto, Adalberto Daros, Alfredo Gulín, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, Deni Schwartz, David Federmann, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Gnoato, Ernesto Dal'Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Ivan Rüppel, Ivo Thomazoni, Jayme Rodrigues Carvalho, João Cioni Neto, José Domingos Scarpelini, Jorge Sato, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Carlos Zuk, Luiz Roberto Soares, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Quielse Crisóstomo, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SETOR DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ.

Ofício n.º 77. CPL. Curitiba, 28 de junho de 1976.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de, na forma do Regimento Interno e na conformidade com as disposições constitucionais vigentes, encaminhar a Vossa Excelência os Autos do Inquérito desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre o setor de Educação no Estado do Paraná, constituída mediante requerimento firmado por 26 Deputados.

Ao apresentar o seu Relatório Final, para conhecimento do Plenário desta Casa e medidas cabíveis, quer esta Comissão salientar que, ao encerrar os seus trabalhos, no prazo estabelecido, concluiu o inquérito que está contido em seis Pastas numeradas, com o total de 1665 páginas, tendo ainda ouvido 29 depoimentos e expedido 76 ofícios diversos.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência os protestos de consideração e apreço.

(a) JORGE SATO — Presidente

À Sua Excelência o Senhor

DEPUTADO PAULO CAMARGO

Presidente da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
N/EDIFÍCIO

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOBRE O SETOR DE EDUCAÇÃO NO ESTADO DO PARANÁ I - HISTÓRICO

Estribados no disposto pelo art. 19, da Constituição do Estado, vinte e tres senhores deputados, tendo à frente o operoso deputado JOSÉ ANTONIO DEL CIEL, obtiveram, na sessão

de 09 de setembro de 1975, do plenário desta Assembléia Legislativa, a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito, destinada a apurar, no setor de educação, as possíveis irregularidades apontadas nos considerandos do requerimento.

Em síntese, as irregularidades motivadoras da investigação consistiriam nas seguintes:

1. carência de infra-estrutura - déficit de prédios e mau estado de muitos dos existentes - adequada aos objetivos da educação sistemática;
2. intromissão político-partidária, por intermédio dos chamados comandos regionais, do que resultaria:
 - 2.a. a instabilidade nas funções de professores, diretores e funcionários, passíveis de transferências, remoções, destituições e até de perseguições, caso não pertençam a "determinado partido político";
 - 2.b. a má qualidade do magistério do 1.º grau, em alguns municípios, em virtude do protecionismo partidário, inibidor de qualquer fiscalização;
 - 2.c. o desvio de professores das respectivas funções, com lotação em órgãos estranhos, ferindo o estabelecido no art. 63, do Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado;
 - 2.d. a primazia da indicação: partidária sobre a qualificação e valor profissionais, no preenchimento dos cargos e funções de magistério, direção e inspetorias.
3. O Estado não promove a municipalização ou a ordenação Estado-Município na ação educativa comum;
4. a formação de um quadro suplementar, equivalente em número, ao quadro efetivo, sem um regime jurídico definido legalmente;
5. a existência de centenas de professores lecionando sem conhecer oficialmente as suas reais condições didáticas, portanto sem o controle estatal;
6. a falta de concursos públicos desde 1971, e de promoções, desde 1961, redundando em desestímulo ao professorado, no sentido do aperfeiçoamento e de dedicação aos alunos;
7. a desorganização instalada nos quadros do magistério, que torna imperativa a elaboração do novo Estatuto próprio;
8. infração do dispositivo constitucional (IX, art. 137), que estatui "remuneração condigna aos professores";
9. o cronograma do ensino não oferece ritmo de continuidade em todas as regiões do Estado, sendo inviáveis os sistemas de planejamento da Pasta especializada.

Procedidas, regimentalmente, as indicações dos integrantes da Comissão, pelas respectivas lideranças partidárias da Casa, ou seja, dos Senhores Deputados GILBERTO CARVALHO, JORGE SATO, FABIANO BRAGA CÔRTEZ e este Relator, como efetivos, e DÁCIO LEONEL, JURANDIR MESSIAS, JOÃO CIONI NETO e LEOPOLDO JACOMEL, como suplentes, pela Aliança Renovadora Nacional e dos Senhores Deputados JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL, ENÉAS FARIA e EDILSON ALENCAR, como efetivos, e VALTER PIETRÂNGELO, DENI SCHWARTZ e WALDENÍCIO BARBALHO, como suplentes, pelo Movimento Democrático Brasileiro, no dia 18 de setembro de 1975 realizou-se a sessão de instalação na qual, foram personificados os órgãos da Comissão pela eleição do Senhor Deputado JORGE SATO, como presidente, Senhor Deputado FABIANO BRAGA CÔRTEZ, como vice-presidente e pela designação honrosa deste deputado, como relator geral da matéria.

Por solicitação da Presidência, o ilustre Deputado JOSÉ ANTÔNIO DEL CIEL indicou as matérias a serem estudadas

pela comissão, a fim de colimar os fins pretendidos, destacando:

I - ASSUNTOS PRIORITÁRIOS:

- a. Estatuto do Magistério - remuneração condigna aos Professores. Lista Tríplice. Critérios de Aproveitamento. Carreira para Direção e Inspetorias de Ensino. Promoções.
- b. Professores Suplementaristas - Concurso público para o magistério. Regime jurídico.
- c. Enquadramento na Lei Federal n.º 5692 - Reforma do ensino. Implantação coordenada Estado-Município da atividade de ensino intensivo.
- d. Comandos Políticos - Ingerência Política na Educação.
- e. Funcionalismo do Quadro Educacional - Desvios de Função - Zeladoras (situações e vencimentos).
- f. Ensino Superior - Universidades Estaduais - Situação Financeira, política e administrativa - Aspectos gerais.
- g. Ensino Pago - Geral.
- h. Outros.

II - RELAÇÃO PARA CONVOCAÇÃO.

- a. Prof. Dino Zambenedetti - Presidente da APLNP Londrina;
- b. Prof. Adir de Lima - Assessor do Presidente da App;
- c. Prof. Eduardo Machado - Presidente da APLP - Curitiba e outros;
- d. Reitor Oscar Alves - Universidade Estadual de Londrina
- e. Reitor Rodolfo Purpur - Universidade Estadual de Maringá e outros;
- f. Ex-Secretário da Educação - Deputado Gabriel Sampaio;
- g. Ex-Secretário da Educação - Cândido Martins de Oliveira;
- h. Secretário da Educação - Dr. Francisco Borsari Neto;
- i. Secretário de Finanças - Dr. Jayme Prosdócimo;
- j. Secretário de Recursos Humanos - Dr. Gastão de Abreu Pires;
- l. Secretário do Planejamento - Dr. Belmiro Valverde Jobim Castor;
- m. Presidente da Casa do Estudante Universitário;
- n. Diretores de Departamentos da Secretaria da Educação e Cultura;
- o. Diretores de Departamentos das Universidades, Faculdades;
- p. Presidentes de Diretórios Universitários;
- q. Inspetores de Ensino, Diretores, Professores;
- r. Técnicos no Setor Educacional do Paraná e de outros Estados;
- s. E outros.

Em face da generalidade e conseqüente amplitude das prioridades e convocações propostas pelo ilustre Deputado José Antônio Del Ciel, este Relator submeteu à elevada apreciação da Comissão um roteiro ordenador das suas atividades.

Dada a sua importância, transcrevo o documento na íntegra:

1) - Com ponto de partida para os trabalhos da CPI, devem ser tomados os depoimentos primeiramente das pessoas residentes na Capital, devendo ser ouvidas, desde já, as pessoas indicadas no requerimento do Deputado JOSÉ ANTONIO DEL CIEL, cujo documento estabelece os assuntos principais a serem tratados por esta Comissão.

2) - Fica estabelecido o prazo de 5 (cinco) dias para o comparecimento das pessoas residentes fora da Capital, contados a partir da intimação, a qual será feita com dia e hora certa.

3) - Solicitar-se-ão às autoridades Estaduais ou Federais, informações e elementos que forem considerados necessários ao esclarecimento de qualquer assunto.

4) - As convocações de pessoas residentes fora da Capital, serão feitas somente após a obtenção dos recursos destinados pela Comissão Executiva, facultando-se a convocação de pessoas que, previamente, se proponham a efetuar as despesas às suas expensas.

5)– A Comissão, assim que se considerar devidamente informada a respeito de assunto determinado, dispensará a ouvida de depoimentos sobre o mesmo assunto.

6)– Como a Sessão Legislativa, período ordinário, se encerra no dia 05 de dezembro próximo, e como durante o período de recesso os trabalhos da Comissão serão também suspensos, deverá ser solicitado ao Plenário, que o seu prazo de funcionamento seja prorrogado por 60 (sessenta) dias, contados do início da próxima Sessão Legislativa.

7)– Os últimos 30 (trinta) dias do prazo de funcionamento da Comissão serão reservados exclusivamente para a preparação e discussão do Relatório Geral; prazo este, assim distribuído: 20 (vinte) dias para o Relator apresentar o seu trabalho, e 10 (dez) dias para a Comissão discutí-lo antes de ser encaminhado à Mesa, com ou sem Projeto de Resolução.

8)– Os depoimentos serão tomados na seguinte ordem, que poderá, por deliberação do Presidente, ser alterada:

- a) Dirigentes de Associações de Classes;
- b) Outras pessoas ligadas a Educação;
- c) Técnicos Educacionais que operam na área governamental;
- d) Diretores e Reitores;
- e) Ex-Secretários de Educação e Cultura;
- f) Secretários de Estado.

9)– Deverá haver sobre a Mesa da CPI, lista de inscrições para os Deputados que queiram reinquirir as testemunhas. Os Membros da Comissão farão as suas indagações ou perguntas, independente de inscrições.

10)– Os casos omissos serão resolvidos pelo Presidente da Comissão que observará as normas gerais de direito, que possam ser aplicadas.

Assentadas, por essa forma, as metas, as diretrizes e os correspondentes instrumentais, estava a Comissão em condições de dar início à fase de execução de suas tarefas.

É oportuno, neste passo, que se faça o registro de um aspecto legal bastante significativo, na existência deste grupo de trabalho. Trata-se da prorrogação, concedida pelo Plenário da Casa, do prazo estabelecido no requerimento inicial, de cento e vinte para cento e oitenta dias, excetuado o período de recesso entre a primeira e a segunda sessões legislativas, da presente Legislatura. De sorte que a 9 de março do corrente ano, deu-se a sessão de reinstalação da Comissão, pelo prazo de mais sessenta dias, ou seja, até primeiro de maio próximo.

II – A INVESTIGAÇÃO

No dia 14 de outubro de 1975, a Comissão iniciou a tomada de depoimentos, que se prolongaram ao longo dos meses de novembro e dezembro, até o final da sessão legislativa, e março deste exercício, mais precisamente até ao dia 31, quando foram ouvidos os Exmos. Srs. Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES, Secretário dos Recursos Humanos e Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, Secretário da Educação e Cultura.

Os depoentes, após a qualificação, prestavam compromisso legal e, com ampla liberdade, discorriam sobre os temas prioritários, conferindo ênfase aos assuntos de sua especialidade ou sobre os quais possuíssem maiores informações, em razão do cargo ou função desempenhados.

Posteriormente, abria-se a fase do interrogatório, onde os senhores deputados solicitavam maiores esclarecimentos do exposto ou tentavam obter detalhes de aspectos novos das questões, segundo o que pretendiam deixar demonstrado.

Todo esse trabalho, onde não faltou a elogiável cooperação de todos os convidados, ficou registrado em fitas magnéticas e em notas taquigráficas, devidamente convertidas ao vernáculo, que somam a expressiva quantia de mil trezentas e treze folhas datilografadas.

A Comissão se deslocou do recinto deste Poder para a sede da Secretaria da Educação e Cultura, onde, durante a man-

nhã toda, em contacto com o ilustre titular da referida Pasta, colheu as informações valiosas, teve acesso a documentos elucidativos, numa irrefutável prova, tanto da aplicação dos ilustres deputados, quanto da boa vontade sempre comprovada do Dr. FRANCISCO BORSARI NETO em cooperar com esta Casa Legislativa.

Do que se apurou, assim, pretendemos apresentar uma fórmula, tema por tema, na sequência da propositura do nobre Deputado JOSÉ ANTONIO DEL CIEL, para, ao final, alinharmos as conclusões decorrentes da matéria obtida. É inegável que a síntese de cada tópico pretende expressar a média das opiniões, conceitos, juízos de valor e informes, que cada depoente, dentro da sua circunstância, pode oferecer. Rigorosamente dentro desses parâmetros, entende este Relator, deve ser procurada a essência do resultado dos trabalhos da Comissão.

1 – ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

A esta Comissão se deve, de certa maneira, o mérito de haver antecipado a remessa ao Poder Legislativo do projeto do Estatuto do Magistério, porque ela abriu caminho para um debate nos emocional e mais técnico da matéria, como aliás esperava o próprio Poder Executivo.

Sem dúvida, foi uma constante o esforço dos ilustres deputados no sentido de extrair dos depoentes algo que pudessem resultar em contribuição capaz de aperfeiçoar o projeto, ainda na fase de elaboração no âmbito do Executivo e, por outro lado, de criar uma consciência crítica das deficiências do então vigente Estatuto e da situação geral do ensino e do magistério, no seio desta Casa.

Neste tópico, estavam incluídos temas como: remuneração condigna, lista triplícida, critérios de aproveitamento, carreira para direção, inspetorias de ensino e promoções.

É inegável que, tanto pela divulgação dos meios de informação, quanto pela impressão que funcionários depoentes levavam para a área executiva, o trabalho aqui desenvolvido encontrou eco nos meios responsáveis pelas decisões, naquilo que realmente expressava a coincidência entre os interesses do magistério, dos alunos e do Estado.

Não obstante, embora a matéria já se encontre tramitando nesta Assembléia e o debate sobre o seu conteúdo e alcance deve ser remetido para o interior das Comissões Técnicas, e para o Plenário, esta Comissão, ao final, apresenta as sugestões que lhe parecem úteis como subsídio aos eminentes relatores, e aos nobres pares em geral, como orientação técnica. De outro lado, todos quantos participaram deste trabalho enriqueceram o seu cabedal de informações ligadas ao ensino e formaram convicções claras, de modo que, seguramente, poderão acrescentar aos debates, que se ferirão em torno do Estatuto, uma visão bastante realista e autorizada do problema.

No amplo debate a que foi submetida a questão estatutária, realmente vieram à tona dezenas de reivindicações da classe do magistério, formalizadas por seus representantes, e outras tantas cogitações de natureza organizacional, de inegável oportunidade, aduzidas pelos depoentes originários da administração estadual.

Assim, entendemos oportuna a indicação dos elementos sugestivos, após uma triagem levada a efeito sobre o volumoso arquivo de depoimentos.

Pediu-se com insistência a criação de estímulos visando a profissionalização do mestre, ou seja, que o professor consiga auferir da profissão os meios capazes de lhe assegurar uma existência pessoal e familiar digna e, em consequência, condições de se dedicar exclusivamente ao trabalho docente. À baixa remuneração, atribui-se a maioria das distorções existentes no magistério, em especial a evasão de aproximadamente cinquenta por cento do efetivo para outras atividades mais rendosas.

A adoção de mecanismos de acessos graduais, de acor-

do com a qualificação, foi apresentada como a melhor forma de alcançar esse desiderato, pelo estímulo ao estudo, à especialização, enfim, pelo enriquecimento do "currículo" profissional, beneficiando assim tanto aquele que aprimora seu cabedal técnico, científico e cultural, como os alunos e o ensino público, em virtude da melhoria do nível das aulas.

A criação dos cargos e funções previstas pela Lei Federal 5692, de 11 de agosto de 1971, dos assim chamados especialistas em educação, tais sejam: administradores, orientadores, supervisores, dando-lhes oportunidade de trabalho segundo o preparo profissional, esteve sempre em pauta como uma decorrência do imperativo legal hierarquicamente superior, mas sobretudo para conferir operacionalidade, em termos de pessoal, à implantação definitiva e eficaz da reforma do ensino em nosso Estado.

Deu-se extrarodiniária ênfase, com poucas vozes discrepantes, ao método de escolha dos ocupantes dos cargos de Diretor de Estabelecimentos por meio de lista tríplice, formada com a participação de todo o corpo docente da respectiva unidade, fixando-se a duração do mandato por dois anos, permitida uma recondução. Tal processo, além de já ter sido aprovado na prática, dado o seu teor democrático, tem o mérito de diminuir a margem de influência político-partidária, no setor educacional. Por outro lado, tendo em vista evitar a repetição de problemas que afetam o bom andamento da administração educacional, pretende-se que os candidatos a tais cargos possuam habilidade específica, como condição para integrar a referida lista tríplice.

A fim de atender às peculiaridades dos currículos, que não são homogêneos, nem na duração, nem na metodologia, apresentou-se como a melhor solução, a abertura de um leque de cargas horárias, ou seja, o regime de 12, 24 e 36 horas semanais.

Em relação às inspetorias regionais de ensino, a experiência aconselhou as seguintes diretrizes:

- a) redução do seu número e distribuição racional por zonas;
- b) aumento do seu poder decisório, no sentido de descentralizar a administração escolar;
- c) que as sedes se localizem no município-polo da área da respectiva abrangência, em termos de educação.

Outra contribuição digna de nota seria a abolição da exigência do atestado fornecido pelo Departamento de Ordem Política e Social, a não ser para a regência de cadeiras que norma federal exija tal documento, bem como a extinção do atestado da pobreza, passado por autoridade local ao pai ou responsável de aluno que pretenda obter a gratuidade do curso. Referidos atestados, na verdade, cada qual à sua maneira, são fatores de constrangimento para os que dele necessitam. Sabe-se de muitos casos em que professores têm de se submeter desnecessariamente ao crivo da autoridade policial, para completar sua documentação. No respeitante ao carente de recursos, o objetivo é evitar que, ao sofrimento da pobreza, se lhe acrescente a humilhação de ter de fazer prova documentada.

Pensando em termos de regularidade no processo pedagógico, seria desejável se encontrassem meios estatutários de se prender o professor na função e no local de trabalho, para por cobro às permanentes mudanças de professor em disciplinas que exigem continuidade de métodos para a produção de bons resultados. A título de sugestão, predominou a medida tendente a cortar as vantagens ou benefícios, atuais e futuros, dos professores que, excetuadas as hipóteses de designação para cargos ou funções de confiança, no setor da educação, e os afastamentos amparados na lei, se desliguem das atividades docentes.

Por fim, e convictos de que o aprimoramento dos dotes intelectuais é condição essencial para assegurar a elevação dos padrões de qualidade do ensino, os ilustres membros da Comissão acolheram a idéia de se propor a criação de mais dois níveis,

destinados a contemplar o professor pos-graduado, seja, em curso de mestrado ou em curso de doutorado.

Convém observar que se boa parcela destas sugestões talvez façam parte do projeto governamental de Estatuto do Magistério, elas foram exaustivamente debatidas na Comissão, ao tempo em que se elaborava a mencionada propositura, sendo procedentes as declarações do Exmo. Sr. Secretário da Educação e Cultura, Dr. FRANCISCO BORSARI NETO, na derradeira reunião, de que foram de inestimável utilidade as idéias aqui discutidas.

2 – PROFESSORES SUPLEMENTARISTAS

A abordagem deste tópico ficou dividida em duas etapas, separadas pelo advento do Decreto 1495, publicado no Diário Oficial do Estado, de 22 de janeiro de 1976, que veio definir o regime de distribuição e carga horária das aulas suplementares.

Na primeira fase, a tônica das pesquisas se concentrava no exorbitante número de suplementaristas, em comparação com o quadro de professores efetivos, como também do desemparo jurídico em que se encontrariam. Com efeito, os números apontavam entre 80 por cento a 85 por cento de professores naquela categoria, sem um regime jurídico definido. Insistia-se no apontar como causas determinantes dessa inversão, a falta de realização de concursos públicos, que não eram realizados desde 1972, embora existissem aproximadamente duas mil vagas, em todo o Estado.

A razão desse comportamento oficial, seria o interesse político de manter tantos professores sem estabilidade na função, e, assim, controlá-los segundo as conveniências do partido situacionista, por via de pressão exercida por Diretores, Inspectores, Deputados e Prefeitos. Outra razão consistiria no desejo de premiar pessoas residentes na Capital, posto que designadas para lecionar em colégios situados no interior.

Tal situação teria levado um grupo considerável de professores suplementaristas a recorrer, com êxito inicial, à Justiça Trabalhista, onde pleiteia contra o Estado o reconhecimento dos direitos de empregado, assegurados pela Consolidação das Leis Trabalhistas. A ação própria se encontra atualmente em grau de recurso, na superior instância e o causídico, patrocinador da lide, declarou-se plenamente confiante na vitória final e aconselhou o Estado a regularizar, desde logo, a situação empregatícia desses servidores, para evitar prejuízos mais vultosos.

Por seu turno, a versão oficial dava como causa do elevado número de professoras suplementaristas a inconveniência de abrir concurso para o preenchimento de tais vagas, uma vez que a Lei Federal 5692, de 11/08/71, estabeleceu que o ensino de 1.º grau seria gradualmente transferido para a responsabilidade dos municípios, a quem competiria, então, assumir, os encargos do respectivo pessoal docente. Enquanto essa transferência não se consuma, o Estado vem resolvendo o problema pela distribuição de aulas suplementares.

A investigação se encontrava nesta altura, quando adveio o recesso da Assembléia Legislativa, a 5 de dezembro do ano passado.

Dia 22 é editado o Decreto 1495.

Tão logo se instalou a segunda sessão legislativa da presente Legislatura, a Comissão passou a se ocupar do Decreto referido, em todos os seus aspectos. Foram ouvidos novamente os líderes classistas e funcionários da Secretaria da Educação, inclusive os Senhores Secretários da Educação e Cultura e dos Recursos Humanos.

Contrariamente ao Decreto 1495 alinharam-se as seguintes objeções:

- a. O Decreto não pode revogar disposição, da Lei 6508/73, que fixou em 40 o número de aulas suplementares;
- b. Fere a Constituição Federal, art. 99, II, que permite

a acumulação de dois cargos de professor;

c. O suplementarista, não sendo servidor, está fora do alcance legislativo do Estado, que não pode alterar o disposto na legislação trabalhista sobre a carga horária do professor;

d. A carga horária (44) obrigatória para o professor suplementarista seria excessiva e desumana, nesse caso, também prejudicial ao ensino porque o mestre fica sem tempo para corrigir provas e preparar suas aulas;

e. É negado ao professor o direito de petição (art. 8.º, parágrafo único), garantido pela Constituição Federal;

f. O decreto provocaria desemprego em massa;

g. O tempo ininterrupto (art. 13) de exercício no estabelecimento lesa direitos de professor recém-transferido, deslocado para outra área no interesse do ensino e da administração, ou que esteve afastado para realizar cursos de aperfeiçoamento;

h. A carga de 44 horas deve ser desempenhada na disciplina em que o professor é habilitado, e não na área, para se evitar que outros fiquem sem aulas; nessa hipótese, em certas disciplinas como Arte, que tem poucas aulas semanais, digamos duas, para completar a carga horária exigida pelo Decreto, o professor teria que lecionar para vinte e duas turmas, o que é impossível, e também porque teria de correr de um para outro estabelecimento até somar esse número de turmas;

i. Os professores aposentados são injustamente proibidos de ministrar aulas suplementares, enquanto que outros aposentados poderão (art. 16);

j. Fica aberta a possibilidade irregular de leigos aposentados lecionarem (art. 5.º);

k. Os substitutos não adquirem nenhum direito (art. 6.º);

l. Que a sua motivação é político-eleitoral, porquanto se pretendeu conceder majoração de vencimentos à classe dos professores, embora aumentando a carga horária, o que anula o benefício;

m. Houve precipitação na edição do Decreto. Antes, deveria ter sido acionado o Departamento de Assuntos Universitários, no sentido da regularização dos diplomas de professores, oriundos de faculdades não reconhecidas. Estes, apesar de lecionando por prazo as vezes até de dez anos, viram-se postergados por titulados de bem menos tempo de serviço.

Em face de tais ponderações, impor-se-ia a revogação pura e simples do Decreto focalizado.

Favoravelmente ao Diploma Legal opinou-se da seguinte forma:

a. O decreto não revoga, nem poderia, dispositivo da Lei n.º 6508/73 porque esta estabelece que o professor poderá lecionar até 40 aulas, mas não proibe que esse número seja aumentado; além do mais as 44 horas, na realidade, são convertidas em 36 horas/aula, menos portanto do limite contido na mencionada Lei;

b. Não fere o direito constitucional de acumular dois cargos de professor, visto como o disposto na Carta Magna, art. 99, se apresenta, como uma exceção aberta ao princípio geral da proibição de acumular cargo. Apenas como exceção à regra é permitida a acumulação de certos cargos, expressamente designados. Esta abertura constitucional tem por fim atender às demandas do mercado do trabalho, nas áreas onde é escassa a oferta de serviço. Todavia, nesta área, em função da proliferação de cursos voltados para a formação de professores, a exceção já não é legítima como foi outrora;

c. O suplementarista, sendo servidor eventual, pode ter seu regime jurídico estabelecido pelo Estado, segundo dispõem o art. 106, da Constituição Federal;

d. A carga horária de 44 semanais não é desumana, nem excessiva, porque além de ser esta uma antiga reivindicação da classe, ela é distribuída ao longo de seis dias de trabalho, permitindo um regime de trabalho assemelhado aos dos demais

empregados em atividades afins;

e. Não é negado ao professor o direito de petição e, ainda que se pretendesse, a tentativa seria inoperante em face do direito expressamente estatuído na Constituição, cabendo ao Judiciário o restabelecimento do interesse ferido;

f. Não houve, nem haverá desemprego em massa, pois os que faziam "bico" da docência, possuem outras ocupações predominantes, em termos de remuneração;

g. O tempo ininterrupto de serviço inclui os afastamentos no interesse da educação;

h. A carga horária é distribuída na disciplina e não na área;

i. Os professores aposentados são proibidos de dar aulas suplementares porque já não têm mais condições de exercer o magistério, mas não outras atividades. Além disso, a classe do magistério reivindica há muito tempo a aposentadoria aos vinte e cinco anos de serviço, sob o fundamento de que a profissão, acarretando desgaste físico e intelectual, não comporta período produtivo maior. Nesse caso, o próprio professor é quem orienta as autoridades para não levantar uma contradição, em prejuízo da luta pela aposentadoria aos 25 anos.

j. Segundo a legislação vigente, só pessoas habilitadas podem lecionar; assim sendo, o aposentado noutras atividades, porém credenciado para o magistério, está perfeitamente apto a dar aulas;

k. Os substitutos efetivamente não adquirem nenhum direito; esta é norma administrativa válida para o plano federal, estadual e municipal;

l. Se fosse verdadeira a existência de mais de dois mil reclamantes contra o Decreto, tal fato anularia a alegada motivação política do mesmo, face aos efeitos negativos provocados no seio da opinião pública;

m. Há apenas 320 reclamações protocoladas na Secretaria da Educação contra a distribuição de aulas, o que comprova que alguns que combatem o regime de 44 horas devem ter interesse contrariado, porque muitos já vinham lecionando mais do que essa carga horária;

n. A pretensão de diminuir a carga horária em função dos interesses do professor conflita com as conveniências mais altas da educação. Poder-se-ia facilmente chegar ao absurdo de o professor requerer apenas 5 aulas, enquanto que o estabelecimento necessita de maior número;

o. O objetivo central do Decreto foi a profissionalização do professor, dando-lhe maiores possibilidades de viver do mister e pondo fim ao exercício da docência como "bico";

p. Eliminou-se a participação ou influência político-partidária na distribuição de aulas suplementares, ao adotar-se um sistema independente e quase automático de seleção dos suplementaristas;

q. A carga de 44 horas semanais era uma velha reivindicação do magistério, tanto é assim que muitas professoras, que tomaram 20 aulas suplementares, requereram licença-prêmio, ou sem vencimento, do padrão, para poder assumir mais 24 aulas;

r. Que, como toda obra humana, o Decreto não pode ser perfeito, porém algumas dificuldades na aplicação certamente serão resolvidas à medida que surgirem, mediante o critério de conciliar os interesses da educação, do professor e do estabelecimento.

Estes seriam o sustentáculo da decisão inarredável do Exmo. Sr. Secretário Francisco Borsari Neto de não revogar nem agora, nem em futuro próximo, o controvertido Decreto 1.495.

3 – ENQUADRAMENTO NA LEI FEDERAL N.º 5.692

A média das opiniões ouvidas na Comissão, a respeito da adequação do sistema estadual de ensino às diretrizes e bases da educação nacional, consolidadas na Lei Federal 5692,

de 11 de agosto de 1971, revelou que, no Paraná, a reforma não foi de todo implantada e, onde se tentou, os resultados não são animadores.

Nas diversas administrações que se seguiram à vigência da Lei 5.692, houve tentativas de implantar a reforma, através de outros tantos projetos elaborados por técnicos e especialistas, assessorados por órgãos de apoio técnico do Ministério da Educação e Cultura.

Entre marchas e contra-marchas, impôs-se pesado ônus ao ensino paranaense, tanto da rede particular como do sistema oficial, em decorrência do dilema em que os educadores e autoridades se encontraram: o de forçar a reforma ou parar a meio caminho.

Finalmente, o Conselho Estadual da Educação, por orientação do próprio Conselho Federal de Educação e do Ministério da Educação e Cultura cancelou todos os projetos de implantação da reforma, até que as condições de infra-estrutura sejam pelo menos razoáveis, em todo o território do Estado.

Isso porque uma reforma estrutural e de filosofia da educação não se impõe a golpes de decreto, mas segundo um planejamento onde as condições subjetivas da comunidade para absorver e assimilar a inovação avultam como prioritárias. Depois, a qualificação do magistério e, em geral, do pessoal atuante no setor da educação, para poder operar os componentes reformistas; por fim, as bases físicas, instalações e equipamentos adequados a conferir funcionalidade e agilidade aos termos da reforma, entram como requisitos prévios a serem obtidos, sem o que a adoção pura e simples de um novo esquema educacional seria uma aventura fadada ao fracasso. E o que é pior, em prejuízo das populações em idade escolar, sequiosas de qualificação para a vida útil e produtiva de cidadão, inseridos numa comunidade que exige de seus membros a sustentação e a aceleração das conquistas sócio-econômicas.

É justo que se diga que as dificuldades registradas na aplicação da reforma não são nossas, com exclusividade. Esse problema é nacional, tanto assim que hoje existe volumosa bibliografia especializada, resultante da publicação de estudos realizados sobre o impasse da educação brasileira.

Recentemente, aliás, houve na Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal um Seminário Sobre a Problemática da Educação Nacional, realizado em 16 de outubro de 1975 cujo temário demonstrava a preocupação feneralizada entre as autoridades federais de repensar a questão da reforma, temário que foi submetido à apreciação desta Comissão, pelo ilustre deputado ENÉAS FARIA.

Da avaliação que se fez, a nível nacional, vale apenas sublinhar algumas observações, como as que se seguem:

"Embora decorridos quatro anos da vigência da Reforma, pode-se afirmar que, exatamente a área de dependência maior de implantação de orientação inovadora - a de Recursos Humanos pouca alteração sofreu em relação aos padrões tradicionais de sua formação e habilitação. Urge que se revejam os currículos de formação de professores nas Universidades, como no ensino do 2.º grau, de modo a adequá-los aos objetivos do ensino de 1.º grau e às exigências de aplicação tecnológica proporcionadora de melhoria de produtividade do ensino. Igualmente, a habilitação de diretores e supervisores escolares torna-se imprescindível."

"Realmente, embora haja uma inovação muito grande na lei do ensino, embora haja uma inovação significativa para a implantação do ensino de 1.º e 2.º graus, os cursos de formação de professores continuam com os currículos do Império, eu diria assim: Os professores continuam sendo preparados como há cinquenta anos" Mais adiante: "Não creio que tenhamos um bom planejamento educacional, enquanto supervisores, administradores escolares e professores não se constituírem efetivamente nos realimentadores em termos de informação do que ocorre. Não creio que um sistema educacional que não dispõe sequer de

um cadastro do pessoal que trabalha nas escolas possa efetivamente planejar sua orientação educacional por cinco anos, simplesmente porque não existem bases suficientes para o planejamento, e o planejamento educacional não pode, absolutamente, conduzir, somente em termos administrativos de decidir quantas salas de aulas mais quantos alunos mais nas salas de aula, quantas carteiras mais, quantos quadros e giz, quantos professores mais; ele tem que se basear em que tipo de professor, que tipo de carteira, que tipo de sala de aula, que tipo de aluno vai apanhar e o que pode fazer sobre essa condição, para poder conquistar o desejável sistema de ensino" (Cf. Diário do Congresso Nacional - Senado Federal - Seção II - Suplemento 167, de 6-12-75 - pgs. 6.075).

São opiniões de autoridade responsável pela educação a nível federal que, sem rebuscos ou falsos pudores, põe à luz do sol os entraves existentes na introdução da Reforma. A sinceridade do desabafo é tal que a pré-citada Diretoria do Ensino Fundamental do MEC., Prof. ANNA BERNARDES põe em dúvida sobre se realmente existe um "sistema educacional brasileiro" (Ob. cit. - pag. 6.087).

e insuspeita do ilustre Deputado federal ÁLVARO VALLE, que, embora se confesse um adepto da Reforma, declara a certa altura da justificação de projeto de lei proposto à Câmara dos Deputados, visando alterar substancialmente a Lei 5692, de 11 de agosto de 1971, o que segue:

"Após três anos, entretanto, não seria lícito continuarmos a tentar conformar a realidade às nossas previsões e anseios, por mais justos que sejam. Disponíveis para a aceitação dos fatos, temos de reconhecer que, em alguns momentos, o sistema não reagiu como se pretendia, em outros termos, houve a tentativa de uma evolução excessivamente rápida para a qual não estávamos preparados, e os resultados vêm sendo estão negativos. Em alguns momentos, temos de reconhecer que algumas opções feitas não se revelaram as melhores" (CF. Diário do Congresso Nacional - Câmara dos Deputados - Seção I - n.º 009, de 12-03-75 - págs. 0286).

Apesar de todos os percalços, a Secretaria da Educação e Cultura reiniciou a implantação da reforma em escala gradativa. Por enquanto há, no Estado, dualidade de sistemas: o antigo, regido pela Lei 4.024, e o reformista, disciplinado pela Lei 5.692.

Antes de finalizar o resumo do presente ítem, talvez convenha acrescentar que a existência do CETEPAR entre em choque com as declarações, aqui transcritas da Professora ANNA BERNARDES, do MEC, de que a competência para treinar os professores, segundo a índole da reforma pertence à Universidade e não dos dispendiosos e estáticos órgãos estaduais.

Em torno da cooperação Estado-Município no campo educacional, efetivamente, a realidade paranaense não discrepa do ocorrente no resto do País, pelas mesmas razões, como se pode inferir do destaque seguinte, da exposição que vimos citando:

"A concepção de que não existe um sistema municipal de ensino desligado do sistema estadual a que a este compete legislar complementarmente e transferir encargos educacionais que possam ser exercidos mais facilmente pelas administrações municipais, determina a revisão nas relações Estado/Município no setor educação. Há necessidade de se organizarem os sistemas estaduais de modo a oferecer assistência técnica e cooperação financeira aos Municípios, na organização e funcionamento do ensino. A captação de novos recursos, a redução dos custos operacionais, a melhoria qualitativa do ensino sob administração municipal, a mobilização das comunidades no desenvolvimento do ensino de 1.º grau e a chamada escolar anual prevista na Lei, são pontos de destaque no planejamento educacional a ser implementado pelas administrações dos municípios."

"Aqui, o grande problema da educação que a rede municipal oferece, e que é claro, em todos os Municípios brasileiros. A-

té por força de pressão da aplicação do Fundo de Participação dos Municípios eles têm que manter a educação, e não há como essa educação ser melhorada, se condições de infra-estrutura e de apoio técnico - não forem oferecidas a esses Municípios, para que eles possam estruturar-se, de modo a responder pela educação que vêm oferecendo, sem nenhum comprometimento de ordem social, administrativa e institucional dos sistemas de ensino. Esse, parece-me o mais grave problema, que de momento se poderia levantar". (Cf. Diário do Congresso - cit. - pgs. 6075).

Na sua passagem pela Comissão, o ilustre Secretário da Educação e Cultura, Dr. FRANCISCO BORSARI NETO confirmou as dificuldades impeditivas de um melhor entrosamento do Estado com o Município no campo do ensino. Mesmo assim, informou que está executando programas no sentido de preparar as municipalidades para assumir determinadas tarefas no ensino de 1.º grau, segundo determinação legal, e por que elas possuem melhores condições de executá-las.

No entanto, adverte que, por municipalização do ensino, não se deve entender a sua integral transferência ao município, porque a Lei confere autonomia ao Estado para estruturar o seu sistema de ensino, de consequente ele é "ex vi legis", estadual.

A respeito dos projetos de cooperação com os municípios, o Sr. Secretário da Educação e Cultura assegurou que há empenho no sentido de preparar os municípios para o exercício de tais funções. O COENPAR treinará funcionários de quarenta e dois municípios, visando a criação de departamentos de ensino, na organização das Prefeituras. Esse preparo, todavia, envolve recursos vultosos, os quais serão dispendidos nesse programa. Durante este exercício o Estado repassará aos municípios, com essa finalidade, o dobro do ano passado, ou seja, 50 milhões de cruzeiros. Da mesma forma, o reequipamento e a recuperação física dos estabelecimentos, já iniciados, constituem aspectos da ação conjunta Estado/Município, no âmbito da educação.

4 - COMANDOS POLÍTICOS - INGERÊNCIA POLÍTICA NA EDUCAÇÃO

Um dos capítulos mais debatidos na Comissão foi o da influência político-partidária, na educação.

Procurou-se, por todos os meios, caracterizar essa evidência, através da inquirição de depoentes. A maioria, por razões fáceis de compreender, negou-a; alguns, porém, confirmaram-na e, um deles, atual Diretor de Departamento na Secretaria da Educação e Cultura reconheceu que, nos seus 28 anos de serviço público, sempre observou a participação política na educação.

Não seria preciso citar passagens da História do Brasil, ou mais especificamente da História Administrativa do Brasil para comprovar este truismo: a política, interfere, interferiu e interferirá em todos os setores da administração. Só no Brasil? Não. Nos estados Unidos da América do Norte, nos Estados Europeus, na União Soviética, em toda a parte onde o homem opere em função de interesses coletivos. Entre nós, na maioria das vezes, é o próprio interessado, mesmo alheio à vida partidária, que procura os líderes comunitários, os quais, por sua vez, naturalmente se ligam a líderes atuantes em esferas mais elevadas, até a última instância do poder nacional, em busca da satisfação mais rápida e garantida de suas pretensões.

Por outro lado, a presença da política na administração tem-se como uma consequência do regime de partidos, que se estruturam desde as bases eleitorais e procuram, como meta final, a realização de seu programa. O suporte humano da estrutura partidária e a correspondente ação em termos de aglutinação e aliciamento, impõem a prestação de algum serviço à comunidade.

Contestar a legitimidade de os dirigentes de um Partido

instalado no Poder favorecer os seus correligionários, sem prejudicar o bem-comum, é negar a validade do pluralismo de veículos de representação da opinião política. Negar que o Partido Político reserve preferência aos seus filiados ou simpatizantes no preenchimento dos cargos de confiança, equivale a retirar o componente subjetivo da confiabilidade, é negar o direito de livre-escolha, o que certamente não está nas cogitações dos nobres deputados que defendem ponto de vista contrário.

O que se quer afirmar, numa palavra, é que a ingerência política é inseparável da lógica do sistema representativo partidário.

Em todo o caso, por unanimidade, condenou-se a influência partidária, não só na educação, mas em todo o sistema administrativo, que objetivo, não o bem coletivo, mas a promoção pessoal ou de grupos.

5 - FUNCIONALISMO NO QUADRO EDUCACIONAL (Desvios de Funções - Zeladoras (situação e vencimento))

Constatou-se que a administração do ensino é acionada quase totalmente por professores deslocados de suas verdadeiras funções.

Essa distorção deve ser corrigida pela realização de concursos para o preenchimento dos cargos burocráticos.

Outra modalidade de desvio de função se configurou com as denúncias sobre o uso indevido do instituto da "disposição", responsável pela fuga de professores da sala de aula, para se abrigarem à sombra de órgãos administrativos e até particulares, sem desempenhar qualquer trabalho em contra-prestação ao vencimento a eles pagos pelo Estado.

Algumas Inspetorias Regionais de Ensino estariam repletas de professores, inclusive ocupando ilegalmente cargos de confiança, transformados, por força de ingerência política, em autênticos "cabides" de emprego.

Desvio de função estaria ocorrendo, ainda, em diversos estabelecimentos de ensino, onde há professores em excesso, enquanto que as Unidades de origem desses excedentes padecem de "crônico" "déficit" de mestres.

Prefeituras Municipais e Associações de Classes seriam outros órgãos responsáveis pelo desvio de função de centenas de professores, ali mantidos em retribuição pelos trabalhos prestados nas campanhas eleitorais de certas autoridades.

Sobre a irregularidade, assegurou o Exmo. Sr. Secretário dos Recursos Humanos, Dr. GASTÃO DE ABREU PIRES que, além das providências moralizadoras já concretizadas, iria novamente avaliar os resultados e após investigação, confirmadas as denúncias, adotar severas medidas coibitivas dessa prática ilegal.

6- ENSINO SUPERIOR

A Comissão ouviu os Magníficos Reitores das três Universidades Estaduais - Ponta Grossa, Londrina e Maringá - bem como outras pessoas ligadas ao ensino superior.

Dos longos relatórios e informações que esses professores trouxeram ao conhecimento da Comissão, foi possível sentir que as Universidades Estaduais carregam um passado em que o empirismo e desorganização infelizmente predominaram, que receberam como herança uma série de problemas de organização de ordem financeira, de natureza pedagógica e até de filosofia da educação superior, que exigirá muito engenho e arte para colocá-las em posição equivalente ao "status" de centro irradiador de cultura, promotor de pesquisa e patrocinador da ciência.

Seria longo retratar, respingando aqui e ali, nos relatórios das autoridades universitárias a nós apresentados, o detalhamento dessas mazelas.

Deixemo-las nos arquivos, primeiro porque são fatos

pertencentes ao passado e, segundo, porque há uma nova mentalidade, uma nova concepção vigente nos nossos centros universitários a garantir a abertura de amplas e sadias perspectivas.

Aplicar-nos-emos, porém, numa visão de conjunto do problema universitário paranaense, abrangendo igualmente as nove Faculdades isoladas.

O primeiro destaque deve recair sobre o divórcio existente entre as ofertas de profissionalização e a natureza do mercado de trabalho das regiões servidas pelas respectivas unidades de ensino do terceiro grau. Investir fabulosas somas nessa linha é mais do que esbanjar recursos públicos, é iludir a desprevenida clientela, desviando-a das suas reais inclinações pessoais e, assim, forçando-a, por falta de alternativas, a ingressar numa espécie de "exército industrial de reserva" de alto nível.

Outro enfoque compulsório recai na manutenção de cursos com número irrisório de alunos, agravando ainda mais a altíssima taxa de relação aluno-professor, onde o Brasil é dos mais pródigos, se o compararmos com as taxas médias dos países desenvolvidos.

Em consequência, o custo-aluno, no Paraná, alcança luxuosa quantia.

Esta faceta se torna particularmente preocupante, quando a ela acrescentarmos mais um dado indicado pelo nobre Deputado DENI SCHWARTZ: 12 por cento do dispêndio do Estado como o setor da educação é absorvido pelo ensino de nível superior.

Comparando os orçamentos para o exercício de 1976 da área educacional do Estado do Rio Grande do Sul com o do Paraná, os números são fornecidos pelo supra mencionado deputado, verifica-se que, enquanto os gauchos vão dispendir pouco menos de 10 milhões de cruzeiros com o ensino superior, nós vamos aplicar cerca de 150 milhões. No ensino de 1.º grau o Rio Grande do Sul investirá mais de 1 bilhão e duzentos milhões de cruzeiros, enquanto que, no mesmo nível - no ensino de base, universal e obrigatório - o Paraná investirá cerca de 580 milhões de cruzeiros, portanto, a metade no ensino fundamental e quinze vezes mais no ensino superior. Isso porque o Governo Central federalizou as universidades gaúchas, assumindo consequentemente os encargos da educação superior. Referida transferência resultou na liberação de recursos estaduais para a educação universal, tanto no sentido dos conhecimentos, quanto na abrangência da população em idade escolar.

O que se afigura mais grave é que o Paraná vive hoje um impasse econômico e social difícil de transpor, em face do esgotamento das glebas virgens, pela coincidência entre a fronteira agrícola e a legal, e das exigências de volumosos investimentos na química agrícola e na mecanização, para manter as taxas de produtividade das terras agricultáveis.

Essa passagem faseológica implica na liberação de contingentes de mão-de-obra campezina, não qualificada, que se dirige aos centros urbanos, onde vai exercer pressão nos orçamentos públicos, na parte relacionada com os investimentos em encargos sociais, mingando as dotações voltadas para as obras de infra-estrutura.

A agro-indústria parece revelar a vocação econômica predominante do Paraná e a sua realização pressupõem infra-estrutura de recursos humanos qualificados em nível médio de profissionalização, onde os recursos orçamentários, hoje aplicados no ensino superior, deveriam encontrar seu melhor destino.

Logo, o Paraná está desafiado a suprir essa demanda de qualificação dos recursos humanos e a pressão urbana das massas em êxodo. Seria estratégia de sobrevivência para o Estado essa, de pleitear, como solução do impasse econômico-social, entre outros benefícios e obras, até como indenização da perda de 5 por cento de suas terras, pelo represamento das hidroelétricas, a federalização, no mínimo, das nossas três

universidades.

7 - ENSINO PAGO

A alternativa do ensino pago ou gratuito mereceu especial cuidado na Comissão. Os estabelecimentos da rede estadual percebem uma contribuição comunitária, proporcionada à renda das famílias, que se apura através da declaração de rendimentos para o Imposto de Renda, na forma do disposto pela Deliberação 29/73, Processo 653/73, do Conselho Estadual de Educação.

Tomou-se conhecimento de que, em algumas unidades escolares, o cálculo da contribuição elege por base a renda bruta, e não a renda líquida. Essa é uma irregularidade que foi apurada e que faremos constar nas conclusões, em forma de apelo para urgente correção. O critério de cálculo sobre o rendimento bruto, além de ser injusto, fraudula o sentido da contribuição segundo as posses, porque é a renda líquida que oferece o nível de poder financeiro da pessoa física.

Nos cursos superiores adota-se o sistema de bolsas reembolsáveis, concedidas pelas Universidades, após o estudo das possibilidades financeiras de cada aluno.

Alega-se contra o pagamento do ensino, na rede oficial, que a comunidade já contribuiu quando cumpre suas obrigações tributárias, diretas ou indiretas, e, nessa ordem de raciocínio, estaria desnaturada a ação do Poder Público no setor, o ônus financeiro que pesa por vários anos sobre o orçamento pessoal do recém-diplomado é a objeção mais contraditória, levantada contra as bolsas reembolsáveis.

É verdade que muitos se recusam a repor o financiamento, como ocorre na Universidade de Maringá, onde, segundo afirmou seu Reitor, cerca de 60 por cento dos bolsistas estão em débito, e o estabelecimento sem meios de recobrar o capital emprestado. Hoje, porém, implantado o Crédito Educativo pelo MEC a nível nacional, os alunos carentes serão amparados por esse programa.

A favor do pagamento das taxas escolares a estabelecimentos oficiais apresentam-se razões de justiça social. Os orçamentos públicos, na esfera do ensino, são inferiores às exigências desse serviço. Na medida em que se oferece gratuidade indiscriminada, se está beneficiando uma expressiva maioria que tem poder econômico para pagar, precisamente porque os mais destituídos de recursos chegam ao sistema educacional, em número desprezível. Portanto, a cada aluno que contribui, segundo as posses familiares, deve corresponder necessariamente a liberação de recursos para amparar outro tanto de carentes. Não se discute que o ideal seria a gratuidade generalizada, desde a primeira série do 1.º grau até aos cursos de pós-graduação. Isto entre nós, infelizmente, ainda é pouco menos do que platônico.

8 - OUTROS

Neste tópico cabe o registro de temas que a Comissão defrontou, com muito interesse e critério. Um deles é o dos descontos procedidos nos talões de pagamento dos professores, sobretudo de contribuições às entidades de classe.

8 - a) DESCONTOS À ASSOCIAÇÕES

As lideranças de categoria do magistério foram ouvidas com a maior atenção. Opinaram sobre todos os assuntos de interesse da classe, contribuindo assim para o levantamento de problemas educacionais, que ora se contém neste relatório. De todos, porém o de que mais se ocuparam tais lideranças foi o conflito existente entre diversas Associações que disputam entre si o direito de representar a classe perante o Estado e, em consequência, colher as contribuições dos mestres.

A Comissão tomou conhecimento dos fatos, mas não deve, nem pode, interferir, uma vez que se trata de competição

entre organizações privadas. Apenas sob o ângulo da credenciação junto ao Estado é que a questão pode ser estudada, a fim de que os vencimentos dos servidores do magistério não sofram descontos sem autorização e que tais recursos sejam entregues a quem de direito.

Os fatos teriam a seguinte sucessão:

1. Em 26-4-1947 foi criada a Associação dos Professores do Paraná — APP.. Referida associação, pela Lei 2498, de 17-11-55, passou a ser reconhecida como entidade máxima da tutela dos professores;

2. Em 1962, realizou-se uma Assembléia Geral e a entidade se subdividiu em 14 associações, localizadas nas diversas regiões do Estado. Na mesma oportunidade, criou-se um Conselho de Representantes, formado pelos Presidentes das 14 associações;

3. Substituída a Diretoria da APP, foi convocada nova Assembléia Geral destinada a reformular o Estatuto, no sentido de reunificação da Associação. Tal alteração estatutária não obteve registro porque, pelo Estatuto anterior, toda modificação deveria ser aprovada pelo Conselho de Representantes;

4. A controvérsia se deslocou para órbita judiciária, onde ainda se encontra.

O Poder Executivo concedeu código de descontos, na Diretoria da Despesa Fixa, ao Conselho de Representantes, que se credencia como representante do magistério das regiões abrangidas pelas 14 associações, transferindo-lhe, assim, os descontos de associados que primitivamente integravam os quadros da Associação dos Professores do Paraná. Ocorre também que muitos Professores do Paraná, mesmo estando sob a jurisdição do Conselho de Representantes, e o Exmo. Sr. Secretário dos Recursos Humanos tem indeferido os pedidos, para evitar maiores confusões, enquanto não se esclarece a pendência.

Tais fatos são veementemente impugnados pela Associação dos Professores do Paraná que acusa o Conselho de Representantes de subserviência ao Governo e o Governo de prestigiar uma entidade “sub judice”.

A Comissão trilhará o melhor caminho se:

- 1) Não se envolver na política interna de entidades de classe de natureza particular;
- 2) Solicitar ao Poder Executivo que determine o fiel cumprimento da lei 6567, publicada no Diário Oficial número 76, de 20-6-74;
- 3) Que o órgão próprio da administração estadual consulte novamente o professorado sobre os seus vínculos associativos, que não são obrigatórios, manifestando-se através de autorização. Esta, apenas esta, é que deve orientar a canalização do desconto.

8 - b— EDUCAÇÃO ESPECIAL

Conheceu-se igualmente a situação do ensino especializado. O Paraná possui hoje 45 escolas e 22 classes especiais, em colégios normais, um centro de habilitação profissional, um serviço de estimulação precoce (0 a 3 anos) para crianças abandonadas, estimulação afetiva e ambiental de caráter preventivo, e um Centro de Dia, para crianças profundamente necessitadas de atendimento.

Embora essa estrutura esteja muito aquém das necessidades, pode-se afirmar que o Paraná é o Estado mais adiantado nesse setor. Tanto é assim que outras unidades federadas solicitam constantemente o apoio técnico do Departamento de Educação Especial.

A Organização dos Estados Americanos tem projeto multinacional, abrangendo o Brasil, Uruguai e Paraguai, destinado a aplicar recursos na organização e implantação de programas de amparo ao excepcional. O MEC é, em termos regionais, o encarregado para o Brasil, e o Paraná, por causa de sua infra-estrutura, tem possibilidade de centralizar o projeto de Curitiba,

irradiando em seguida, muitos benefícios para o interior.

Nas conclusões, pede-se algum benefício para os professores especializados na educação de excepcionais, como ficou registrado no tópico referente ao Estatuto do Magistério.

8 - c) ENSINO AGRÍCOLA

O Paraná mantém uma rede de 10 escolas agrícolas, embora em cinco delas a maioria dos alunos, inexplicavelmente, proceda dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Para um Estado que alicerça sua economia na atividade agro-pecuária, que contribui com o maior volume de exportações agrícolas, e que portanto está definitivamente comprometido com a produção de alimentos, o ensino agrícola deixa muito a desejar.

Mais uma vez se reforça a consciência da necessidade da federalização do ensino superior, para o Estado poder liberar recursos e aplicá-los no ensino técnico-profissional.

III — CONSIDERAÇÕES SOBRE A COMISSÃO

Senhor Presidente e Senhores Deputados: realizamos um grande esforço para sumariar em algumas páginas o nosso trabalho de quatro meses, registrado em cerca de mil e quinhentas folhas datilografadas. Toda a síntese sacrifica os detalhes e pode ser que, destes, alguns tenham significação e importância mais alta a este ou aquele nobre deputado. Mas, se tal ocorreu, por favor, não se debite à conta de discriminações ditadas por qualquer intuito subalterno de minha parte, mas das consequências do empenho em ser breve e, acima de tudo, impessoal. Esse toque de impessoalidade está presente ao longo deste relatório, não só como um tributo à modéstia dos ilustres pares, como principalmente para realçar a essência do quanto se produziu.

Seja-me permitido também justificar porque a Comissão deve finalizar seus trabalhos sem propor um projeto de resolução, consoante disposição legal. Ocorre que a Comissão de Inquérito - pode ter duas finalidades; uma, a de investigar irregularidades com intenção punitiva; e, outra, a de inquirir, indagar, pesquisar sobre uma dada realidade, a fim de levantar elementos para a ação legislativa. Esta segunda finalidade, me parece, é a que mais se ajusta à presente Comissão, a partir dos termos do requerimento constitutivo até ao modo como ela se conduziu ao longo de sua existência.

Por esse motivo, não submeto projeto de resolução porque o entendo descabido, no caso.

Outra observação que me alegra anotar: é a comprovação de que o Poder Legislativo, como instituição, pode ser agilizado, dinamizado e prestar relevantes contribuições, não somente no procedimento legislativo, mas também no diagnóstico da problemática do Estado, nos seus diversos setores administrativos. Basta que os mecanismos constitucionais e legais sejam criteriosamente acionados, e os efeitos positivos surgem como acréscimo. Mas, para isso é fundamental que paire sobre os mandatários populares, como ocorreu aqui, por sobre as divergências, naturais e estimulantes, de concepções e comprometimento partidário, o legítimo espírito público, porque só ele, é capaz de somar valores em benefício do Estado e do País. Outro tanto se diga das lideranças classistas e das autoridades administrativas que não regatearam qualquer participação, ao contrário, tomaram muitas vezes a iniciativa de oferecer os préstimos, visando o êxito dos trabalhos desta Comissão.

Aliás, um dos nossos Colegas sempre repetia que não havia réu nem indicado, para a Comissão: havia apenas a intenção de servir aos interesses da Educação do Paraná.

Julgo que foi o que fizemos: procuramos servir ao Paraná e ao Brasil.....

IV — CONCLUSÕES

1) Quanto ao Estatuto do Magistério, a Comissão recomenda que o Poder Executivo:

- a) deve promover condições para a profissionalização integral do professor;
- b) deve adotar mecanismos de acesso na carreira, de acordo com a qualificação profissional;
- c) deve criar os cargos de especialista em educação, requeridos pela Reforma de Ensino;
- d) deve abolir os atestados do DOPS, excetuados os casos indicados pela Lei Federal;
- e) deve substituir o atestado de pobreza, para formar o processo de concessão de gratuidade ou bolsa, pela observação direta de assistente social;
- f) deve conceder vantagens (gratificação especial e carga horária reduzida) ao professor de deficientes mentais;
- g) deve condicionar a percepção de gratificações e outras vantagens ao exercício efetivo da docência, no estabelecimento da respectiva lotação, com a finalidade de manter o professor lecionando;
- h) deve criar mais dois níveis de remuneração, destinados ao professor pós-graduado, como estímulo ao aperfeiçoamento;
- i) deve abrir concursos públicos anuais, para a carreira do magistério, descentralizando-os, segundo a incidência de vagas;
- j) deve alterar para 12, 22 e 44 horas semanais o regime de concessão de aulas suplementares.

2.— Quanto ao Decreto número 1.495, de 16 de janeiro de 1976, o Poder Executivo:

- a. deve considerar o tempo de magistério exercido no mesmo município, e não apenas no estabelecimento, para efeito de distribuição de aulas suplementares;
- b. deve estabelecer um esquema de distribuição de aulas suplementares, e executá-lo antes do início do período letivo.

3.— O Estado deve condicionar o processo de transferência de parte dos encargos educacionais para o município à existência, neste, de recursos suficientes, ao seu custeio.

4.— A escolha dos cargos de confiança nos quadros da administração do ensino, deve recair nos mais qualificados para a função, independentemente de injunções político-partidárias.

5.— A Secretaria dos Recursos Humanos deve estabelecer uma política de austeridade em relação aos desvios de função do magistério, a fim de evitar a evasão dos mestres das salas de aula.

6.— A administração burocrática do ensino deve ser entregue a servidores concursados para os respectivos cargos.

7.— O ensino superior deve ser transferido para o Governo Federal, a exemplo do que ocorre em todo o País. Para tanto, o Poder Executivo deve encetar gestões, junto ao Ministério da Educação e Cultura, atualmente ocupado por um ilustre paranaense, a fim de obter, a curto prazo, esse tratamento equitativo.

8.— Enquanto não se consumir a pretensão do item anterior, a Secretaria da Educação e Cultura deve providenciar o remanejamento dos cursos, em função do mercado de trabalho e das exigências do desenvolvimento sócio-econômico do Estado, A criação de um curso de Agronomia em Ponta Grossa é um exemplo dessa nova orientação, que se espera, no ensino superior.

9.— A forma de atender a demanda de matrículas em centros não servidos por estabelecimento de ensino superior deve ser não a criação de novas unidades, mas a extensão das já existentes na região.

10.— O custo aluno/ano deve ser reduzido em função de uma revisão nos atuais critérios de administração do pessoal docente e administrativo.

11.— A admissão de professores, especialistas e pesquisadores deverá ser precedida, sempre, de concurso público, amplamente divulgados.

12.— As taxas cobradas aos alunos deve ser calculada, tomando-se por base a renda líquida da declaração do Imposto de Renda do respectivo responsável.

13.— A Secretaria dos Recursos Humanos deve consultar os professores sobre: a) se desejam pertencer a alguma associação de mestres; b) se concedem ou mantêm a autorização, com firma reconhecida, para o desconto de mensalidade à associação que expressamente indicar. Nessa consulta, dar-se-á relevo ao fato de que o Estado não obriga a inscrição em qualquer entidade.

14.— O atual número de Inspetorias Regionais de Ensino deve ser reduzido, por agrupação segundo uma divisão regional do Estado.

15.— As inspetorias Regionais de Ensino devem ter aumentadas as competências e o poder decisório, tornando-se mais dinâmicas e presentes, no interior dos estabelecimentos por elas inspecionados.

16.— A Secretaria dos Recursos Humanos deve cumprir rigorosamente a Lei número 6567, publicada no Diário Oficial número 76, de 29 de junho de 1974, que veda quaisquer descontos nas folhas de pagamento dos servidores, sem a devida autorização.

17.— A Secretaria da Educação e Cultura deve levantar o número de deficientes mentais e visuais existentes no Estado, não atendidos por qualquer órgão especializado, e formulará programa destinado ao respectivo atendimento.

18.— A Secretaria da Educação e Cultura deve organizar projeto de expansão do ensino agrícola e despertar, pelos meios adequados, a juventude campezina para essa opção profissional.

19.— A Secretaria da Educação e Cultura deve estabelecer um cronograma anual de distribuição de material permanente, de consumo e de limpeza aos estabelecimentos de ensino, atendendo preferencialmente as unidades escolares que servem população estudantil de baixa renda.

Palácio "19 de Dezembro", em 30 de abril de 1.976.

(aa) JORGE SATO-Presidente BASÍLIO ZANUSSO-Relator
 JOSÉ ANTONIO DEL CIEL FABIANO BRAGA CÔRTEZ
 EDILSON ALENCAR GILBERTO CARVALHO
 ENÉAS FARIA

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, nos termos regimentais da Casa, depois de ouvido o Plenário, requer seja constatado em Ata, dos trabalhos de hoje, um voto de pesar pelo falecimento, no dia 28 de junho do corrente, do Sr. José Araújo, na cidade de Goioerê.

Requer, finalmente, seja dado ciência deste à família enlutada.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) Jayme Rodrigues Carvalho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja consignado voto de louvor ao Sub-Tenente José Francisco Ribas, ora prestando serviço na ala estadual da Estação Rodoviária, pela urbanidade no trato das pessoas.

Pela sua educação e delicadeza, apesar do conturbado trânsito daquele local, esse sub-tenente consegue acalmar a atrair a atenção das pessoas que por ali transitam, num exemplo de respeito ao ser humano e de elevado civismo.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1.976.

(a) Fidelcino Tolentino.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja consignado em Ata dos trabalhos da presente sessão, um voto de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, Professor Theodócio Atherino, pela reabertura dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades que integram aquela Universidade, bem como pela sua firme disposição de promover a reabertura do Diretório Central dos Estudantes e da posição que vem assumindo, permitindo um perfeito e aberto diálogo entre estudantes e Reitoria.

Posição como esta, é que espelham o caráter e a personalidade marcante de grandes educadores e perfeitos administradores e que merecem o registro por esta Casa integrada pelos representantes do povo de nossa terra.

Requer, outrossim, que deste pronunciamento se dê ciência à Reitoria da Universidade do Paraná.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) Gilberto Carvalho

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, requerem após ouvido o Plenário, a retirada e o arquivamento do Projeto de Lei n.º 62/76.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo
Adalberto Daros, Alfredo Gulin.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Excelentíssimo Senhor Ministro dos Transportes, General Dirceu Nogueira, no sentido de que o mesmo determine, com a urgência que se faz necessária, a construção do Viaduto no cruzamento da BR-116 com a Avenida Victor do Amaral, situados no quadro urbano desta Capital.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) Leopoldo Jacomel.

JUSTIFICATIVA:

Entre a BR-116 e a Avenida Victor do Amaral, cruzam cerca de 8.000 (oito mil) veículos diários, número este de veículos que tende a aumentar, percebendo-se portanto, que dentro em breve não haverá mais condições de um escoamento normal naquele cruzamento. Hoje mesmo, verifica-se o grande consumo de combustível, pela demora na liberação do tráfego naquela área, razão pela qual espera o signatário seja dado atendimento ao seu pedido.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual infra-assinado, tendo em vista que o Senhor Secretário do Interior, ao qual se acha vinculada a Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, até o presente, não respondeu ao pedido de informações aprovado por esta Casa em data de 16 de março de 1976, cujo requerimento foi protocolado sob o número 4727; tendo em vista entretanto, que o mencionado requerimento não foi encaminhado com observância do dispositivo constitucional nele invocado, ou seja, por intermédio do Senhor Governador do Estado, conforme faz prova a inclusa certidão, reitera o seu encaminhamento segundo determina a Constituição, ou seja, por intermédio do Senhor Governador, fornecendo-se, a seguir, certidão desse encaminhamento ao Deputado subscritor.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) Muggiati Filho.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, na forma regimental, após ouvir o douto Plenário, requer seja oficiado ao Exmos. Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem Estar Social, para tomarem as devidas providências, no sentido de funcionar com urgência um Posto de Saúde Pública em Cedro-distrito de Perobal.

O distrito acima mencionado, pela sua pujança de seu desenvolvimento, torna-se carente deste atendimento.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) Ernesto Gnoato.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja encaminhado apelo ao Exmo. Sr. Osiris Stenghel Guimarães, digníssimo Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que sejam concluídas as Rodovias BR 369 e João Lunardelli - Pr 170.

Sala das Sessões, em 29 de junho de 1976.

(a) Fuad Nacli.

JUSTIFICATIVA:

O presente apelo se faz necessário em virtude das obras se acharem paralisadas há diversos meses, o que vem dificultando a circulação dos veículos que demandam àquela próspera região do interior paranaense.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, respeitosamente requer, após ouvido o douto Plenário desta Casa, seja oficiado ao Exmo. Sr. Doutor Jayme Canet Júnior, DD. Governador do Estado, no sentido de que, através do Ilmo. Sr. Cláudio Hercílio Oliveira Araújo, DD. Diretor Presidente da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, sejam prestadas as seguintes informações:

- 1) Quando foi assinado o contrato para as obras de saneamento da cidade de Cascavel?
- 2) O projeto abrange água e esgoto?
- 3) Quais as obras a serem realizadas e em quantas etapas deverão ser executadas?
- 4) Qual o montante financeiro desses projetos discriminados por etapas?
- 5) Quais as ruas abrangidas pelo projeto e respectivas metragens?
- 6) Qual a data inicialmente prevista para conclusão de cada uma dessas etapas e para o término das obras?
- 7) Qual a participação da Prefeitura Municipal de Cascavel na execução dessas obras e qual o esquema previsto para o seu pagamento?

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) Fidelcino Tolentino.

JUSTIFICATIVA:

Os servidores de saneamento da cidade de Cascavel estão a cargo da SANEPAR, a qual há mais de 4 (quatro) anos é responsável pelo abastecimento de água naquele município, cuja demanda não tem sido atendida de forma eficaz, o que vem criando sérios obstáculos para a população.

Outrossim, até o presente momento, as obras necessárias para dotar a cidade de uma rede de esgotos ainda não foram iniciadas, o que obstaculiza o próprio desenvolvimento urbano, causando um desequilíbrio incompatível com os objetivos visados pelo acordo entre a empresa e a municipalidade.

A aceleração das obras de saneamento do município de

Cascavél é premente e merece a pronta atenção das autoridades do setor, a fim de acompanhar a progressiva demanda do maior centro urbano do Oeste paranaense.

Os dados solicitados pelo presente expediente servirão de subsídios para que o Poder Legislativo possa estudar a melhor maneira de colaborar com os setores competentes da administração estadual. Tem ainda a finalidade de motivar a agilização dos serviços e viabilizar com agressividade as obras de saneamento daquela progressista comunidade, dentro de um prazo compatível e capaz de evitar o desequilíbrio entre a demanda e a oferta, o qual se ocorresse, viria obstruir o planejamento racional do crescimento urbano.

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Está finda a leitura do expediente.

Com satisfação, atendendo a solicitação do eminente primeiro Secretário efetivo nesta Casa, comunicamos aos Srs. Deputados que, no dia de amanhã, estaremos recebendo uma visita para confraternização com os ilustres Deputados do Estado de Santa Catarina. Portanto, convidamos V. Exa. para que estejam, na medida do possível, por volta das 11 horas, nesta Assembléia Legislativa, quando deverão chegar os representantes do Poder Legislativo do vizinho Estado de Santa Catarina, e para a parte vespertina está programada uma partida de futebol entre as 2 Casas Legislativas.

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Ilustre Presidente, Srs. Deputados.

Ao apagar das luzes deste período legislativo, estamos enviando aos ilustres Deputados e ao povo do Paraná, as nossas efusivas saudações de reconhecimento, de elevado apreço. Queremos comunicar à Casa, comunicar aos companheiros arenistas do Paraná, que em nossa região despontam alguns candidatos a Prefeitos da nossa agremiação arenista, com grande chance de vitória, por serem elementos inteiramente sintonizados com o povo de nossa terra.

Queremos expor aos nossos companheiros que em contatos havidos, tivemos a satisfação de contar com o candidato vitorioso de nossa agremiação, na cidade de Jundiá do Sul, o Sr. Rolin Gonçalves. Na cidade de Abatiá, o ex-Prefeito, Vítor Joaquim de Souza. Na cidade de Santana do Itararé, o grande líder arenista, José Vidal, como candidato a Prefeito e João Vidal como candidato a vice-Prefeito. Na cidade de Japira, contamos também com a candidatura vitoriosa do Sr. Antônio Custódio, apoiado pelo Prefeito e pela grande corrente arenista de nossa terra. Na cidade de Sengés contamos também com a candidatura do arenista, esta candidatura também já vitoriosa do Sr. Aristides Mattos. Na cidade de Ibatí contamos com a candidatura vitoriosa do ex-Prefeito de Conselheiro Mayrink, Sr. Sebastião Proença Ferreira que conta com a grande maioria de apoio no interior daquela comuna. Na cidade de Guaraniáçu também contamos com o lançamento da candidatura do vereador combativo para Prefeito Onofre Garbascheski e para vice-Prefeito, o líder da Arena jovem, o homem que trabalha diuturnamente pela juventude, Sr. Sílvio Alves de Toledo. Em São Sebastião da Amoreira tivemos também a satisfação de lançar como candidato a Prefeito, o Sr. Sebastião Bueno. Em Santo Antônio do Paraíso, lançamos também, para concorrer ao pleito daquele Poder Executivo, o Sr. Vítor José de Souza, um dos vereadores mais votados e o atual Presidente da Arena, naquela localidade. Contamos com a candidatura vitoriosa em Congonhas, do Sr. Benedito Sales, apoiado por grande corrente arenista e pelo Prefeito, dinâmico, daquela cidade.

Como vêem, Srs. Deputados, são esses os nomes que queremos trazer a público, dos arenistas que contam com a vitória, porque a vitória sorri para o povo que trabalha. Esses

homens lutam diuturnamente a favor de seu povo, ao povo de nossa comuna, do tradicional Norte Pioneiro. E, dentro em breve, queremos relacionar todos os candidatos de nossa região que hão de trazer a bandeira arenista para uma vitória consagradora do povo do Norte Pioneiro, porque com Jayme Canet no Governo do Estado, com Ney Braga no Ministério da Educação, com toda essa plêiade de homens como Carlos Riechbieter e como Maurício Schulmann, representando o Paraná junto com aquela unidade de paranaenses que estão lutando por nossa terra.

Começamos a vislumbrar no horizonte arenista a vitória...

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) V. Exa. tem um minuto para concluir.

O SR. GABRIEL MANOEL — Então, no apagar das luzes de nosso pequeno recesso, queremos dar um voto de confiança para o Governo Jayme Canet, e haveremos de trazer em 15 de novembro, a vitória total arenista na nossa região, porque os homens do Norte Pioneiro, hão de consagrar nas urnas nomes honrados como os candidatos arenistas para dizermos sim, e para que o Governo Jayme Canet continue levando o Paraná para a trajetória e para o concerto da Nação brasileira.

Há de o Paraná se projetar com mais esta era de sequência arenista; este Governo que não quer outra coisa se não o bem estar de sua terra e de sua gente.

Muito obrigado, Sr. Presidente, e até 15 de novembro, Srs. Deputados, com a vitória da Arena.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Com a palavra o Sr. Deputado Benedito Lúcio Machado.

O SR. LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Extremamente decepcionado com um dos órgãos de imprensa circulante desta Capital, não podíamos deixar de recordar fatos de sua publicação na edição de hoje.

Diz o DIÁRIO POPULAR com referência ao episódio aqui registrado ontem: (Lê) “O Deputado Benedito Lúcio Machado, MDB-Sto. Antônio da Platina, conseguiu ontem lavrar um grande tento na sua carreira política, e deve estar orgulhoso de atingir o prêmio máximo de falta de ética”.

Não se pode permitir que uma imprensa desta natureza se julgue com o direito de pregar ética. Por que: primeiro, falta com o respeito a este Parlamento; segundo, falta com a dignidade nas informações.

E, para finalizar, diz aqui neste mesmo artigo: (Lê) “Demagogo porque critica o Governo, mas aprova todos os seus projetos na Comissão de Finanças da Assembléia Legislativa, assinando em cruz para o Deputado Quielise Crisóstomo. Demagogo porque fala em fome, em pobreza, bate no peito a exigir melhores condições ao povo, mas em nenhum momento apresentar projetos ou teses que pudessem minorar a situação deste povo. Demagogo porque ofendendo a hora alheia, esquece que o ofendido é um pai de família, é um homem como ele, é uma pessoa humana....”

Faltou acrescentar aqui o jornalista credenciado do DIÁRIO POPULAR: “Demagogo porque não deu a ele dez mil cruzeiros da verba de Assistência social para proceder gastos em Guaratuba”. Faltou acrescentar: “Demagogo porque se omitiu de efetuar denúncias contra o Prefeito de Santo Antônio da Platina, a seu pedido, para que pudesse fazer faturamento naquele município; Demagogo porque deixou de aparecer nas páginas do seu jornal.....”

O SR. GABRIEL MANOEL — Pela Ordem Sr. Presidente. O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Pediria ao ilustre Deputado que não atacasse a pessoa do Prefeito de Santo Antônio da Platina sem provas. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE — A questão de ordem de V. Exa., com relação ao Prefeito de Santo Antonio da Platina não tem fundamento porque o eminente Deputado que ocupa a tribuna não se dirigiu à análise relacionada com o Chefe daquele Poder; tão somente aproveita para apelar ao eminente Deputado Lúcio Machado para que prossiga no seu pronunciamento, sempre pautado pelo cumprimento do Regimento Interno.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência acabou de atender uma questão de ordem a V. Exa.; a não ser que apresente o artigo do Regimento Interno, para fundamentar.

O SR. GABRIEL MANOEL:— Artigo 151 do Regimento Interno.

V. Exa., talvez, não tenha anotado mas, disse o orador que o jornalista credenciado do DIÁRIO POPULAR, procurou dez mil cruzeiros do ilustre Deputado, para fazer a propaganda do Prefeito de Santo Antônio da Platina.

O SR. PRESIDENTE — À Presidência não compete vetar, impedir que os Deputados se pronunciem. V. Exa. terá outra oportunidade no decorrer da sessão para contestar, se discorda do eminente Deputado que se encontra na tribuna. Esta Presidência restitui a palavra ao Deputado Lúcio Machado, concedendo dois minutos para encerrar.

O SR. LÚCIO MACHADO — É lamentável, Sr. Presidente e Srs.

Deputados, que um órgão de imprensa de envergadura, merecedor do nosso respeito e do respeito do povo de Curitiba, onde a sua circulação é ampla, entregue em mãos de tão incapacitadas e tão desrespeitosas e tão desconhecedoras da ética jornalística, página de tão relevante importância como é a página política deste jornal. Nós voltaremos em outras oportunidades; voltaremos sempre para defender dos ataques que emanam de quem quer que seja, porque se imagina este repórter do DIÁRIO POPULAR, aqui credenciado e funcionário público do Estado, que aqui viemos por um acaso do destino político, está enganado. Nós temos passado de 15 anos na vida pública e sempre soubemos honrar e dignificar os nossos mandatos, com trabalho, com despreendimento, e, até com espírito de combatividade.

E não será o seu jornal, não será nenhuma imprensa que falta tudo no sentido de cumprir seu dever fiel de informar, que nos amendrontará ou fará parar no caminho de nossa caminhada que não é outra, senão, aquela de defender o direito do povo que representamos neste Parlamento.

Muito obrigado Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador)

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) - Com a palavra o Sr. Deputado Domício Scaramella.

O SR. DOMÍCIO SCARAMELLA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Apresentamos um requerimento, hoje, nesta tarde, para fazer um apelo ao Sr. Presidente da SANEPAR e faço um apelo aos nobres Deputados para aprovação deste nosso humilde requerimento, para que o Sr. Presidente da SANEPAR, informe o seguinte: (Lê)

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido e aprovado pelo Plenário, o presente requerimento, seja enviado ofício ao Senhor Presidente da SANEPAR, no sentido de que aquela autoridade informe os motivos da demora do início das obras de serviço de esgoto já aprovadas em convênio entre as cidades de Porto União e União da Vitória, a mais de 12 (doze) meses.

Sala das Sessões, em 30 de junho de 1976.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA.

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se faz necessário devido o grande número de pedidos de informações recebidas pelo Deputado que este subscreve”.

A nossa justificativa é a seguinte Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Há mais de 12 meses o serviço de abastecimento de água que foi construído, praticamente sob a responsabilidade e às expensas dos dois municípios, um do Paraná e outro de Santa Catarina, quando éramos Prefeito em época anterior, elaboramos um convênio com o SESP e, felizmente, construímos aquele serviço de abastecimento. Entregamos aquele serviço, há mais de 12 meses à SANEPAR, com a promessa deste órgão do Estado, de esgoto das duas cidades.

Então, nosso requerimento é para que essa autoridade informe a esta Casa, qual o motivo da demora para o início dos serviços de esgotos das duas cidades. É uma obrigação nossa, como representante daquele município de União da Vitória, que quando Prefeito elaboramos a parte burocrática dos serviços, iniciamos a obra, quase a concluímos e depois de estar funcionando regularmente, foi feito um convênio com a Sanepar e que até hoje não se pronunciou. E, não sabemos se é falta de vontade, falta de capacidade ou falta de numerário.

É o nosso requerimento e o apelo aos Srs. Deputados, aos nobres Pares para que aprovelem este nosso humilde requerimento.

Era só, Sr. Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Encerrado o Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Lázaro Dumont.

O SR. LÁZARO DUMONT (Lê): “No início o homem caça.

Concorre com outros animais na briga diária pela sobrevivência. Evoluindo, descobre: que certos animais não devem ser caçados. Eles fornecem leite, e leite também é alimento. Então, o homem domestica animais. E percebe que esses animais comem capim e semente. E semente também alimenta...”

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Desta forma, como acabei de ler, o Diretor-Presidente da CIBRAZEN, Dr. Ruy Neves Ribas, inicia o seu Relatório das atividades da CIBRAZEN, no Brasil todo, durante o ano de 1975. Eu, numa forma, de me congratular com o Dr. Ruy Neves Ribas e toda a Diretoria da CIBRAZEN, é que tomei a liberdade de trazer para que fique nos Anais desta Casa, o Relatório da Diretoria da CIBRAZEN PELOS ALTOS E RELEVANTES serviços prestados em favor da nossa agricultura, na construção de silos e armazéns, aumentando pois, a capacidade de armazenadora, não só do Estado do Paraná, mas também do Brasil todo.

E continua o Relatório: (Lê) “Aí o homem “inventa a armazenagem. Guarda capim como reserva de forragem e guarda semente para reprodução e consumo nas épocas carentes.

Cerca de 6 mil anos atrás, o “armazenamento” torna-se uma necessidade consciente, fruto de um processo elaborado pela reflexão.

O homem evolui ainda mais e faz surgir novos caminhos: dos aldeamentos, parte a explorar os rios e suas margens.

Inventa o arado. Multiplica as provisões e os povos.

Descobre terras. Inicia o comércio, as trocas. E, com isso, a conservação das mercadorias necessárias à comunidade e à preservação dos excedentes comercializáveis torna-se imperativo dos agrupamentos organizados.

De simples cavidades naturais ou fossas rudimentares protegidas, os armazéns transformam-se em galpões, mais tarde aperfeiçoados com paredes laterais e pisos elevados do solo.

A preocupação maior, então, não é só guardar produtos. Há uma noção de responsabilidade comercial, que exige a conservação destes produtos ...

O desenvolvimento da agricultura e as conquistas alcançadas nos meios de transporte fomentam a disseminação dos galpões armazenadores, definindo características construtivas e apontando novos setores de localização.

A navegação e a conquista do mundo, as caravanas e as estradas-de-ferro, as rodovias e os transportes aéreos, ampliam os caminhos do comércio, criando novas exigências para armazenagem.

E, nos tempos que hoje correm, o homem que deixou de "guardar provisões" para, realmente, armazenar...

Na atualidade, a concepção de armazenar tem sido bem mais ampla e definida do que "guardar provisões". O armazenamento, pelo seu desempenho atual, fundamenta-se em uma tecnologia bastante específica e particular. Significativamente, sua atuação tornou-se altamente conseqüente, quer do ponto de vista econômico, quer do ponto de vista social.

O armazenamento de grãos é operação que se prende a uma técnica especial apoiada em uma série de parâmetros, tais como o controle de umidades destes grãos, controle de temperatura, combate de pragas e mofos. Para ser bem sucedida, a armazenagem deve manter o produto de tal maneira, que as qualidades que possuía na ocasião em que foi armazenado devam ser as mesmas após um razoável período de estocagem.

A produção do campo, hoje em dia, com exceção dos produtos consumidos "in natura", tende a ser logo transformada em utilidade de interesse vital e distribuir-se de forma pré-industrializada pelos mercados.

À indústria transformadora cabe, modernamente, a responsabilidade de absorver e manter em condições favoráveis a quantidade de matéria prima necessária ao seu trabalho e produção econômica. Assim, pode-se observar que é a indústria transformadora que tem a maior capacidade de armazenamento. E é sumamente importante para ela que exista uma técnica bastante avançada de armazenagem, uma vez que, lidando com produtos sazonais, terá que conservar e processar este produto durante o ano inteiro.

As técnicas de conservação, com isso, se aprimoram, sempre. E surgem formas sofisticadas de armazenamento, com processos especializados para cada tipo de produto. Frutas, verduras, carnes e pescados exigem temperaturas específicas para conservação; produtos agrícolas requerem sistemas particulares de processamento.

Ou seja, o emprego de energia atômica e de satélites, a velocidade, a capacidade atingida nas comunicações e nos transportes, as conquistas no âmbito da colheita, os resultados práticos de desintegração, secagem, concentração e liofilização dos produtos agrícolas abrem perspectivas amplas para o uso das matérias primas.

E o armazenamento passou a constituir um elo complementar de fundamental importância no processamento deste trabalho.

O Brasil conscientizou-se da importância da armazenagem há pouco tempo. No campo agrícola, a preocupação primeira sempre foi o aumento da produção, a expansão das fronteiras agrícolas. E a verdade é que se não se tem capacidade de armazenar e armazenar bem, não se deve produzir...

É visível que o desenvolvimento da agricultura tem sido excepcional. E é real também, que esta expansão determinou um déficit na capacidade armazenadora nacional, estimativamente para as safras de 75/76, da ordem de 6,85 por cento. Um déficit irrisório, se considerarmos a armazenagem como um todo único e indivisível. Infelizmente, em termos de país continental, nenhum processo é único e indivisível. Assim, se o Sul do País está muito bem servido no setor, o Nordeste não está. Por outro lado, este mesmo Sul, que concentra quase 80 por cento da capacidade de estocagem nacional, em função de uma rápida mecanização e expansão técnica da agricultura, também se torna deficitário.

Qualitativamente, deficitário já que parte de sua capacidade é para produtos ensacados e sua produção exige a cada ano, maior granelização.

Fatores desta natureza despertaram o Governo Federal para a necessidade de se estabelecer uma política nacional de armazenagem. E determinaram ao Conselho Nacional de Abastecimento — CONAB — transferir à Companhia Brasileira de Armazenamento e responsabilidade de traçar e coordenar esta política.

Nas páginas seguintes, num relevo das atividades da CIBRAZEM em 1975, procuramos traçar um perfil da Empresa que, através de sua atuação em todo o território brasileiro, buscou dar à Nação da infra-estrutura de armazenagem condizente com o crescente desenvolvimento de sua agricultura.

A Companhia Brasileira de Armazenamento CIBRAZEM, foi constituída em 26 de setembro de 1962, através da Lei Delegada número 7, com a finalidade de participar diretamente da execução dos planos e programas de abastecimento elaborados pelo Governo, relativamente ao armazenamento dos produtos agro-pecuários e da pesca. Para executar tais programas, a CIBRAZEM passou a atuar como elemento regulador do mercado e a servir supletivamente, áreas não eficientemente atendidas por empresas comerciais privadas em regime competitivo.

A nova Companhia, com Capital inicial de Cr\$ 20.000.000,00, absorveu o patrimônio da Superintendência de Armazéns e Silos e da Comissão Executiva de Armazéns e Silos, bem como dos entrepostos e postos de recuperação de pescado pertencentes aos órgãos federais.

Foi o princípio.

Atualmente, com um Capital social de Cr\$ 416.000.000,00 (elevado em 1975) e em consonância com uma nova filosofia preconizada pelo Governo Federal, que procura integrar os órgãos públicos e privados que interferem no sistema de abastecimento, a CIBRAZEM tornou-se o órgão central do Sistema Nacional de Armazenamento do País.

Como tal, coordenador que é de um Sistema ainda em implantação, cabem à CIBRAZEM algumas responsabilidades básicas, delineadas a partir da dupla função que lhe é peculiar; coordenar e executar a política nacional de armazenagem. Assim é que, ao mesmo tempo em que precisa estar presente em locais onde a capacidade armazenadora é insuficiente para a guarda e preservação dos produtos agrícolas e da pesca, deve a CIBRAZEM elaborar e criar as condições preliminares para a viabilização de uma estrutura que lhe permita tornar-se efetivamente o órgão central de um Sistema, com atribuições normativas e de assistência técnica ao setor público e privado.

A Companhia iniciou sua ação dirigida a duas finalidades, praticamente em 1975. Nesse ano, em um só tempo, ela colocou em atividade o CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMazenADORAS e lançou o PROGRAMA NACIONAL DE ARMazenAGEM, pontos fundamentais de sua futura ação coordenadora, e expandiu o número de suas unidades armazenadoras inaugurando novos armazéns em regiões carentes ou de recente incorporação ao processo produtivo, e adaptando seus entrepostos de pesca às novas realidades nacionais. Com a responsabilidade, atribuída pelo CONAB, de coordenar o Sistema Nacional de Armazenamento era vital para a CIBRAZEM que ela analisasse profundamente os componentes deste Sistema. Objetivamente, uma política nacional de armazenagem, só poderia ser traçada e, conseqüentemente, um Sistema Nacional só poderia ser criado a partir de dados e números concretos que estabelecessem a real situação do setor na atualidade.

Para tanto, a CIBRAZEM lançou em dezembro de 74 o Cadastro Nacional de Unidades Armazenadoras, um levantamento das unidades armazenadoras que são utilizadas na guarda e conservação de produtos agropecuários e da pesca. Encerrado em sua fase inicial em meados de 1975, o Cadastro possibilitou à Companhia tomar conhecimento das reais condições

vigentes nas diversas regiões do País, quanto aos aspectos quanti-qualitativos da armazenagem bem como, da importância do setor para o desenvolvimento da produção em cada região do País. Observe-se porém, que o Cadastro não é uma atividade estática, condicionada à coleta, processamento e fixação de dados e números. Ao contrário na medida em que o quadro da capacidade armazenadora nacional vai se alterando, o cadastro também se modifica, tornando-se portanto, um espelho fiel da realidade brasileira no setor. Assim, munida de um registro sempre atual de cada uma das unidades armazenadoras existentes no País, é possível à CIBRAZEM formular programas e elaborar projetos de desenvolvimento e assistência para o setor na medida das necessidades de cada região, bem como exercer um efetivo controle oficial, para assegurar as condições básicas de guarda e conservação da produção agrícola nacional. Por outro lado, as unidades armazenadoras cadastradas gozarão de incentivos estabelecidos pelo CONAB, nos seguintes aspectos: a - nas operações de financiamento, pela rede bancária, para execução de projeto, construção, reforma, implantação e reequipamento de unidades armazenadoras; b - na concretização de operações de aquisição ou empréstimo do governo federal, por intermédio da CFP (COMISSÃO DE FINANCIAMENTO DA PRODUÇÃO); c - nas operações financiamento pelos quais os produtos agropecuários e da pesca armazenados sirvam de garantia real; d - na liberação de exportações de produtos agropecuários e da pesca, junto à CACEX.

A seguir, um demonstrativo dos resultados obtidos pelo levantamento inicial realizado pelo Cadastro, cujos indicativos constituirão o fundamento para as atividades da CIBRAZEM nos próximos anos.

Antes mesmo de obter os resultados do Cadastro, a CIBRAZEM elaborou o PROGRAMA NACIONAL DE ARMAZENAGEM - PRONAZEM com o intuito de suprir a deficit

da capacidade armazenadora já existente, bem como equacionar a oferta para os próximos anos. Estudos estimativos, realizados em função do próprio Programa e vasados no crescimento previsto para a agricultura pelo PND, da ordem de 7 por cento, calculavam em 2,5 milhões de toneladas, a necessidade de acréscimo à capacidade armazenadora nacional para as safras de 75/76. Para eliminá-lo, necessitar-se-ia de uma demanda de investimentos em torno de 1,6 bilhão de cruzeiros, o que foi dimensionado pelo PRONAZEM ao distribuir recursos adequados aos três níveis de armazenagem, no valor total de 1.85 bilhão de cruzeiros.

Aprovado em 2 de maio de 1975, através do Decreto 75.688, o PRONAZEM se propôs basicamente, a contemplar a armazenagem intermediária, terminal e a nível de fazenda dentro dos parâmetros que se seguem:

1- ARMAZENAGEM INTERMEDIÁRIA E TERMINAL, recursos da ordem de um bilhão de cruzeiros, destinados a financiar a construção de unidades armazenadoras intermediárias e terminais; beneficiários: iniciativa privada, principalmente cooperativas e empresas de armazéns gerais; juros: 15% ao ano; prazos: de acordo com a capacidade de pagamento dos mutuários até o prazo máximo de 8 anos, sem correção monetária.

APLICAÇÃO DIRETA DO SETOR PÚBLICO - Cr\$ 400.000.000,00 de recursos; aplicação pela CIBRAZEM de acordo com sub-programas específicos aprovados pelo CONAB, destinando-se à armazenagem intermediária e terminal, principalmente nas regiões de recente incorporação ao processo produtivo, bem como para servir de apoio aos programas governamentais de estoques reguladores; - aplicação preferencialmente com a co-participação dos Estados, mediante repasse de recursos da CIBRAZEM para: as COMPANHIAS ESTADUAIS DE ARMAZENAGEM, tornando-se a CIBRAZEM acionista minoritária destas Empresas; - recursos específicos para elaboração de estudos e desenvolvimento de pesquisas sobre armazenagem, bem como para o estabelecimento de programas de treinamento

e formação de pessoal especializado no setor.

3- ARMAZENAGEM A NÍVEL DE FAZENDA - recursos no montante de Cr\$ 450 milhões, destinados a financiar a construção e equipamentação de unidades armazenadoras a nível de fazenda, ou seja, pelos próprios produtores rurais; beneficiários: produtores rurais com colheitas mínimas da ordem de 1.500 sacos ou 90 t/ano, excluindo-se o café, açúcar, cacau e forrageiras; limite: os financiamentos poderão cobrir até 100 por cento dos gastos orçados, sem necessidade de inversão de recursos próprios pelos produtores até o limite de 2 mil vezes o maior valor de referência do País; prazos: 10 anos, com 2 anos de carência e sem correção monetária; juros: 8 por cento ao ano; projetos: a elaboração do projeto deverá ser realizado por engenheiro civil nas construções em que os mutuários não optarem pelos projetos elaborados e fornecidos pela CIBRAZEM; - assistência técnica: será prestada por técnicos do Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural, compreendendo as empresas oficiais de assistência técnica e as empresas privadas credenciadas. Para uma racional divulgação do Programa junto aos produtores rurais, a CIBRAZEM elaborou duas publicações; o "Manual de Armazenagem da Fazenda", com instruções simples e explicativas da atividade armazenadora a nível de propriedade rural, e o folheto "Projetos de Armazéns a Nível de Fazenda" contendo plantas, especificações básicas de construção e roteiro orçamentário para implantação de 4 tipos de armazéns convencionais na fazenda. Complementando estas publicações, discos e cartazes foram distribuídos por todo o território nacional, convocando agricultores a participarem do programa, o que realmente aconteceu, tendo em vista o grande número de solicitações de financiamentos, tão logo o PRONAZEM foi colocado em execução pelos agentes financeiros. Por outro lado, o sub-programa "Aplicações Diretas do Setor Público" foi imediatamente implantado com a assinatura de contratos de subscrição de ações, em dezembro de 1975, entre a CIBRAZEM e a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Minas Gerais - CASEMG, no valor de Cr\$ 50 milhões, e a Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás - CASEGO, no valor de Cr\$ 25 milhões. A importância deste sub-programa se reflete na própria destinação de recursos; em Minas Gerais propiciará o surgimento de 10 unidades convencionais e 2 silos, com uma capacidade total de 84 mil toneladas, e em Goiás permitirão construir outras 14 unidades convencionais, capazes de estocar 102 mil toneladas. Merece destaque, também, neste sub-programa, o protocolo de intenções assinado entre a CIBRAZEM e a Universidade Federal de Viçosa para a criação do Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem CENTREINAR, primeiro organismo específico para a formação e aperfeiçoamento de pessoal em todos os níveis necessários ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Armazenamento. A distinguir, também a formação dentro da Empresa de uma estrutura operacional, baseada em um eficiente quadro funcional, composto de economistas, agrônomos, engenheiros e administradores, perfeitamente capacitados a arcar com as responsabilidades decorrentes dos novos caminhos que a própria Companhia se impôs.

Apoiada em um instrumento controlador como o CADASTRO NACIONAL DE UNIDADES ARMAZENADORAS e em um programa de expansão da rede armazenadora, como o PROGRAMA NACIONAL DE ARMAZENAGEM, a CIBRAZEM terá condições suficientes para, a médio prazo, agir como instituição normativa capaz de orientar e fiscalizar a atuação de todas as entidades que compõem o Sistema Nacional de Armazenamento, visando a obtenção da eficiência global na manipulação dos produtos agrícolas. Em 1975, entretanto, ainda como empresa executora de uma política nacional, a CIBRAZEM deu continuidade aos planos e programas de expansão e modernização da rede armazenadora, em áreas carentes e regiões de recente incorporação ao processo produtivo. Assim,

9 armazéns para grãos foram construídos em Goiás, no Paraná e em Rondônia; 3 armazéns de Sergipe tiveram suas instalações reformadas; 11 unidades infláveis foram adquiridas e instalou-se um centro de recuperação de armazéns infláveis em Brasília, num investimento total previsto da ordem de 49,4 milhões de cruzeiros. Deve-se destacar o esforço envidado pela Companhia para sanar o déficit de armazenagem existente no Estado de Goiás, investindo recursos próprios no valor de 842 milhões na construção de 7 armazéns com capacidade para 1.740.000 toneladas, nas localidades de Imtubiara, Quirmópolis, Palmeiras de Goiás, São Luiz dos Montes Belos, Goianésia, Itapuranga e Edéia.

No exercício findo, ainda foram iniciadas as construções de outros 13 armazéns em Goiás, Pará, Maranhão, Rondônia e Roraima, e a construção de uma unidade de Uruguaiana, Rio Grande do Sul, em um investimento total previsto da ordem de Cr\$ 57 milhões. Por outro lado, objetivando aprimorar a infra-estrutura de apoio ao desenvolvimento da pesca, de modo a fornecer melhores condições para o abastecimento do pescado e outros produtos do mar, a CIBRAZEM prosseguiu sua programação de reforma, ampliação e modernização de entrepostos pesqueiros do Nordeste, com investimento total da ordem de Cr\$ 9,6 milhões, contemplando Recife, Maceió, Natal e Acaraju. Em andamento, encontram-se as obras de reforma e a ampliação do Entreposto de Pesca de São Luiz, no Maranhão, bem como a instalação de sua fábrica de gelo, e a ampliação da fábrica de gelo do Entreposto Pesqueiro de Natal, Rio Grande do Norte, em um investimento total previsto no valor de Cr\$ 3,1 milhões.

A ressaltar, a reconstrução e ampliação do Armazém Frigorífico de Irajá, no Rio de Janeiro, incendiado em abril de 1975, cujas obras estarão prontas em meados de 1976, em um investimento próprio da CIBRAZEM da ordem de Cr\$ 25 milhões.

No ano findo, nas 241 unidades próprias ou operadas pela CIBRAZEM, distribuídas por todo o território nacional, foram armazenadas 710.236, 6 toneladas de produtos agrícolas, numa atuação direta nas áreas produtoras, cumprindo-se a dupla função social de garantir o apoio do Governo Federal aos produtores e assegurar o abastecimento dos centros consumidores.

Ao mesmo tempo, no intuito de prestar melhores serviços à comunidade, protegendo o fruto do trabalho do homem do campo e conservando-o em condições ótimas para o consumo a Empresa executou serviços de expurgo, polvilhamento, beneficiamento, secagem e limpeza em cerca de 16 bilhões de volumes de produtos agrícolas.

Na armazenagem a frio, as 19 unidades da CIBRAZEM estocaram 41,7 mil toneladas de mercadorias, das quais 26 mil toneladas de carne. Do mesmo modo, as fábricas de gelo das unidades frigoríficas produziram, em 1975, 57.484,7 toneladas de gelo, garantindo o fornecimento direto aos pescadores, indispensável às operações de comercialização do produto.

Operando como órgão de dupla ação - coordenadora e executora - a CIBRAZEM estabeleceu uma estratégia de promoção acelerada da Empresa para consolidar, através da liderança no setor, sua posição de órgão central do Sistema Nacional de Armazenamento. Adotou-se aqui a execução de despesas condicionadas a prioridades determinadas, observando-se as restrições que a escassez de recursos impõe; a redução ao mínimo dos gastos supérfluos; a maximização dos resultados obtidos; e o rígido controle à utilização de recursos disponíveis, aceleradores de desenvolvimento.

Não há dúvida de que o fato financeiro de maior repercussão ocorrido em 1975 foi o aumento do Capital Social da Empresa em 420 por cento, elevando-se de Cr\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de cruzeiros) para Cr\$ 416.000.000,00 (quatrocentos e dezesseis milhões de cruzeiros, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária dia 9 de dezembro. Maior rele-

vância se dê a este fato porque, a par dos benefícios econômico-financeiros à Empresa, determinou ele destaque nacional à CIBRAZEM, colocando-a entre as 200 maiores empresas do Brasil, analisado o aspecto "patrimônio líquido".

Observe-se, ademais, que o espírito empresarial com que vêm sendo encaradas as atividades da Companhia, têm permitido manter um estável equilíbrio entre a receita e a despesa, apesar de o setor exigir volumosos investimentos, não resgatáveis a curto prazo.

Assim, no exercício de 1975, a CIBRAZEM obteve um quadro de receitas que atingiu o montante de 143,5 milhões de cruzeiros, enquanto as despesas totais alcançaram Cr\$ 140,9 milhões.

A destacar, o volume de recursos advindos diretamente das operações da rede armazenadora da Empresa, responsável pelo faturamento de 86,8 milhões de cruzeiros, significando um aumento de 20 por cento sobre o ano anterior. Deste total, 52,3 milhões de cruzeiros provenientes da armazenagem a meio ambiente e 34,5 milhões de cruzeiros resultantes da armazenagem a frio.

Em obediência às determinações contidas no Decreto-Lei 2.627, de 26/09/1940, e ao disposto no artigo 41 do Estatuto Social, a Diretoria, visando a fortalecer o capital de giro da empresa, notadamente em se considerando as suas aplicações em investimentos fixos, propõe que o lucro líquido seja integralmente retido na Empresa, à conta de Lucros Suspensos, Provisão Para Riscos Eventuais e Fundo de Reserva Legal, objetivando a futura incorporação ao Capital Social."

Encerrando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar registrado que, ainda neste ano, a CIBRAZEM realizou um convênio com o Estado do Paraná, para desenvolver, juntamente com a COPASA, a construção de duas unidades polivalentes com capacidade de 50 mil toneladas cada uma: 20 mil toneladas de silos e 30 mil toneladas de graneleiros, que serão construídos nas cidades de Maringá e Guarapuava.

Com esse convênio, praticamente, a rede armazenadora da COPASA do Paraná duplicou em nosso Estado.

Um outro detalhe importante, que podemos observar no relatório da CIBRAZEM é que a capacidade armazenadora do Estado do Paraná, hoje, com 9 milhões, 166 mil e 847 toneladas, com menos de cem toneladas que o Rio Grande do Sul. Mostrando, nesse setor, o desenvolvimento alcançado pelo Estado do Paraná.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, queremos deixar nossas homenagens ao Diretor Presidente, Dr. Rui Neves Ribas que tão bem está conduzindo essa empresa, fazendo com que se desenvolva, em todo o Brasil, um programa de apoio a nossa agricultura e um aumento de nossa capacidade de armazenamento há muito desejada, há muito tempo exigida, para que, dentro em breve, possamos ter uma capacidade armazenadora compatível com a produção agrícola de nosso Estado.

Muito obrigado — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Del Ciel) — Concedo a palavra ao orador inscrito, Sr. Deputado Luiz Carlos Zuk.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Era pensamento nosso usarmos de maior tempo na tribuna, mas em decorrência de uma solicitação de um companheiro nosso, Deputado Gilberto Carvalho, que também tem nesta última sessão algo de útil a apresentar através de sua pessoa e a esta Casa e a este Paraná, nós, de antemão, já abrimos uma parcela de nosso tempo ao ilustre Deputado.

Mas o que nos traz à tribuna nesta última sessão é uma matéria exclusivamente política. Ouvimos com atenção o ilustre Deputado Gabriel Manoel na sua assertiva quanto à atuação de seus companheiros no Norte Pioneiro, quando previa já, no seu pensamento, uma campanha vitoriosa do seu partido político.

Todos desta Casa e todos de nosso Estado são teste-

munhas da atuação dos diversos representantes do Norte Pioneiro nesta Casa, Deputados Aguinaldo Pereira Lima, de nosso combativo companheiro Benedito Lúcio Machado, que também têm seus companheiros identificados na região, que também têm seus candidatos a postos eletivos nos diversos municípios que compõem o Norte Pioneiro.

Queríamos também que aquele otimismo, aquela confiança demonstrada pelo nobre Deputado, fosse dada aos demais companheiros nesta Casa, companheiros que têm a mesma responsabilidade que o ilustre Parlamentar, companheiros que vêm a esta Casa com a mesma intenção de servir e desempenhar o mandato, para o fortalecimento de sua agremiação política.

Queríamos de público, cumprimentar os ilustres companheiros da bancada do MDB, porque, quando ascendíamos a este plenário, vendo nossos companheiros em número de 25, verificamos que não possuíamos uma estrutura à altura de nossa representação política. Hoje, não com otimismo, mas com uma afirmação de fato e de direito, esta bancada já é pequena pelo esquema, pela organização pelo número de Diretórios e pelo número de Prefeituras que virá a ter em 77 nos diversos Municípios. Teremos no ano de 77...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Após terminar meu raciocínio, permitirei o aparte.

Teremos no ano de 77, se não tivemos até o dia de hoje; teremos em 77 uma atividade maior dos 25 Deputados desta Casa. O MDB já possui as grandes Prefeituras do Paraná e tem mostrado a administração não só ao Estado, mas ao Brasil e até ao exterior, na pessoa de José Richa, de Londrina, de Sílvia Magalhães Barros, de Maringá, da ilustre pessoa de Nivaldo Krüger, de Guarapuava, e de muitos outros Srs. Prefeitos que dão mostras da capacidade, do dinamismo da administração dos homens do MDB.

Quisera eu que os companheiros da ARENA também tivessem a oportunidade de falar em grandes cidades como nós temos. Reconhecemos o mérito dos Prefeitos dos pequenos municípios, mas administrar um grande município como esses citados, administrar uma comunidade onde não se faz política de compadres, mas uma política de urbanização, uma política de saneamento, onde a política exige dinamismo para comandar uma cidade universitária, é uma grande responsabilidade e os nossos companheiros do MDB estão demonstrando sua capacidade.

É verdade que esta nossa representação ascendia em número, mas não tinha organização. Em 1977 esta poderosa representação do MDB terá a oportunidade de demonstrar a esta Casa ao Paraná e ao Brasil, que teve suas vitórias não confiando apenas nos votos, mas confiando nas administrações que aí estão. Respeitando nossos adversários, respeitando os arenistas estaremos dando mostras da dignidade dos homens que compõem um Partido que era pequeno ontem, que foi grande em 74, e que, com a graça de Deus, haverá de ser maior em 76.

Respeito o Norte Pioneiro e me identifico como um cidadão que dá o mesmo valor a Ivaí, Cândido de Abreu e Ponta Grossa. Queria que, neste otimismo, nesta satisfação de homem público, fosse ratificada a posição do Movimento Democrático Brasileiro, Partido que tem em suas fileiras os mais qualificados homens em termos de administração do Paraná e quicá do Brasil.

Na minha cidade, que é Ponta Grossa, tenho uma administração da ARENA. É uma grande cidade entregue à administração da ARENA que hoje se incompatibiliza, dou meu testemunho público, com elementos da própria ARENA, não com pessoas da minha cidade, mas com o ilustre companheiro Dácio Leonel. Sou testemunha de que em Ponta Grossa órgãos de divulgação, comandados pelo Sr. Prefeito Municipal, se insurgiram novamente contra a pessoa do ilustre Deputado Dácio Leonel, dizendo que o Deputado estava mal informado, mal assessorado, que não tinha representação e que havia sido o Prefeito de Ponta Grossa

que tinha conseguido a eletrificação dos municípios de Castro, Socavão e Abapã.

Fazemos, neste instante, uma comparação entre os municípios de Guarapuava e Ponta Grossa, de Maringá e Ponta Grossa, de Londrina e Ponta Grossa, onde não se vê um Prefeito fazer obra em outro município que não seja o seu.

Infelizmente é uma vergonha, até para mim, que sou do Movimento Democrático Brasileiro, ter Ponta Grossa, um Prefeito que não esteja à altura da cidade, que não esteja à altura do Partido a que é filiado, a Aliança Renovadora Nacional, que possui homens de grandes qualidades e muito melhores do que o nosso ilustre Prefeito de Ponta Grossa.

Infelizmente, Ponta Grossa foi malograda na indicação do ex-Prefeito, e está sendo com o atual Prefeito. Porém, acredito no futuro e por isto estou falando em 77. Se Deus quiser, Ponta Grossa haverá de somar com o Paraná, haverá de somar com Jayme Canet, haverá de somar com o Presidente Ernesto Geisel com uma administração honesta e de grande progresso.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Desejo alertar ao orador que está na tribuna, dado o anunciado em seu pronunciamento, que restam apenas 7 minutos para o encerramento do tempo destinado aos Srs. Deputados.

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — Pela coerência que sempre me...

O Sr. Gabriel Manoel — V. Exa. permite um aparte?

O Sr. Fidélino Tolentino — V. Exa. permite um aparte?

O SR. LUIZ CARLOS ZUK — ...caracterizou, vou terminar pedindo desculpas aos Deputados Gabriel Manoel e Fidélino Tolentino, por não conceder o aparte, porque desejo dar condições de fala ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho, da bancada da ARENA.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Com a palavra, por 6 minutos, o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente, quero agradecer ao eminente Deputado Zuk, que me concedeu os 6 minutos de sua inscrição, e queria fazer um apelo à Mesa, queria fazer um apelo ao Sr. Presidente que tem 15 minutos reservados à liderança da ARENA. Vou procurar deixar desses 15 minutos, 10 minutos ao eminente Deputado Osvaldo Macedo, para que haja tempo também de sua fala. Eu queria pedir ao Sr. Presidente que anotasse além dos 6 minutos concedidos pelo Deputado Luiz Carlos Zuk, mais 6 minutos da liderança da ARENA, para meu pronunciamento.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lendo):

"Durante o 1º período do atual ano Legislativo, por delegação da liderança da ARENA, quero agradecer a colaboração dos Srs. Deputados da ARENA e do MDB, que possibilitaram a aprovação das matérias de interesse público, bem como enaltecer a colaboração dos funcionários e da imprensa, à Comissão Executiva representada pelo Sr. Presidente, Deputado Paulo Camargo, o reconhecimento de nossa bancada, pela maneira cordial, cavalheiresca, e democrática com que dirigiu os trabalhos desta Casa durante esse primeiro período do atual ano Legislativo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados. O motivo que me traz a esta tribuna é justificar um requerimento que apresentei hoje, já lido pela Mesa, congratulando-me com o magnífico Reitor Teodócio Atherino. Na semana passada, quando ocupava esta tribuna o eminente Deputado Nilso Sguarezi, apresentava um requerimento, dirigido ao magnífico Reitor, no sentido que realizasse um plebiscito para a escolha dos 3 Estatutos elaborados para o DCE. E como naquele momento estava chegando da Reitoria e tomando conhecimento do que lá ocorria, prometi voltar a esta tribuna para trazer as informações do que na realidade ocorria, e com dados. E depois de procurar melhor me orientar, vi a necessidade de apresentar nesta Casa o requerimento que ora fiz, pelo motivo seguinte:

No dia 5 de outubro o magnífico Reitor, convocou os Pre-

sidentes dos Diretórios Acadêmicos e vários outros universitários, para que eles, livremente, sugerissem a maneira de como se pudesse constituir uma comissão para a elaboração dos estatutos. Foi composta exclusivamente de universitários. Constituída esta Comissão pelos 8 Presidentes de Diretórios e mais 5 representantes acadêmicos titulares dos Conselhos. Constituída esta Comissão, iniciaram-se os trabalhos que teriam 30 dias para a sua conclusão.

A comissão constituída dividiu-se em várias comissões. E tinha comissão de Redação. A comissão de redação da Presidência estava com o Presidente do DASCA, cujo Presidente elaborou o estatuto. E também o Presidente do DARP elaborou um outro Estatuto. E o Presidente da comissão, constituída por 3 membros, convocou uma reunião em que uns dizem ter a participação de 60 universitários, outros alegam que não passavam de 20 universitários. Nesta reunião foram apresentados os dois estatutos, mas apareceu nesta hora um terceiro estatuto. E este terceiro estatuto é o que foi aprovado. Quero levar ao conhecimento da Casa que esses universitários que participaram da reunião, como se dizia uma Assembléia Geral e que não tinha condições para isto, não estavam presentes os 13 membros desta Comissão.

Deveria esta Comissão depois de elaborar o Estatuto, encaminhar os trabalhos ao Conselho, e como os dois estatutos elaborados foram entregues ao Presidente da Comissão, Wilson Dornelles, este, depois desta reunião, encaminhou o Estatuto aprovado ao Conselho, para aprovação.

E, sendo estudado, porque não caberia aprovação pela Assembléia Geral mas sim pelo Conselho, os dois estatutos elaborados estavam razoáveis com pequenas adequações à lei que regula a matéria.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está esgotado o tempo de V. Exa., e esta Presidência, atendendo a Resolução 45/76, concede a palavra ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente, por delegação da bancada da ARENA, o Deputado Ivo Thomazoni me concedeu os 15 minutos para que falasse em nome da bancada. Portanto, não pretendo usar dos 15 minutos mas sim, mais 5 minutos, deixando o restante ao Deputado Osvaldo Macedo.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Esta Presidência tão somente esclarece ao nobre Deputado que os 15 minutos são indivisíveis e que, ainda, prevista a ausência do líder da bancada, de acordo com a resolução 45/76, esta Presidência deverá fazer as consultas aos Deputados até que...

O SR. GILBERTO CARVALHO — Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE — ... portanto, cumpre ao Deputado Vice-líder, menos jovem, ao Vice-Líder mais idoso da ARENA, se for V. Exa., a condição de se conceder o uso do tempo.

O SR. GILBERTO CARVALHO — Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, então, na realidade o Conselho não elaborou um estatuto. Na Assembléia esse terceiro estatuto aprovado, que deveria ser encaminhado ao Conselho de Administração, na realidade o foi. O Conselho, analisando, constatou várias falhas e julgou por bem, ao examinar os outros dois estatutos elaborados pela Comissão, aprovar alguns dados, enquadrando dentro da lei este estatuto e não aprovar, mas examinar e dar o parecer que ainda está em discussão e deverá ser aprovado talvez ainda no próximo mês.

A irregularidade encontrada neste terceiro estatuto, conforme declaração prestada pelo Presidente do Diretório Acadêmico Jocel Guilherme Ribas Ramos, nós destacamos quando lhe fizeram uma pergunta: "Você acha que esses projetos de estatuto do DCE satisfazem as atuais aspirações do universitário da Universidade Federal do Paraná?"

Resposta: Antes de responder esta pergunta, quero esclarecer que o problema dos estatutos que aprovaram: o primeiro estatuto foi aprovado na Assembléia. Eu não pude aceitá-lo devido a muitos erros, que continha como por exemplo, no capítulo terceiro do artigo 9, letra K, onde o estatuto diz: "Propor julgamen-

to político pelo Conselho de Representantes de qualquer membro da própria Câmara e do Conselho Administrativo". Muitos criticam o Decreto 477. Vejam bem, Srs. Deputados, que este estatuto vem propor o julgamento político pelo Conselho de Representantes.

Quando o magnífico Reitor convocou os universitários para constituição da Comissão para elaboração desse estatuto, deu a regulamentação com que deveria ser seguido. O Chefe de Gabinete também da Reitoria, dirigiu-se a vários Estados onde estava funcionando o DCE, conseguiu sete estatutos e entregou à Comissão. Baseando-se nesses sete estatutos, é que saíram os primeiros dois estatutos.

Há impossibilidade do plebiscito, porque esse estatuto terceiro, foi irregularmente elaborado por essa reunião que se dizia assembléia geral e que não tinha condições para isso, porquanto cabia à Comissão de treze membros, elaborar o estatuto, encaminhar ao Conselho para aprovação.

Agradeço, encerrando Sr. Presidente, Srs. Deputados, a atenção dispensada nesta tarde. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Com a palavra o eminente Deputado Osvaldo Macedo, Líder Emedebista nesta Casa, com o tempo de quinze minutos que lhe são assegurados pela Resolução 45/76.

O SR. OSVALDO MACEDO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lendo): "Foi Albert Camus quem falou de um sábio oriental que pedia sempre à divindade que o poupasse de viver numa época interessante. E acrescentava, com validade para os dias presentes: não somos sábios e nada pedimos à divindade, e por isso mesmo, vivemos numa época interessante. Numa época, que, pelo menos, não permite que ninguém dela se desinteresse. Mais do que nunca os 54 membros desta Assembléia sabem disso. E sabem também que, cada um à sua maneira e segundo o seu talento, está oferecendo o melhor dos seus esforços para a construção de um novo amanhã para nosso Estado e nosso País.

Ainda agora, quando se inicia o recesso parlamentar, as nossas atividades políticas serão intensificadas pelas cidades, pelas estradas e córregos do Paraná, neste ano de eleições municipais, em que se prenunciam alterações na estrutura político-partidária e eleitora adrede preparada. Rogamos a Deus que essas alterações consultem os interesses da Nação e não apenas os interesses dos poderosos do momento. Tenhamos presente que essas eleições municipais poderão descortinar a abertura democrática que todos reclamam.

A OPOSIÇÃO E ASSEMBLÉIA

O Riobaldo de "Grandes Sertões: Vêredas" diz que a vida é um exercício perigoso. E em nada mais se vive tão intensamente do que na atividade política. E a atividade política é mais vivida nos parlamentos, que foram sempre os grandes centros de debates e de questionamentos dos grandes problemas nacionais e estaduais. Nesta Assembléia temos exercido as nossas atividades, acertando e errando, talvez mais errando do que acertando, mas sempre com a vontade inabalável de acertar, de fazer, de construir, de restabelecer a plenitude do Poder Legislativo, emasculado e mutilado por uma Constituição imposta por quem a Nação não conferiu competência para fazê-lo e ameaçado pelo tristemente famoso Ato Institucional número 5, que envergonha a história política e jurídica deste País. Aqui, neste plenário, tivemos desencontros e até mesmo entreveros, neste primeiro semestre que agora finda.

Mas, todos esses desencontros e esses entreveros devem ser debitados à conta daqueles que edificaram esse tempo de direitos, desrespeitados e de incerteza diante do futuro imediato. A propósito desses entreveros, parece-me que repetimos, às vezes, a conduta dos mineiros chilenos do século passado, segundo nos conta o romancista Irving Stone. Trabalhavam eles longas horas dentro das minas, mal alimentados, sem água, sem luz, sem ar e

com salários insuficientes, mas sempre com rigorosa fiscalização e muitas exigências e com ameaça de desemprego. Quando deixavam o trabalho e tomavam um trago no primeiro bar, iam para suas casas e agrediam esposas e filhos, porque não podiam fazê-lo contra o fiscal, o gerente ou o patrão, que eram os grandes responsáveis por suas agruras.

Assim me parece e assim também tem sido aqui, nesta Casa, e em outras Casas Legislativas deste País. Os verdadeiros inimigos dos Deputados do MDB e da ARENA, são os inimigos do povo, são os inimigos da Democracia. Contra eles a nossa ira, o nosso protesto, o nosso murro.

Apesar dessas deficiências que impuseram ao nosso Poder, estou convencido de que a minha bancada, a bancada do MDB neste Legislativo, em muito contribuiu para o revigoramento desta Assembléia, e para a valorização inclusive dos Deputados da Situação. É verdade que não alcançamos ainda o nível dos períodos áureos do passado, quando por aqui desfilarão vozes vibrantes e eminentes, como as de Laertes Munhoz, Pedro Firmann Neto, Amaury de Oliveira e Silva, Leon Naves Barcelos, Luiz Alberto Dalcanale, Justiniano Olímpico da Silva, Vieira Neto, Waldemar Daros, Accioly Filho, Júlio Rocha Xavier, Antonio Anibelli, Oscar Lopes Munhoz, Hélio Setti, Mário Faraco e tantos outros paranaenses dignos e honrados. Hoje, motiva-nos a certeza de que ainda viveremos, aqui neste plenário, dias de glórias e de esplendor intelectual e oratório. Agora, se mais não fazemos, não é porque não queiramos ou porque pessoalmente não tenhamos capacidade. É porque o nosso Poder é um Poder mutilado e maculado. É um Poder que não pode. É um Poder mal informado, mal assessorado, mal equipado. Cada Deputado procura resolver, com seu próprio esforço físico e com seu próprio talento, os inúmeros problemas que o assaltam, tanto no recinto desta Casa, no exercício do mandato, como nos vários municípios que representa. Cada Deputado tem sido à sua maneira, um Dom Quixote contra os moinhos de vento reais e tenebrosos.

Mas ainda assim vivemos aqui grandes momentos. E permitam-me dizer que esses momentos foram criados por Deputados da bancada que tenho a altíssima honra de liderar. Aí estão as estatísticas para demonstrar o grande número de projetos, de requerimentos e de proposições de iniciativa dos parlamentares emedebistas, como também para atestar a sua assiduidade a esta tribuna.

E se mais os Deputados do MDB não têm feito, é porque, lamentavelmente, a honrada bancada da ARENA não tem considerado a praxe parlamentar nesta Casa, fazendo prevalecer a todo custo sua condição majoritária na eleição de presidentes e relatores de CPIs e de Comissões Especiais. Na Câmara Federal, esse princípio sempre foi respeitado, inclusive pela própria ARENA. No Rio Grande do Sul, onde o MDB é maioria, a Arena sempre foi considerada, indicando ou o presidente ou o relator de qualquer comissão.

Confio que para o segundo semestre e para os anos posteriores, os nossos dignos pares da ARENA façam por cumprir essa praxe, para maior engrandecimento do Poder Legislativo paranaense.

A OPOSIÇÃO E O GOVERNO DO ESTADO

Temos respeitado o Governo e o Governador. E com a autoridade de quem, como Deputado, nunca pôs os pés no Palácio Iguaçu em nenhuma circunstância, nem frequentou qualquer Secretaria de Estado, devo dizer que exigimos respeito para com a Oposição e para com os Deputados da Oposição. Temos constatado votos inconseqüentes e pronunciamentos indecentes, como o que foi feito na cidade de Palotina pelo Sr. Governador do Estado, e que aqui foi denunciado, como crime eleitoral, pelo bravo Deputado Ernesto Dal'Oglio. O Paraná tem assistido atitudes políticas inadequadas para um Governador de Estado. Por isso dizemos: que o Sr. Governador e o seu Governo se acautelem e se contenham e impeçam o uso indevido e criminoso da má-

quina administrativa estadual na campanha municipal que se avizinha. Além da denúncia sistemática que faremos, se isso continuar ocorrendo, para fixação do verdadeiro retrato perante a história, recorreremos à lei e a um Poder também mutilado como o nosso, mas que merece toda nossa confiança e nosso respeito, que é o Poder Judiciário. E finalmente queremos dizer que, para exercitar em toda sua plenitude e dignidade e a responsabilidade do seu cargo, deve o Sr. Governador ser efetivamente Governador de todos os paranaenses e não apenas um simples delegado do Poder Central.

A OPOSIÇÃO E A IMPRENSA

Cumpro o dever também de, em nome da bancada do MDB nesta Casa, registrar, neste encerramento do semestre, nosso respeito e nossa consideração pela imprensa paranaense. Jefferson dizia, que se lhe fosse dado escolher entre uma nação com jornais e sem governo e uma nação com governo e sem jornais, não vacilaria em preferir a primeira hipótese. Também assim entendo porque entendo que a imprensa são os olhos e os ouvidos das cidades e das Nações. Vejo uma grande identificação entre a Imprensa e a Oposição: São ambas necessárias, mas terrivelmente incômodas aos poderosos do momento. E mais do que nunca, como nos dias presentes, essa identificação se evidencia. E porque respeitamos a imprensa e com ela e com seus profissionais nos identificamos em fé e esperança, e que queremos livres, independentes, economicamente forte, sem censura e sem auto-censura.

Jornalista que fui e tive a honra de trabalhar em jornais representativos do Paraná, como "O Estado do Paraná", "Gazeta do Povo", "Diário da Tarde", e de colaborar no prestigioso jornal que é a "Folha de Londrina", posso testemunhar que a nossa imprensa tem condições e tem vocação para ser uma das melhores deste País, não só pela vontade de acertar dos seus dirigentes, como pela inteligência, pela responsabilidade e pela dedicação dos seus jornalistas, que têm demonstrado amor à causa paranaense.

Porque entendemos que, no registro, no elogio ou na crítica, haverá de prevalecer sempre a honestidade de princípios e de propósitos, estamos certos de que a imprensa do nosso Estado continuará oferecendo sua simpatia e sua cobertura ao Poder Legislativo, o que em muito contribuirá para o apressamento do restabelecimento da plenitude democrática.

A OPOSIÇÃO E O FUTURO POLÍTICO

Os donos do Poder temem o futuro. Os poderosos do momento querem continuar poderosos permanentemente. Fabricam leis para atender os seus interesses. Editam atos de exceção. Alteram as regras do jogo. Vedam o uso do rádio e da televisão, nas campanhas municipais. Tudo em nome do que? Em nome da segurança. Por isso não posso fugir à tentação de parafrasear um lamento da época da Revolução Francesa: "Oh, segurança, quantos crimes se cometem em seu nome". Quanta insegurança em nome da segurança.

Ainda agora, diante da inviabilidade, para eles, do quadro político que fabricaram. Falam em criação de novos partidos, após as eleições municipais, em vez de falarem em democratização, em abolição dos atos de exceção, em implantação do Estado de Direito. Por que não falam em diálogo nacional? Por que não falam em reconciliação nacional? Por que não falam em restabelecer o entendimento entre Governo e Nação que há muito tempo estão divorciados?

Mas dizemos: podem criar novos partidos. Podem até extinguir os atuais partidos. A oposição continuará oposição. O espírito do MDB continuará com este ou com outro nome. Porque, sempre em todas as épocas, houve apenas dois grandes partidos: um conservador, outro liberal; um retrógrado, outro progressista; um de Joaquim Silvério dos Reis, outro de José Joaquim da Silva Xavier. Os emedebistas permanecerão unidos, porque sabem que defendem a melhor causa e porque sabem que o tempo e a História

ria militam em seu favor. E a nossa luta haverá de continuar, como oposição, ou, brevemente, como poder, enquanto houver um homem sem casa e sem pão.

O futuro nos pertence. É que temos sido senão a única, a grande escola de política dos dias presentes, neste País. É que estamos nos preparando para exercer a verdadeira Democracia. É que, entre nós, não há ordem de cima a ser obedecida silenciosamente. Nós temos que criar, constantemente, com nossa própria inteligência, e com nosso talento. Nós temos que descobrir e abrir nossos próprios caminhos, com nossos próprios esforços, com nossa crença e nossa certeza. E temos crescido porque defendemos a melhor causa, oferecemos a melhor opção, asseguramos os mais profundos ideais de brasilidade. E temos sido a única alternativa para os milhões de marginalizados e deserdados em seus direitos. A juventude, que representa 60 por cento da população e do eleitorado do Brasil, tem-nos oferecido a sua simpatia e tem encontrado em nossa casa o estímulo e a confiança de que necessita, para lutar pelo seu futuro e pelo futuro desta terra.

A OPOSIÇÃO E AS ELEIÇÕES MUNICIPAIS

Compete-me transmitir nesta hora, a esta Casa e a todo o Paraná, uma síntese do relatório elaborado pelo digno Presidente do MDB do Paraná, o suplente de Senador Euclides Scalco. Lembra ele que nosso Partido teve, no correr de sua existência, uma caminhada de luta e de sacrifícios, o que é uma constante de nossa própria razão de existir. E acrescenta: 1976 será um ano de trabalho político intenso. O MDB dividiu o Estado em 29 regiões políticas para dar uma maior possibilidade de assistência aos municípios. Foram realizados, até agora, mais de 20 encontros regionais. Além desses encontros, a atuação partidária se desenvolveu intensamente em outros municípios, onde o Diretório Regional se fez presente, tendo ao todo estabelecido contato direto com mais de 200 municípios, até o momento. Nesse trabalho tem contado sempre com a participação incansável dos Deputados Estaduais, Federais e do nosso Senador.

O MDB se encontra organizado em praticamente todos os municípios. Dos 290 municípios, faltam-nos diretórios somente em 17, índice surpreendente para um partido de oposição, que luta com toda sorte de dificuldades. Mas graças ao denodo e dedicação de nossos companheiros, atingimos a realização dessa meta partidária. Isto demonstra que o MDB do Paraná está preparado para a conquista de um grande número de Prefeituras nas eleições de 15 de novembro.

É bom lembrar que no ano de 1972, o MDB lançou candidatos em 56 municípios e obteve 31 vitórias, portanto, fez 55 por cento das Prefeituras que disputou. Neste ano devemos lançar candidatos em 278 municípios, excluindo-se a Capital e os municípios considerados área de segurança nacional. Com o crescimento do MDB deveremos superar a percentagem de 1972, mas, se simplesmente a repetirmos, faremos 153 prefeituras. Embora a situação eleitoral do MDB no Estado seja das mais animadoras, não descuidaremos do nosso trabalho e não menosprezaremos a força dos nossos adversários.

Devo dizer, ainda, que o MDB assistirá os municípios não apenas nessa fase eleitoral. O nosso Diretório está orientando nossos companheiros que serão candidatos para que elaborem suas plataformas administrativas: as apresentem ao eleitorado. E está assegurando a todos os que forem eleitos Prefeitos que eles serão assistidos e assessorados após a eleição, quando no exercício do mandato, pelos atuais Prefeitos do MDB, que, invariavelmente, tiveram êxito em suas administrações e que, após o término do mandato, em 31 de janeiro de 1977, serão convocados a oferecer sua ciência e sua experiência e sua eficiência para os nossos mandatários municipais.

Preocupa-nos contudo, a possibilidade de muitos dos atuais Prefeitos, diante da iminência de uma vitória da Oposição, comprometerem irremediavelmente os próximos orçamentos mu-

nicipais. Um exemplo concreto, dos muitos que poderiam ser citados, está ocorrendo no município de Santa Mariana, onde o Prefeito Municipal, com a colaboração da esmagadora maioria arenista na Câmara Municipal, comprometeu inteiramente o próximo orçamento com que? Com a iluminação da cidade que é sofisticadíssima. E tudo porque é considerada inevitável a vitória do MDB. Eis porque apelamos para os dirigentes do Partido Situacionista para que impeçam a prática perigosa desses males às populações de muitos municípios. Espero que eles concordem conosco em que devemos colocar os interesses da comunidade acima dos interesses pessoais ou político-partidários.

Estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, as considerações que me competiam fazer neste início de recesso parlamentar e nesta véspera de campanha municipal. Sou agradecido e honrado pela compreensão e pelo prestigamento dos meus nobres pares de bancada. Faço-as como quem, no exercício do mandato e da liderança da Oposição nesta Casa, em nenhum instante tomou qualquer atitude ou qualquer iniciativa relevante sem consulta e aprovação prévias da bancada. Como político, tenho a consciência e a responsabilidade do conjunto. Sei que homem nenhum é uma ilha. Quero, como Deputado Estadual, honrar o meu mandato e dignificar o Poder a que pertenço. Sei que a atividade política é menos honorífica e mais onerosa. Mas — socorro-me de Machado de Assis — ela eleva, honra e consola”.

O SR. PRESIDENTE — (Del Ciel) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 50/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Pitanga, objetivando execução de reparos onde funcionam Grupos e Colégios, que especifica e Delegacia Regional da Polícia Civil, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 50/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 03 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Pitanga, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar José Anchieta, Delegacia Regional de Polícia Civil, Ginásio Estadual D. Pedro I, Colégio Comercial Estadual Antonio Dorigon e Escola Normal Colegial Prof. Brandão, Grupo Escolar Cap. Francisco Monteiro Tourinho e Grupo Escolar Jardim Da. Maria, da sede do referido município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 51/76, que aprova o Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Querência do Norte, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o grupo Escolar Gilberto Conceição Barreto e Delegacia e Cadeia Pública Municipal, na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 51/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 08 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Querência do Norte, objetivando execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Gilberto Conceição Borsatto e a Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 52/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Rio Bom objetivando a execução de reparos no prédio onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 52/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração e o Município de Rio Bom, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Ginásio Estadual e o Posto de Saúde, no referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 53/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Rondon, objetivando execução de reparos onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e o Ginásio Almirante Barroso na sede do referido Município. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 53/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 07 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Administração com o Município de Rondon, objetivando a execução de reparos nos prédios onde funcionam o Grupo Escolar Castro Alves, Delegacia de Polícia e Ginásio Almirante Barroso, da sede do referido Município.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 58/76, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Agricultura com o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando execução do Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis. —

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 58/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 05 de julho de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Agricultura e o Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, objetivando a execução do Projeto Integrado de Preservação e Pesquisa dos Recursos Naturais Renováveis.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 59/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura com o Município de Clevelândia, visando o Fomento Agropecuário na Região. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 59/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Convênio celebrado em 22 de setembro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria da Agricultura com o Município de Clevelândia, visando ativar o fomento agropecuário na região.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 60/76, que aprova o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Secretaria de Saúde e Bem Estar Social, e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, com objetivos que especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 60/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
R E S O L V E:

Art. 1º — Fica aprovado o Termo Aditivo de Renovação de Convênio celebrado em 16 de outubro de 1975, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Saúde e Bem Estar Social e o Hospital Psiquiátrico Franco da Rocha, da cidade de Ponta Grossa, objetivando o atendimento no Hospital supra-referido, de doentes sem recursos, encaminhados pelo Departamento de Saúde Mental.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Resolução 102/76, atribuindo ao Governador e Vice-Governador do Estado, ajuda de custo mensal a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e reajustáveis sempre que estes sofrerem alterações.

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 102/76
 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

R E S O L V E:

Art. 1º — Fica atribuída ao Governador e Vice-Governador do Estado, uma ajuda de custo mensal, a título de mordomia, de valor igual aos respectivos subsídios e automaticamente reajustável sempre que o valor destes sofrer alterações.

§ Único — A ajuda de custo de que trata este artigo só será devida enquanto o Governador e o Vice-Governador não dispõem de residência oficial.

Art. 2º — Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Pela ordem) Pedi a palavra, Sr. Presidente, para esclarecer que tenho votado contra este projeto de resolução durante sua tramitação aqui no plenário. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Não cabe ao Deputado votação contrária em Redação Final. Na Redação Final V. Exa. poderá votar contrariamente se achar que ela está errada.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, se assim me manifestei, foi somente para deixar caracterizada a minha posição firmada desde o início e desejo que fique constando dos Anais da Casa.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Em votação o Projeto de Resolução nº 102/76. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 116/76, objetivando doar ao Município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, situado na referida cidade, conforme especifica. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 117/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Paranaguá, o lote de terreno urbano, da cidade de Paranaguá, situado a Avenida Bento Rocha, esquina com a Rua Professor Cleto, com 44,0 metros de frente, sob 60,0 metros de fundos, com área total de dois mil, quinhentos e quarenta e um metros quadrados, adquirido pelo Estado do Paraná, por escritura pública de doação do próprio município de Paranaguá, conforme transcrição número de ordem 1.3434 do Livro 3-C, às fls. 222, de 14 de dezembro de 1.343, do Registro de Imóveis da Comarca de Paranaguá.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do projeto de Lei 14/76, autorizando o Poder Executivo denominar de Júlio Maria Pedroso de Moraes, um prédio público estadual localizado no Município de Curitiba. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 14/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a denominar de JÚLIO MARIA PEDROSO DE MOARES, a um prédio público estadual localizado no Município de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 43/76, autorizando o Poder Executivo a permutar área de terras em Umuarama. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI 43/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica o Poder Executivo autorizado a permutar com a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná, mantidas as finalidades da Escritura de Doação de número 13.475, do Livro 3-M, do Registro de Imóveis do 1º Ofício da Comarca de Umuarama, as datas números 1, 2 e 3, da quadra número 9 - zona 1, de Umuarama, pela quadra 37/3, da zona 1, de Umuarama.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 48/76, que declara de utilidade pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância Luciano Stencil, com sede em São Mateus do Sul. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 48/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE PROTEÇÃO À MATERNIDADE E À INFÂNCIA LUCIANO STENCIL, com sede na cidade de São Mateus do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 49/76, que declara de Utilidade Pública a Congregação dos Padres Missionários de Nossa Senhora Consoladora, da cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 49/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a CONGREGAÇÃO DOS PADRES MISSIONÁRIOS DE NOSSA SENHORA CONSOLADORA, com sede e foro na cidade de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 51/76, que declara de Utilidade Pública a Tenda de Umbanda Pai José, com sede nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL

DO PROJETO DE LEI Nº 51/76

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de Utilidade Pública a TENDA DE UMBANDA PAI JOSÉ, com sede e foro nesta Capital.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 55/76, que declara de utilidade pública a Associação de Senhoras de Rotarianos — Casa da Amizade de Nova Esperança, com sede e foro na mesma cidade. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 55/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DE SENHORAS DE ROTARIANOS — CASA DA AMIZADE DE NOVA ESPERANÇA, com sede e foro na cidade de Nova Esperança.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 56/76, que declara de utilidade pública Estadual o Montepio Cooperativista do Brasil. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 56/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarado de utilidade pública o MONTEPIO COOPERATIVISTA DO BRASIL, com sede na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 57/76; denominando de Instituto de Polícia Técnica José Merhy, o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 56/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Passa a denominar-se INSTITUTO DE POLÍCIA TÉCNICA JOSÉ MERHY, o Instituto de Polícia Técnica da Secretaria de Segurança Pública.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 60/76, que declara de Utilidade Pública a Casa da Amizade das Senhoras de Rotarianos de Mandaguari. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 57/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CASA DA AMI-

ZADE — DAS SENHORAS DE ROTARIANOS DE MANDAGUARI com sede e foro naquela cidade de Mandaguari

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de maio de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 64/76, que declara de utilidade pública a Casa Mater - Beneficência de Abrigo ao Menor, com sede e foro nesta Capital. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 64/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a CASA MATER — BENEFICIÊNCIA DE ABRIGO AO MENOR, com sede e foro na cidade de Curitiba.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 25 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

REDAÇÃO FINAL — do Projeto de Lei 66/76, elevando para quinze (15) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel. — **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
DO PROJETO DE LEI Nº 66/76
A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1º — Fica elevado para quinze (15) o número de Vereadores da Câmara Municipal de Cascavel.

Art. 2º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 29 de junho de 1976.

aa) Basílio Zanusso, Presidente; Lineu Turra, Relator.

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 54/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 45/76, que aprova Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração com o Município de Santa Izabel do Oeste, objetivando execução de reparos no prédio onde funcionam o Grupo Escolar Guilherme de Almeida e a Unidade Escolar de 1º Grau, da sede do referido Município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução 55/76, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, ex-Proposição 53/76, que aprova Termo de Convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior com o Município de Assis Chateaubriand, objetivando execução de melhorias no prédio onde funciona o Ginásio Estadual, da sede do referido município. Parecer favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Sobre a mesa, requerimento de autoria dos Srs. Deputados Jurandir Messias, Quielse Crisóstomo, Adalberto Daros e Alfredo Gulin, constante do expediente, solicitando o arquivamento do Projeto de Lei nº 62/76. — **Deferido. Ao Departamento Legislativo, para os devidos fins.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ernesto Gnoato, constante do expediente, solicitando seja oficiado aos Srs. Governador do Estado e Secretário da Saúde e Bem Estar Social, encarecendo as devidas providências, visando o funcionamento de um

Posto de Saúde Pública em Cedro, distrito de Perobal. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do expediente, solicitando seja oficiado ao Sr. Ministro dos Transportes, em forma de apelo no sentido de que determine a construção do viaduto no cruzamento da BR-116 com a Avenida Victor do Amaral. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Muggiati Filho, constante do expediente, solicitando que, tendo em vista que o Sr. Secretário do Interior, ao qual se acha vinculada a SANEPAR até o presente não respondeu ao pedido de informações aprovado por esta Casa, reitere o encaminhamento segundo determina a Constituição, ou seja por intermédio do Sr. Governador do Estado. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fuad Nacli, constante do expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Secretário dos Transportes, no sentido de que sejam concluídas as obras do contorno da cidade de Rolândia e que liga as rodovias BR-369 e João Lunardelli PR-170. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jayme Rodrigues Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Araújo, ocorrido na cidade de Goioerê. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Magnífico Reitor da Universidade Federal do Paraná, pela reabertura dos Diretórios Acadêmicos das Faculdades que integram aquela Universidade, bem como pela sua firme disposição de promover a reabertura do Diretório Central dos Estudantes e da posição que vem assumindo, permitindo um perfeito e aberto diálogo entre estudantes e Reitoria. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente, solicitando voto de louvor ao Sub-Tenente José Francisco Ribas, ora prestando serviços na ala estadual da Estação Rodoviária, pela urbanidade no trato de pessoas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fidelcino Tolentino, constante do expediente solicitando seja oficiado ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que através do Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, sejam prestadas informações referentes a contrato para as obras de saneamento da cidade de Cascavel. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, lido da tribuna, solicitando seja oficiado ao Sr. Diretor Presidente da SANEPAR, no sentido de que informe os motivos da demora do início das obras de serviço de esgoto, já aprovadas em convênio entre as cidades de Porto União e União da Vitória. — **Aprovado.**

Relatório encaminhado pela Comissão Parlamentar de Inquérito, sobre o setor de Educação do Estado do Paraná, enviado pelo Sr. Presidente da Comissão, Deputado Jorge Sato, que será publicado no Diário Oficial desta Casa. —

Concedo a palavra, em explicação pessoal, ao Sr. Deputado José Domingos Scarpelini. (Pausa). — Não se encontrando presente no plenário, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Tendo declinado, concedo a palavra ao Sr. Deputado Accioly Neto.

O SR. ACCIOLY NETO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pretendia retornar a esta tribuna na sessão de hoje. Já havia considerado mais do que fastidiosa a minha fala para os Srs.

Todavia, como homem público, como Deputado Estadual que aqui chegou com um mandato conseguido através do voto popular, não poderia deixar, neste final de período, de dizer aos Srs. Deputados, que foi a Aliança Renovadora Nacional através da sua bancada nesta Casa, muito mal preparada, e, data vênica, do

ilustre Deputado Osvaldo Macedo, a comparação que fez, a roupagem que nos emprestou, o estilo com que nos definiu, é descabido.

A figura que a ele alude como a caracterizadora do nosso Partido, constituiu realmente perante a história brasileira, a glória ignóbil, que não traiu uma causa, mas traiu a uma Nação que se iniciava.

Jamais a ARENA, com tofos seus defeitos, com todos os vícios de sua origem, até algumas vezes com o seu comportamento esdrúxulo, conseguirá, por mais força que faça, caracterizar a figura de Joaquim Silvério dos Reis.

A admitir isso, teríamos que ir mais longe, Srs. Deputados e concordar que cada um dos 29 Deputados deste Partido que aqui tomam assento, não são brasileiros, são apátridas.

O exercício da atividade política através de um dos condutos partidários existentes faz por remarcar perante a nacionalidade, sobretudo, a busca de um ideal comum de todos os homens públicos, que é de fazer com que esta Nação tenha em todo o seu esplendor, e concretamente realizados os sonhos não de Joaquim Silvério dos Reis, mas de Tiradentes, o outro Joaquim.

E nós também nos achamos estigmatizados pelo mesmo sangue de Joaquim José da Silva Xavier, porque, não fosse esse o sangue, nós estaríamos aqui a representar uma parte do povo que a cada 21 de abril reverencia, como aqueles que trouxeram V. Exa., do Movimento Democrático a esta Casa, a figura de José Joaquim da Silva Xavier.

Não cabe, Srs. Deputados, esta pecha a nós, e não nos serve, por outro lado, a afirmativa de que dados estatísticos estariam a mostrar que não temos ocupado a tribuna e que não temos também produzido com a mesma eficácia e quantidade toda e qualquer proposição que tramita nesta Casa.

A timidez legislativa com que V. Exa. brindou o nosso comportamento, pode decorrer antes, de não termos um Poder como bem V. Exa. caracterizou, porque pertencemos à ARENA. A consciência que temos de que somos, como bem disse V. Exa., um Poder que não pode, não nos leva à ilusão de propormos aquilo que sabemos muito bem não terá qualquer seguimento, não pela impossibilidade política, muito mais, pela impossibilidade legal, que são as vedações contidas no próprio texto constitucional.

Não vim discutir com V. Exa., não vim, também, repelir o que V. Exa. disse; vim apenas, dizer que a bancada da ARENA, em mais uma vez e assim o será, jamais poderá aceitar que na história fique registrado que um dia, ao invés de patriotas, nos transformamos em traidores.

O Sr. Osvaldo Macedo — V. Exa. permite um aparte? — (Assentimento).

Deputado Accioly Neto, eu quero apenas fazer um esclarecimento, porque vejo que não fui bem entendido. Tive a honra de citar o nome de seu ilustre pai, como um dos grandes Deputados que passaram por esta Casa. Sei que futuramente, outros terão a oportunidade de citar o nome de V. Exa. como um que, a exemplo de seu pai, também dignificou este Poder.

Com relação à referência a dois grandes partidos, a duas grandes correntes de opinião, que existiram sempre, em todas as épocas, em qualquer país do mundo, continuo mantendo-a e não há no texto do meu discurso, nenhuma referência específica neste sentido, a ARENA. V. Exa. viu o que não existia. Ouviu o que não foi dito.

Continuo afirmando: Em todas as épocas, em todas as fases, em qualquer país, existem apenas duas grandes correntes de opinião: uma que quer conservar; outra que quer alterar. Uma retrógrada e outra progressista. Uma de Joaquim Silvério dos Reis, que é o que delata para manter a situação. E a outra, de Joaquim José da Silva Xavier, que quer alterar a situação.

Isto não significa que a ARENA e MDB representam, só como ARENA e MDB, estas duas correntes de opinião onde, den-

tro da ARENA vejo, e vejo nomes ilustres e honrados que militam em defesa desta tese. E me permito e peço até permissão a V. Exa. para citar o nome do Senador Teotônio Vilela, da Aliança Renovadora Nacional.

Não importa nesta hora a sigla partidária, em que qualquer uma se inscreva. Importa a postura pessoal e a conduta pessoal diante do momento histórico. Não houve nenhuma comparação na citação destes dois nomes da Inconfidência Mineira aos partidos existentes atualmente. Mas essas duas correntes de opinião existem, e V. Exa. sabe que existem.

Também não há porque V. Exa. estranhar as referências aos dados estatísticos; não dissemos que os Deputados da ARENA não tivessem ocupado a tribuna neste primeiro semestre, nem tivessem deixado de apresentar projetos, proposições e requerimentos.

Disse-o e creio que não faltei com a verdade que a maioria dos pronunciamentos, a maioria dos projetos, dos requerimentos e das proposições, a maioria foi dos Deputados do MDB.

Portanto, não vejo nenhum ponto de conflito entre a minha posição e a posição de V. Exa. Não vejo porque V. Exa. esteja ofendido, porque nós, melhor que nós, V. Exa. conhece a sua posição e sabe do conceito e do respeito que nós temos por V. Exa.

Vamos deixar isso na conta do malentendido de V. Exa., e caminhemos juntos o mesmo caminho.

O SR. ACCIOLY NETO — V. Exa. e eu me sinto satisfeitiíssimo, porque, me permite a modéstia, eu fui hábil suficiente para conseguir publicamente o esclarecimento que V. Exa. deixou de dar ao seu discurso. V. Exa. deixou implícita uma situação e eu tornei explícita, que eu queria tornar.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O Sr. Osvaldo Macedo — Falamos a mesma linguagem.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) O Sr. 1º Secretário procederá a leitura da Sinópsese dos trabalhos da Assembléia, no decorrer do período que hoje finda.

O Sr. 1º SECRETÁRIO — (Lê Sinópsese).

A Sinópsese acha-se publicada no final desta ata.

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Ficam suspensos os trabalhos por alguns minutos, para que sejam concluídas as Atas que deverão ser apreciadas e votadas ainda nesta sessão. (Suspensos os trabalhos)

O SR. PRESIDENTE — (Paulo Camargo) Está reaberta a sessão. O Sr. 2º Secretário fará a leitura da ata da sessão extraordinária do dia de hoje.

(É procedida a leitura da ata).

Em votação a ata que acaba de ser lida. — **Aprovada.**

O Sr. 2º Secretário procederá a leitura da ata da sessão ordinária realizada hoje.

(É procedida a leitura da ata).

Em discussão a Ata. — Em votação. — **Aprovada.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a sessão e encerrado igualmente o 2º período ordinário, da 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 8ª Legislatura.

A Assembléia Legislativa voltará a se reunir, domingo, 1º de agosto de 1976, próximo, à hora regimental.

Levanta-se a Sessão.

**DIVISÃO DE DOCUMENTAÇÃO
SERVIÇO DE ESTATÍSTICA
SEGUNDA SESSÃO LEGISLATIVA
OITAVA LEGISLATURA
S I N Ó P S E**

Dos Trabalhos Legislativos e Administrativos do Período Ordinário compreendido entre 1º de Março a 30 de Junho de 1976.

PRESIDENTE PAULO AFFONSO ALVES DE CAMARGO
1º SECRETÁRIO AGUINALDO PEREIRA LIMA
2º SECRETÁRIO MAURICIO ROSLINDO FRUET

Sessão de Instalação	01
Sessões Solenes	02
Sessões Ordinárias	78
Sessões Extraordinárias	39
Projetos de Lei apresentados	66
Projetos de Lei aprovados pelo Plenário	81
Projetos de Lei Sancionados pelo Governador	32
Projetos de Lei Vetados pelo Governador	15
Projetos de Lei Rejeitados pelo Plenário	104
Projetos de Resolução Apresentados	02
Projetos de Resoluções Aprovados	92
Requerimentos dos Srs. Deputados	484
Votos de Pesar apresentados em Plenário	82
Votos de Louvor, Congratulações e Aplausos	96
Visitas Ilustres	11
Resoluções Promulgadas pelo Sr. Presidente	60
Mensagens do Governo do Estado	60
Ofícios do Governador do Estado	47
Ofícios de Câmaras Municipais	06
Ofícios de Diversos	11
Indicações	11
Telegramas	06
Portarias Baixadas pelo Sr. Diretor Geral	191
Decretos Legislativos	259
Emendas Apresentadas em Plenário	04

Curitiba, 30 de Junho de 1976.

M E S A

Presidente	Paulo Affonso Alves de Camargo
Primeiro Vice-Presidente	Luiz G. Guimarães Sampaio
Segundo Vice-Presidente	José Antonio Del Ciel
Primeiro Secretário	Aguinaldo Pereira Lima
Segundo Secretário	Maurício Roslindo Fruet
Terceiro Secretário	Fidelcino Tolentino
Quarto Secretário	João Leopoldo Jacomel

DEPUTADOS ESTADUAIS

Aguinaldo Pereira Lima	Jorge Sato
Alfredo Gulin	José Lázaro Dumont
Aragão de Mattos Leão	Jurandir Avahe Messias
Adalberto Daros	Luiz Alberto Martins de Oliveira
Antonio Facci	Luiz Gabriel Guimarães Sampaio
Basílio Zanusso	Luiz Roberto Nogueira Soares
Benedito Lúcio Machado	Paulo Affonso Alves de Camargo
Dácio Leonel de Quadros	Quielse Crisóstomo da Silva
David Federmann	Rosário Pitelli
Deni Lineu Schwartz	Hélio Manfrinato
Egon Pudell	Jayme Rodrigues de Carvalho
Ezequias Losso	José Antonio Del Ciel
Edilson Alencar Barbosa	José Domingos Scarpelini
Enéas Eugênio Pereira Farias	José Muggiati Filho
Ernesto Dal'Óglio	Lineu Mansani Turra
Ernesto Gnoato	Luiz Carlos Stanislawzuk
Fabiano Braga Cortes	Maurício Roslindo Fruet
Francisco Accioly Rodrigues da Costa Neto	Nelson Buffara
Francisco Escorsin	Nilso Romeu Sguarezi
Fuad Nacli	Osório Valter Pietrângelo
Fidelcino Tolentino	Osvaldo Evangelista de Macedo

Gabriel Manoel	Otássio Pereira da Silva
Gilberto Rezende de Carvalho	Trajano Bastos de Oliveira
Ivan Santos Rüppel	Waldenício Barbalho
Ivo Thomazoni	Werner Wanderer
João Leopoldo Jacomel	Wilson Figueiredo Fortes
João Cioni Netto	

SECRETARIA GERAL

Diretor Geral:
 José Maria Zanardini de Camargo
 Diretor do Departamento Administrativo:
 Dr. Clóvis Stadler de Souza
 Diretor do Departamento Legislativo:
 Dr. Alberto Carazzai Neto

ATIVIDADES LEGISLATIVAS

VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, REGOZILHO E APLAUSOS

Dias	Súmula
09-06-76	Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso ao Sr. Presidente da República, pela apresentação de proposição que regula a profissão de jogador de futebol.
16-06-76	Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pelo transcurso em data de amanhã, do 23º aniversário da Escola de Oficiais Especialistas e de Infantaria de Guarda sediada nesta Capital.
14-6-76	Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do primeiro ano da edição das segundas-feiras do jornal 'Gazeta do Povo', de nossa Capital.
15-06-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela boa programação apresentada pela Rádio Prj-2, da cidade de Ponta Grossa.
23-06-76	Do Sr. João Cioni Netto, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao jornal 'Gazeta de Umuarama', pelo motivo que especifica.
23-06-76	Do Sr. Edilson Alencar, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à nova Diretoria do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais e ao Diretório Central dos Estudantes da Universidade Católica do Paraná.
24-06-76	Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Diretor do DETRAN, pelos motivos que especifica.
29-06-76	Do Sr. Edilson Alencar, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao automobilista Olício dos Santos, da cidade de Assis Chateaubriand, pela sua brilhante atuação no Campeonato paranaense classe A.
29-06-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Universidade Federal de Ponta Grossa na pessoa do Sr. Dr. Álvaro Cunha Rocha, Coordenador do Projeto CRUTAC.
29-06-76	Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Sociedade Evangélica Beneficente, pela passagem de seu aniversário de fundação.
03-06-76	Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pelas medidas adotadas com relação à exploração das jazidas de potássio de Sergipe.
04-06-76	Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 42º aniversário da emancipação política do Município de Serтанópolis.

04-06-76	Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso ao Senador João Calmon, pela apresentação de emenda constitucional que visa dotar a Educação de mais verbas orçamentárias.
04-06-76	Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de aplauso ao jovem paranaense, Alberto Dalcalle Netto, pela sua vitória na prova internacional de hipismo.
08-06-76	Do Sr. Accioly Netto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do cinquentário de fundação do Club Atlético Seletto de Paranaguá.
08-06-76	Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Deputado Federal Ítalo Conti, pela apresentação de projeto de lei que especifica.
08-06-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Srta. Cláudia Chueiri, eleita Miss-Paraná 76.
08-06-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Srta. Edna Babinski Faé, pela eleição da mesma à Rainha do Soja do Paraná.
09-06-76	Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao professor Rodolfo Purpur, pelos motivos que especifica.
09-06-76	Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Governador do Estado, pela atenção que o mesmo vem dispensando ao Município de Francisco Alves.
09-06-76	Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Presidente da CBD, pela inclusão do Londrina no Campeonato Nacional de Futebol.
28-05-76	Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural do Min. da Agricultura, pelos motivos que especifica.
28-05-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à 'Voz do Paraná', pela passagem do seu 20º aniversário de fundação.
28-95-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Federação Paranaense de Futebol de Salão, pelos motivos que especifica.
28-05-76	Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao INPS pela futura instalação daquele Instituto na cidade de Francisco Beltrão.
28-05-76	Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Rádio Difusora de Ponta Grossa, pelos motivos que especifica.
28-05-76	Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de júbilo pelo transcurso do Jubileu de Ouro da Diocese de Jacarezinho.
31-05-76	Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Associação de Câmaras Municipais do Paraná, pelos motivos que especifica.
31-05-76	Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao jornal 'Vicentini Nel Mondo', pela passagem do seu 10º aniversário de fundação.
02-06-76	Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao IBDF, pelo lançamento do programa Nacional de Sementes Florestais.
02-06-76	Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à classe dos jornalistas pela realização, no Paraná, do XVI Congresso Nacio-

cional dos Jornalistas Profissionais.

- 07-05-76 – Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao professor Ildefonso Marques, pelos motivos que especifica.
- 07-05-76 – Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do 50º aniversário de criação da Diocese de Ponta Grossa.
- 11-05-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao autor e diretor Oraci Gemba, pelo sucesso que vem alcançando sua peça de teatro 'O Cerco da Lapa'.
- 11-05-76 – Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Governador do Estado, pela sensibilidade que demonstrou ao seu apelo feito em favor dos suplementaristas de nosso Estado.
- 12-5-76 – Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo da comunidade de Toledo, pela visita que fez àquela cidade Sua Eminência Dom Carmine Rocco, Nuncio Apostólico no Brasil.
- 13-07-76 – Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao artista paranaense, Jeferson Cesar, pela inauguração de sua retrospectiva de pintura etc.
- 17-05-76 – Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à direção e funcionários do jornal 'O Paraná', inaugurado na cidade de Cascavel.
- 17-05-76 – Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor pelo lançamento do jornal 'O Paraná', na cidade de Cascavel.
- 24-05-76 – Do Sr. Jayme R. Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria do Mandaguari Esporte Club, pelos motivos que especifica.
- 26-5-76 – Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao IBDF, pelos motivos que especifica.
- 27-05-76 – Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de aplausos à Comissão de Serviço Público da Câmara Federal, pela aprovação do Projeto de Lei 1 109-75.
- 30-04-76 – Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao atleta Jairo Nascimento, pela sua estréia na Seleção Brasileira de Futebol.
- 30-04-76 – Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao 'Diário do Paraná', pelos motivos que especifica.
- 03-05-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 12º aniversário de fundação da Rádio Alvorada, de Londrina.
- 03-05-76 – Do Sr. Gabriel Sampaio, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao jornal 'Tribuna de Cianorte', pelos motivos que especifica.
- 03-05-76 – Do Sr. Quielse Crisóstomo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Dr. Amosis C. Freitas, pelos motivos que especifica.
- 04-05-76 – Do Sr. Jorge Sato, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor à Difusora Ouro Verde, pela passagem do seu 20º aniversário de fundação.
- 05-05-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao 'Diário dos Campos', pelo seu transcurso de 69º aniversário de fundação.
- 06-05-76 – Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Revista 'Rumo Paranaense', pelos motivos que especifica.
- 06-05-76 – Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao jornal 'Gazeta do Povo', pelos motivos que especifica.
- 06-05-76 – Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do Dia das Comunicações.
- 07-05-76 – Do Sr. Antonio Facci, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Sec. de Saúde do Mun. de Maringá, pelos motivos que especifica.
- 23-04-76 – Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Min. da Educação, pela oficialização das 'Festas Estaduais do Livro'.
- 26-04-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 30º aniversário de instalação da Comarca de Pirai do Sul.
- 26-04-76 – Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela recondução do Sr. Professor Milton Miró Vernalha, ao Cargo de Diretor do Setor de Ciências Biológicas da U.F.P.
- 26-04-76 – Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à TV Canal 12, pelo retorno da transmissão da programação da Rede Globo.
- 27-04-76 – Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor à TV Canal 12, por voltar a transmitir a programação da Rede Globo de TV.
- 27-04-76 – Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Prefeito de F. Beltrão, pelas festividades que especifica.
- 17-04-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Revista Veja, número 399, pela reportagem 'Crime e Castigo'.
- 28-04-76 – Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 205º aniversário de fundação do município de Guaratuba.
- 29-04-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pela passagem do 20º aniversário de criação do município de Monte Castelo.
- 29-04-76 – Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 205º aniversário do município de Guaratuba.
- 29-04-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações pelo aniversário de fundação do município de Loanda.
- 05-04-76 – Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Presidente da República e ao Sr. Ministro do Trabalho, pela criação do Senar.
- 05-04-76 – Do Sr. Fabiano B. Cortes, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas deste Estado pelo trabalho que vem desenvolvendo pelo progresso de nosso Estado e do País.
- 06-04-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do 4º aniversário da TV Esplanada, Canal 7, Ponta Grossa.
- 06-04-76 – Do Sr. Lineu Turra, pela passagem do centésimo quinquagésimo sétimo aniversário da cidade de Palmeira.
- 07-04-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Dr. Ronald Crolmann, pela sua indicação na lista tríplice à Promoção à Instância Superior na qualidade de Juiz De Direito.
- 08-04-76 – Do Sr. Nelson Buffara, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do centésimo aniversário do Prof. Artur Martins Franco.
- 09-04-76 – Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Prof. Jucundino S.

Furtado, por sua indicação para o Conselho Federal de Educação.

- 12.-4.76 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à ABI, pelo transcurso do seu sexagésimo oitavo aniversário de fundação.
- 13.-04-76 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Prof. e Jornalista Hélio Duque, pela redação do artigo publicado no Jornal 'Panorama', em data de 24 de março corrente, sobre assunto que especifica.
- 13.05-76 - Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Banco Nacional, pela intensa propaganda que vem sendo feita no noticiário Jornal Nacional, favorecendo o Município de Pitanga.
- 18-03-76 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 77º aniversário do jornal 'Diário da Tarde'.
- 23-03-76 - Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Dr. Moacir Guimarães, pelo seu trabalho no Quarto Seminário Regional da Magistratura do Paraná.
- 24-03-76 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao escritor José Maria Oberdan pelos motivos que especifica.
- 25-03-76 - Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Observatório do Colégio Estadual do Paraná, pelo interesse que vem despertando ao estudo da astronomia entre os jovens do nosso Estado.
- 30-03-76 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 21º aniversário de fundação do jornal 'Diário do Paraná'.
- 01-04-76 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Dir. do Dep. de Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Paraná.
- 01-04-76 - Do Sr. Lúcio Machado, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Sr. Presidente da República, pelo ultimato lançado aos Governadores, determinando urgente conclusão das obras e serviços que se encontram paralisados ou em atraso.
- 01-04-76 - Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao programa de TV, 'Entre Nuvens e Estrelas', pela passagem do seu 14º aniversário.
- 02-04-76 - Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Gal. de Exército, Ayrton P. Tourinho, por sua recente promoção.
- 02-04-76 - Do Sr. Paulo Camargo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor à Cia. Melhoramentos Norte do Paraná, pela doação que fez de 60 hectares de terras com florestas nativas à Prefeitura de Londrina.
- 04-03-76 - Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor pela passagem do 27º aniversário de fundação da L.B.V.
- 08-03-76 - Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao jornal 'Diário Popular', no curso dos seus 13 anos de existência.
- 08-03-76 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Diretoria do Orfanato Evangélico Luz da Verdade, da cidade de Palmeira.
- 10-03-76 - Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pelo transcurso do primeiro aniversário de circulação do Jornal 'Panorama', editado em Londrina.
- 10-03-76 - Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em

ata de um voto de louvor ao Sr. Dir. da Cia. C.R. Almeida S/A, pela entrega da BR-323, de Iporã a Francisco Alves.

- 11-03-76 - Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Dr. Osiris S. Guimarães, pela forma dinâmica como vem se comportando frente à Secretaria dos Transportes.
- 11-03-76 - Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo ao jornalista Ali Bark, por ter recebido o título de 'Vulto Emérito de Curitiba'.
- 15-03-76 - Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao Bamerindus SA., pela instalação de uma agência no Distrito de Terezinha, em Foz do Iguaçu.
- 16-03-76 - Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de regozijo pela nomeação do Sr. Barcímio S. Júnior, para o Centro de Desportos da Universidade do Paraná.
- 16-03-76 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações à Revista 'Rumo Paranaense', pela homenagem prestada ao ilustre paranaense, Sr. Avelino A. Vieira.
- 17-03-76 - Do Sr. Rosário Pitelli, solicitando a inserção em ata de um voto de congratulações ao provedor da Sta. Casa de Cornélio Procopio pela realização da 3ª Jornada Médica a se realizar naquele Município.
- 19-03-76 - Do Sr. Lázaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de louvor ao Sr. Athos M. C. Velloso, pela medida tomada em favor de nossos agricultores.

VOTOS DE PESAR

- Dias: Súmula:
- 29-06-76 - Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Natalia Salomon Bochino.
 - 14-06-76 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Gomes de Oliveira.
 - 14-06-76 - Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Professora Rosi Tissot.
 - 14-06-76 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente Elizeu Ampesam.
 - 15-06-76 - Do Sr. Egon Pudell, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Deonizio A. Poffe.
 - 15-06-76 - Do Sr. Alfredo Gulin, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Guerra.
 - 15-06-76 - Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Corina Pugliesi.
 - 15-06-76 - Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José E. Silva.
 - 16-06-76 - Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Manoel P. S. Lima.
 - 16-06-76 - Do Sr. Luiz Carlos Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Apermonte Oscar Calleone.
 - 18-06-76 - Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Colli, ocorrido em Ponta Grossa.
 - 21-06-76 - Do Sr. Ivo Thomazoni, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Anita Canet.

- 22-06-76 – Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jorge André Clele.
- 22-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro B. Faraco.
- 24-06-76 – Do Sr. Francisco Escorsin, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Henrique Monteiro.
- 25-06-76 – Do Sr. Luiz A. Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento de Divil Scheibel.
- 25-06-76 – Do Sr. Fidelcino Tolentino, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Erico Nezele.
- 26-06-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dinarte Nader.
- 26-06-76 – Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. George Lahn.
- 26-06-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria Margarida Zagonel Slaviero.
- 27-06-76 – Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Maria M. Zagonel Slaviero.
- 28-06-76 – Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Aldo Paveski.
- 28-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osvaldo F. Vieira.
- 28-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Jair Lopes.
- 05-05-76 – Do Sr. Jorge Sato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. vereador Shigeataka Eguchi.
- 05-05-76 – Do Sr. Gabriel Manoel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento de Faruk Abrão Kakil.
- 06-05-76 – Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Narciso M. Silva.
- 06-05-76 – Do Sr. Osvaldo Macedo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Eitaro Aoyama.
- 06-05-76 – Do Sr. Gilberto Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Arcângelo Biage.
- 12-05-76 – Do Sr. Waldenício Barbalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ettore Giovine.
- 19-05-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Julio Odpis.
- 20-05-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Blagieski.
- 21-05-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Bortoleto.
- 24-05-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Helvecia B. Bannach.
- 25-05-76 – Do Sr. Jayme Rodrigues Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Palmira Alves N. Soares.
- 25-05-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Abilio Costa.
- 26-05-76 – Do Sr. Waldenício Barbalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Levi Iensen.
- 02-06-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Hélio Dalprá.
- 02-06-76 – Do Sr. Luiz A. Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Lenin Forlin.
- 03-06-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. Noemia M. de Jesus Santana.
- 03-06-76 – Do Sr. Werner Wanderer, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Reinoldo Ludwig.
- 03-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ulisses Xavier.
- 08-06-76 – Do Sr. Ernesto Dal'Oglio, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Jurandir Dalprá e Leonir Giaretta.
- 08-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Osmar Inocente.
- 08-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Alzira M. Araújo.
- 08-06-76 – Do Sr. Ernesto Gnoato, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Padre José Busato.
- 09-06-76 – Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Rigoletto Andreoli.
- 09-06-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mário Giublin.
- 18-03-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Laudelino P. Silva.
- 23-03-76 – Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Edmar Filismeno C. Pinto.
- 25-03-76 – Do Sr. Jayme R. de Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento dos Srs. Florêncio José dos Santos, Hélio Maeda, José Oliveira dos Santos e Sra. Maria L. Morelli.
- 30-03-76 – Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Artur Mehel.
- 02-04-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Olinio Castanho.
- 06-04-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Paulo Alvares Delfino.
- 07-04-76 – Do Sr. Domício Scaramella, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Zaios.
- 07-04-76 – Do Sr. Luiz A. de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Gunther Friederich Max Busse.
- 09-04-76 – Do Sr. Fuad Nacli, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Mucio B. L. Pereira.

- 12-04-76 – Do Sr. Nilso Sguarezi, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Dalssasso.
- 13-04-76 – Do Sr. Lineu Turra, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Dalva de Freitas.
- 13-04-76 – Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Margarida Hauer Kapp.
- 19-04-76 – Do Sr. Leopoldo Jacomel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Boanerges V. S. Filho.
- 20-04-76 – Do Sr. David Federmann, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Stilverberg.
- 22-04-76 – Do Sr. Jayme R. Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Alves da Silva.
- 22-04-76 – Do Sr. Jayme R. Carvalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Natal de Pieri.
- 22-04-76 – Do Sr. Luiz A. de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Guilherme Zanini.
- 08-03-76 – Do Sr. Jurandir Messias, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Anibal Ziegemann.
- 08-03-76 – Do Sr. Luiz A. de Oliveira, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Dorta.
- 09-03-76 – Do Sr. Lúcio Machado, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Miguel Buffara.
- 10-03-76 – Do Sr. Valter Pietrângelo, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Granzotti.
- 10-03-76 – Do Sr. Accioly Neto, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Bernardo Paciornik.
- 10-03-76 – Do Sr. Leopoldo Jacomel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Pedro Passos Leoni.
- 11-03-76 – Do Sr. Lazaro Dumont, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Atanasio Mingo.
- 12-03-76 – Do Sr. Dácio Leonel, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Sebastião de Mello Cesar.
- 15-03-76 – Do Sr. Deni Schwartz, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Ernesto Tonini.
- 15-03-76 – Do Sr. Enéas Faria, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. José Knopfolz.
- 15-03-76 – Do Sr. Maurício Fruet, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento da Sra. Estela Eva Lesniovski Wzorek.
- 16-03-76 – Do Sr. Waldenício Barbalho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Agamenon Pereira.
- 16-03-76 – Do Sr. Muggiati Filho, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. João Rodrigues Venegas.
- 17-03-76 – Do Sr. Luiz C. Zuk, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Joel Lacerda.
- 17-03-76 – Do Sr. Ezequias Losso, solicitando a inserção em ata

de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. David Nikkel.

- 17-03-76 – Do Sr. Adalberto Daros, solicitando a inserção em ata de um voto de pesar pelo falecimento do Sr. Lauro R. Cordeiro.

RESOLUÇÕES PROMULGADAS PELO SENHOR PRESIDENTE

- | Nºs | Súmula: |
|---------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 47-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração e o Município de Itapejara do Oeste, para os fins que especifica. |
| 48-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado, através da Sec. da Administração e o Mun. de Indianópolis, para os fins que especifica. |
| 49-76 – | Dando nova redação aos artigos 39 e 51 do Regimento Interno deste Poder. |
| 50-76 – | Determinando o arquivamento de projetos que concedem honrarias apresentados e oriundos de outras legislaturas. |
| 51-76 – | Aprovando prestação de contas deste Poder Legislativo relativas ao exercício financeiro de 1970. |
| 52-76 – | Aprovando prestação de contas do Deputado Haroldo Bianchi, pela verba de Assistência Social do Exercício de 1970. |
| 53-76 – | Aprovando prestação de contas referentes ao exercício de 1971, bem como o relatório da Contabilidade Geral desta Assembléia Legislativa. |
| 64-76 – | Aprovando prestação de contas do Poder Legislativo, referente ao exercício financeiro de 1973. |
| 55-76 – | Aprovando prestação de contas deste Poder Legislativo referente ao exercício financeiro de 1972. |
| 56-76 – | Aprovando balancete de verificação referente ao mês de abril encaminhado pela C.G. deste Poder, referente ao ano de 1973. |
| 57-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Mandaguari, para os fins que especifica. |
| 58-76 – | Aprovando convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Sec. de Administração e o Mun. de Laranjeiras do Sul, para os fins que especifica. |
| 59-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Manoel Ribas, para os fins que especifica. |
| 60-76 – | Aprovando Convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Sec. de Administração e o Mun. de Paranaity, para os fins que especifica. |
| 36-76 – | Aprovando Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Terra Rica, para os fins que especifica. |
| 37-76 – | Aprovando Termo de convênio celebrado pelo Governo do Estado através da Sec. do Interior e o Mun. de Nova Esperança, para os fins que especifica. |
| 38-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. de Saúde e Bem Estar Social e da Sec. do Interior e o Município de Guaraniaçu para os fins que especifica. |
| 39-76 – | Aprovando Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Saúde e Bem Estar Social e o Mun. de F. Beltrão, para os fins que especifica. |
| 40-76 – | Aprovando Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Sec. do Interior com o Mun. de Salto do Itararé, para os fins que especifica. |
| 41-76 – | Aprovando Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. do Interior e o |

- Mun. de Cruzeiro do Oeste, para os fins que especifica.
- 42-76 - Aprovando Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Sec. do Interior e o Mun. de Matelândia, para os fins que especifica.
- 43-76 - Aprovando Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através das Secretarias de Segurança e do Interior e o Mun. de Nova Loderina, para os fins que especifica.
- 44-76 - Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado através das Secretarias de Segurança e do Interior e o Mun. de Santa Fé, para os fins que especifica.
- 45-76 - Dando nova redação e acrescentando incisos, à Alínea C do Artigo 1º da Resolução 09/67, de 07-06-67.
- 46-76 - Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Conselheiro Mairink, para os fins que especifica.
- 24-76 - Aprovando Termo de Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná através da Sec. da Administração e o Mun. de Cap. Leônidas Marques, para os fins que especifica.
- 25-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Florestópolis, para os fins que especifica.
- 26-76 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Formosa do Oeste, para os fins que especifica.
- 27-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Goioerê, para os fins que especifica.
- 28-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Inajá, para os fins que especifica.
- 29-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Paraíso do Norte, para os fins que especifica.
- 30-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Porecatu, para os fins que especifica.
- 31-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Prudentópolis, para os fins que especifica.
- 33-76 - Aprovando Convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Quatro Barras, para os fins que especifica.
- 34-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Santa Mariana, para os fins que especifica.
- 35-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Maria Helena, para os fins que especifica.
- 13-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração com o Mun. de Cambira, para os fins que especifica.
- 14-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. da Agricultura e a Fundação Instituto Agrônomo do Paraná para os fins que especifica.
- 15-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Ministério da Agricultura e o Governo do Estado, para os fins que especifica.
- 16-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração com o Mun. de Adrianópolis, para os fins que especifica.
- 17-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Medianeira, para os fins que especifica.
- 18-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Agudos do Sul, para os fins que especifica.
- 19-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Assaí, para os fins que especifica.
- 20-76 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Atalaia, para os fins que especifica.
- 21-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Borrazópolis, para os fins que especifica.
- 22-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Caefara, para os fins que especifica.
- 23-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. da Administração e o Mun. de Campina da Lagoa, para os fins que especifica.
- 01-76 - Aprovando convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. do Interior e o Mun. de Salto do Itararé, para os fins que especifica.
- 02-76 - Aprovando convênio celebrado entre o Governo do Estado através da Sec. de Segurança Pública e de Viação e Obras Públicas e as Prefeituras que especifica e dá outras providências.
- 03-76 - Aprovando convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. de Segurança Pública e os municípios que especifica, objetivando equipar as delegacias que especifica.
- 04-76 - Aprovando termo de convênio firmado entre o Governo do Estado através da Sec. de Segurança Pública e os Mun. de Assis Chateaubriand, e Dois Vizinhos, para os fins que especifica.
- 05-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e a SSP e de Viação e Obras Públicas, com Prefeituras e objetivos que especifica.
- 06-76 - Aprovando Termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Mun. de Colorado, para os fins que especifica.
- 07-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Governo do Estado e Entidade Binacional ITAIPU, e a Universidade Federal do Paraná, visando o que especifica.
- 08-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. do Interior com o Mun. de Santa Fé, para os fins que especifica.
- 09-76 - Aprovando termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. de Saúde e Bem Estar Social com o Mun. de Colorado, para os fins que especifica.
- 10-76 - Aprovando convênio celebrado entre o DNER e DER para os fins que especifica.
- 11-76 - Aprovando o termo de convênio celebrado entre o Estado do Paraná através da Sec. do Interior com o Mun. de Rolândia, para os fins que especifica.
- 12-76 - Aprovando convênio celebrado pelo Governo do Estado do Paraná através das Sec. de Segurança Pública e do Interior com o Mun. de Engenheiro Beltrão, para os fins que especifica.

VISITAS ILUSTRES

Dias: Súmula:

- 15-03-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário deste Poder, dos srs. Marcos Antonio Maciel, Deputado Federal pelo Estado de Pernambuco, Hermes Macedo e Cleverson Teixeira, Deputados Federais pelo nosso Estado.
- 16-03-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário dos srs. Prefeito Municipal da cidade de Cianorte e do Sr. Presidente do MDB do município de Jacarezinho.
- 18-03-76 – A Presidência registra com satisfação a presença em plenário da Casa do Sr. Henrique Cordova, da Assembléia do Estado de Santa Catarina.
- 13-04-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário do Sr. Norton Macedo, Deputado Federal pelo nosso Estado.
- 27-04-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário da Casa dos Srs. ex-Prefeitos dos Mun. de Bela Vista do Paraíso, Jundiá do Sul e Sapopema.
- 10-05-76 – O Sr. Presidente anuncia a presença em plenário dos Srs. Deputados Federais Alvaro Dias, Norton Macedo e Fernando Gama.
- 11-05-76 – O Sr. Presidente anuncia a presença em plenário do Srs. Prefeito do Mun. de Fenix e do Vereador desta Capital, Amadeu Geara.
- 25-05-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário do Sr. Vice-Presidente do Diretório Estadual do MDB, bem como de uma delegação de alunos da 2ª Série da Escola Estadual de Demonstração e Experimentação Pedagógica “João Turim”.
- 28-05-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário do Sr. Prefeito Municipal de Maringá.
- 08-06-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário da Casa do Sr. Prefeito Municipal de São Sebastião da Amoreira.
- 10-06-76 – A Presidência anuncia a presença em plenário da Casa da Srta. Cláudia Chueiri, Miss Paraná/76.

DISCURSOS DO DEPUTADO ALFREDO GULIN

Dias: Súmula:

- 13-04-76 – Ocupa a tribuna para enaltecer a administração do Sr. Saul Raiz frente à Prefeitura Municipal de Curitiba.
- 19-04-76 – Ocupa a tribuna para dizer do sucesso alcançado pela Feira-Agro-Industrial do Município de Santo Antonio da Platina.
- 27-04-76 – Ocupa a tribuna para elogiar a atuação do Prefeito de nossa Capital pela solução que vem dando ao problema das favelas em Curitiba.
- 04-05-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com o aniversário de criação do Município de Imbituva.
- 17-05-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado, pelo que vem realizando no setor educacional em nosso Estado.
- 20-05-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre convênio entre o Brasil e EUA e que versa sobre a produção, industrialização e comercialização do soja em nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO ANTÔNIO FACCI

Dias: Súmula:

- 30-04-76 – Ocupa a tribuna para solicitar à Telepar a instalação de um telefone público na sede do distrito de Sarandi, município de Marialva.
- 23-06-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a renúncia do Sr. Prefeito Municipal da cidade de Pérola.

DISCURSOS DO DEPUTADO ARAGÃO DE MATTOS LEÃO

Dias: Súmula:

- 05-04-76 – Ocupa a tribuna para homenagear o Sr. Ayrton P. Tourinho, recentemente nomeado no cargo de General de Exército.

DISCURSOS DO DEPUTADO ACCIOLY NETO

Dias: Súmula:

- 26-03-76 – Ocupa a tribuna para terer considerações sobre os Projetos de Lei números 6 e 7/76.
- 29-04-76 – Ocupa a tribuna para apresentar e justificar emenda apresentada dando nova redação ao art. 58 da Constituição do Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO BASÍLIO ZANUSSO

Dias: Súmula:

- 12-03-76 – Ocupa a tribuna para solicitar à Mesa deste Poder, melhor atendimento assistencial aos trabalhadores do interior do nosso Estado.
- 07-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a erosão em nosso Estado, notadamente no Norte e no Nordeste de nosso Estado.
- 12-04-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com todos aqueles que colaboraram para que a CPI sobre a Educação concluísse seus trabalhos.
- 05-05-76 – Ocupa a tribuna para comentar atitude tomada por um motorista de táxi desta Capital, pela exploração na cobrança de seus serviços a um senhor que veio do interior.

DISCURSOS DO DEPUTADO DAVID FEDERMANN

Dia: Súmula:

- 16-03-76 – Ocupa a tribuna para dirigir apelo ao Sr. Sec. da Justiça para que interceda a favor dos titulares de Cartório, oficiais e auxiliares, em suas prestações econômicas e tece outros comentários.

DISCURSOS DO DEPUTADO DÁCIO LEONEL

Dias: Súmula:

- 25-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as últimas inaugurações feitas pelo Sr. Governador do Estado no município de Londrina.
- 31-03-76 – Ocupa a tribuna para fazer um retrospecto dos acontecimentos que culminaram com a Revolução de 1964.
- 13-04-76 – Ocupa a tribuna para discorrer sobre sua atuação na comissão em que representou esta Casa na cidade de Londrina e tece outros comentários.
- 26-04-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com a administração estadual, notadamente na área da educação, na cidade de Londrina.
- 28-04-76 – Ocupa a tribuna para comunicar a inauguração que se fará em breve, pelo Governo do Estado, de inúmeras salas de aulas em diversos colégios de nossa capital.
- 08-06-76 – Ocupa a tribuna para congratula-se com o Governo do Estado, pela inauguração na cidade de Londrina, de diversas casas escolares.
- 09-06-76 – Ocupa a tribuna para registrar sua satisfação e do povo de Londrina pela inclusão no Campeonato Nacional de Futebol, do Londrina Esporte Club.
- 16-06-76 – Ocupa a tribuna para criticar a atuação da Assessoria de Imprensa da Prefeitura Municipal de Ponta Grossa.

DISCURSOS DO DEPUTADO DENI SCHWARTZ

Dias: Súmula:

- 10-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Decreto Lei 1.495.
- 18-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre requerimento que apresentou em sessão anterior e que versava sobre imprensa em nosso Estado.
- 22-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a Feira das Indústrias do Paraná e sobre o jornal 'Brazilian Export', o qual tem por finalidade divulgar as indústrias brasileiras.
- 08-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre projeto apresentado pelo Deputado Federal Sr. Pedro Lauro, e que versa sobre matéria que especifica.
- 12-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre proposição do Sr. Deputado Pedro Lauro, apresentada na Câmara Federal, e que versava sobre a anexação da Guiana Francesa ao território nacional.
- 27-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a instalação de um Polo Petroquímico em nosso Estado.
- 15-06-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento do atual Ministro da Justiça, Sr. Armando Falcão, pronunciamento este feito no ano de 1963.
- 24-06-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o aumento do preço da gasolina e de suas conseqüências.

DISCURSOS DO DEPUTADO EZEQUIAS LOSSO

Dias: Súmula:

- 16-03-76 – Ocupa a tribuna para fazer algum reparo ao pronunciamento do Sr. Luiz Carlos Zuk. Finalizando, destaca vantagens contidas no convênio para o Plano de reequipamento das corporações dos bombeiros para nosso Estado.
- 01-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a passagem do 283º aniversário de Curitiba.
- 08-04-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se pela passagem do 1º aniversário da administração Saul Raiz frente à Prefeitura Municipal de Curitiba.
- 26-05-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários às medidas tomadas visando a proteção de escolares nas vias públicas de nossa Capital.
- 10-06-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a indústria pesqueira em nosso País.
- 14-06-76 – Ocupa a tribuna para enaltecer o trabalho que vem sendo desenvolvido pela Academia Evangélica de Letras em prol de nossa cultura.

DISCURSOS DO DEPUTADO EGON PUDELL

Dia: Súmula:

- 12-04-76 – Ocupa a tribuna para agradecer ao Sr. Governador do Estado pela sua visita ao município de Toledo, região que o mesmo representa nesta Casa de Leis.

DISCURSOS DO DEPUTADO ERNESTO DAL'OGGIO

Dia: Súmula:

- 27-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a presença do Governador do Estado no município de Palotina e que o mesmo promoveu verdadeiro comício político arenista.

DISCURSOS DO DEPUTADO EDILSON ALENCAR

Dias: Súmula:

- 29-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Governo do Estado pela crítica situação em que se encontram milhares de pequenos trabalhadores rurais pela falta de assistência social.
- 03-05-76 – Ocupa a tribuna para trazer à Casa reclamação da população da região oeste paranaense sobre a programação de TV naquela região.

DISCURSOS DO DEPUTADO FIDELCINO TOLENTINO

Dias: Súmula:

- 10-03-76 – Ocupa a tribuna para apresentar sua satisfação pela atitude tomada pelo Governo do Estado com relação a assunto que especifica.
- 12-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a falta de leite em nossa Capital.
- 15-03-76 – Ocupa a tribuna para solicitar ao Sr. Sec. de Segurança Pública, para que o mesmo mande construir uma cadeia no Distrito de Santa Terezinha, município de Foz do Iguaçu.
- 16-03-76 – Ocupa a tribuna para solicitar a instalação da rede telefônica nos municípios de Leônidas Marques e Catanduvas.
- 18-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a majoração do imposto predial em nossa Capital.
- 19-03-76 – Ocupa a tribuna para solicitar o asfaltamento do trecho que liga Bandeirantes à Fonte Hidromineral de águas Termais Yara.
- 26-03-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre mensagem governamental e que versa sobre pagamento de gratificação aos funcionários do Estado.
- 05-04-76 – Ocupa a tribuna para agradecer à Sunab, pela solução do abastecimento do leite em nossa capital, e tece outros comentários.
- 13-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação econômica-financeira do nosso País.
- 29-04-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação política de nosso País.
- 19-05-76 – Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a regulamentação dos programas políticos em Rádio e Televisão, para as próximas eleições.
- 10-06-76 – Ocupa a tribuna para criticar o pronunciamento feito pelo Deputado Álvaro do Vale, quando proferiu palestra em nossa Capital e consideradas ofensivas ao MDB.
- 29-06-76 – Ocupa a tribuna para discorrer sobre as solenidades que marcaram a primeira formação de bacharéis em licenciatura plena na cidade de Cascavel.

DISCURSOS DO DEPUTADO FABIANO B. CORTES

Dias: Súmula:

- 30-03-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Domício Scaramella, pelo seu pronto restabelecimento e tece outros comentários.
- 07-04-76 – Ocupa a tribuna para congratular-se com a Sec. de Agricultura do nosso Estado, pela instalação que se fará aqui do Centro Nacional de Pesquisas Florestais.

DISCURSOS DO DEPUTADO GILBERTO CARVALHO

Dias: Súmula:

- 10-03-76 – Ocupa a tribuna para comunicar seu apoio à candidatura do Vereador Antonio Carcenário a Vice-Prefeito do Município de Jandaia do Sul e tece outros comentários.
- 30-03-76 – Ocupa a tribuna para prestar esclarecimentos com relação ao pronunciamento do Sr. Luiz Carlos Zuk,

no que se refere aos convênios realizados pelo Sr. Governador aos convênios.

- 13-04-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Sec. da Justiça pela implantação da reforma do Sistema Penitenciário em nosso Estado.
- 11-05-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a posição privilegiada que se encontra o nosso País financeiramente, em relação aos outros países do mundo.
- 22-06-76 — Ocupa a tribuna para refutar críticas dirigidas ao Sr. Governador do Estado pelo Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.
- 29-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer críticas ao Sr. José D. Scarpelini, que vem atacando indiscriminadamente o Prefeito da cidade de Apucarana.

DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL SAMPAIO

Dias: Súmula:

- 07-04-76 — Ocupa a tribuna para registrar sua satisfação pela inauguração pela Copel, da segunda subestação de energia elétrica na cidade de Maringá.
- 08-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre proposição apresentada pelo Sr. Deputado Federal, Sr. Pedro Lauro, e que versa sobre a possibilidade da anexação da Guiana Francesa ao nosso território.
- 19-05-76 — Ocupa a tribuna para dizer da necessidade da federalização das Universidades que especifica.
- 03-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento feito na Câmara Federal pelo Sr. Petrônio Vilela, e que versava sobre o custo de vida em nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO GABRIEL MANOEL

Dias: Súmula:

- 08-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre fatos ocorridos em Santana do Itararé, quando autoridades policiais, na denominada "Operação Arrastão", cometeram arbitrariedades.
- 15-03-76 — Ocupa a tribuna para apelar ao Sr. Cândido M. Martins Oliveira, para que reconsidere seu pedido de renúncia ao cargo de Secretário Geral da Arena, no Paraná.
- 16-03-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Gastão de Abreu Pires, pela sua eleição ao cargo de Provedor da Santa Casa de Misericórdia.
- 17-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre entrevista concedida pelo Vereador Narciso Scarini, criticando a administração do Sr. Prefeito de Cambará.
- 05-04-76 — Ocupa a tribuna para se congratular com o Governo Estadual e Federal pela garantia dada aos preços mínimos do soja e do arroz ao agricultor brasileiro,
- 07-04-76 — Ocupa a tribuna para enaltecer os trabalhos que vêm sendo realizados pela Sanepar tendo à frente da sua administração o Dr. Cláudio Araújo.
- 19-04-76 — Ocupa a tribuna para dar conhecimento do sucesso da Feira Agro-Industrial do município de Santo Antonio da Platina e tece outros comentários.
- 22-04-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem, em data de amanhã, de mais um aniversário da criação do município de Piraí do Sul.
- 26-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o VII Congresso de Assembléias Legislativas, realizado na cidade de Ouro Preto.
- 03-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a inclusão de diversos municípios de sua região no programa de construção de quadras de esportes,

através da Fundepar.

- 10-05-76 — Ocupa a tribuna para cumprimentar o Sr. Deputado Federal Antônio Anibelli, pela sua atuação com referência ao desarmamento dos guardas de trânsito nas regiões centrais do País.
- 13-05-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a passagem, nesta data, do Dia da Libertação dos Escravos, no Brasil.
- 20-05-76 — Ocupa a tribuna para fazer um convite aos Srs. Deputados para a inauguração da Estrada Santo Antonio da Platina — Ibaiti.
- 31-05-76 — Ocupa a tribuna para solicitar à Comissão Executiva deste Poder, que envide esforços para que seja feita com a maior brevidade possível, a reestruturação do quadro dos funcionários deste Poder.
- 02-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado no jornal 'Gazeta do Povo', de nossa Capital, e que versa sobre a realização de inúmeras obras rodoviárias em nosso Estado.
- 22-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre denúncia formulada contra o Prefeito do Município de Cambará.

DISCURSOS DO DEPUTADO HÉLIO MANFRINATO

Dia: Súmula:

- 20-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração do município de Cianorte, e tece outras considerações.

DISCURSOS DO DEPUTADO IVO THOMAZONI

Dias: Súmula:

- 10-03-76 — Ocupa a tribuna para informar à Casa que os Srs. Sec. de Educação e dos Recursos Humanos se prontificaram a virem a esta Casa para prestarem esclarecimentos sobre a aplicação do Decreto 1495, e tece outros comentários.
- 15-03-76 — Ocupa a tribuna para parabenizar-se com o Governo do Sr. Jayme Canet, pela passagem do primeiro aniversário de sua administração, e tece outros comentários.
- 17-03-76 — Ocupa a tribuna para convidar os Srs. Deputados para as solenidades de entrega dos troféus aos ganhadores do Concurso de Contos que terá lugar no Palácio do Governo.
- 18-03-76 — Ocupa a tribuna para dar a posição do Governo do Estado com respeito às publicações em órgãos de imprensa que dirigem críticas ao Sr. Governador com respeito a atitudes restritivas às rádios e tvs. pertencentes ao Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador de nosso Estado.
- 25-03-76 — Ocupa a tribuna para rebater as críticas feitas em sessão anterior pelo Sr. Líder do MDB, contra o Governo e a ARENA.
- 01-04-76 — Ocupa a tribuna para esclarecer aos Srs. Deputados do MDB sobre matéria discutida em sessão anterior.
- 09-04-76 — Ocupa a tribuna para ler e dar conhecimento à Casa de nota oficial expedida pelo Diretório Regional da ARENA e tece outros comentários.
- 29-04-76 — Ocupa a tribuna para, em explicação pessoal, tecer comentários sobre incêndio que destruiu a Prefeitura Municipal de Medianeira.
- 10-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cobrança das custas dos registros das cédulas rurais.
- 29-06-76 — Ocupa a tribuna para protestar contra as acusações que lhe são imputadas por parlamentares desta Casa e pela imprensa do nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO JAYME R. CARVALHO

Dia: Súmula:

25-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a atual situação política em nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO JOÃO CIONI NETTO

Dia: Súmula:

05-04-76 — Ocupa a tribuna para esclarecer sobre interpretação dada pela imprensa à Lei Complementar 5, de 8.1.76 e tece outros comentários.

DISCURSOS DO DEPUTADO JURANDIR MESSIAS

Dia: Súmula:

11-03-76 — Ocupa a tribuna para apresentar sua satisfação pela atitude do Sr. Sec. dos Transportes, em disciplinar a concorrência para empreiteiros de obras rodoviárias em nosso Estado.

10-05-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o Governo do Estado, pela realização de convênio com a Telepar para instalação de telefones nas regiões que especifica.

20-05-76 — Ocupa a tribuna para agradecer a inauguração pela Copel, de rede de energia elétrica no município de Pitanga.

15-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a possibilidade de produção de borracha em nosso País.

DISCURSOS DO DEPUTADO JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

Dia: Súmula:

17-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração do Prefeito Municipal de Apucarana.

01-04-76 — Ocupa a tribuna para protestar contra atitude tomada pelo Banco Central do Brasil, com sede em Apucarana.

06-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a Revolução de 1964, com relação à criação dos partidos políticos na atual conjuntura.

18-06-76 — Ocupa a tribuna para solicitar mais atenção do Governo do Estado no atendimento das necessidades do município de Apucarana.

DISCURSOS DO DEPUTADO LINEU TURRA

Dias: Súmula:

26-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o encerramento do VII Congresso Brasileiro de Assembleias Legislativas.

04-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre ofício dirigido ao Sr. Sec. dos Transportes, que solicitava informações da dita Secretaria.

DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ R. SOARES

Dia: Súmula:

06-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a criação da nossa primeira carta constituinte do País, pois nesta ocasião se comemora o seu 150 anos de criação do Poder Legislativo.

DISCURSOS DO DEPUTADO LÚCIO MACHADO

Dias: Súmula:

18-03-76 — Ocupa a tribuna para solicitar esclarecimentos sobre arquivamento de projeto de sua autoria feito pelo relator da Comissão que especifica.

19-03-76 — Ocupa a tribuna para dizer da situação do MDB na

região que o mesmo é representante.

24-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a administração municipal em nosso Estado, particularmente no Município de Cambará.

24-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a maneira de conduta política do Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do nosso Estado.

05-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os últimos acontecimentos políticos e que envolveram o Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado.

26-03-76 — Ocupa a tribuna para manifestar seu repúdio ao Sr. Prefeito Municipal de Wenceslau Braz, e tece outros comentários.

01-04-76 — Ocupa a tribuna para rebater críticas que lhe dirigiu o jornal 'O Estado do Paraná'.

07-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre artigo publicado pela "Gazeta do Povo", edição de hoje, sob o título 'O PSD e a Procura de um Gato Preto'.

26-04-76 — Ocupa a tribuna para denunciar perseguição que vem sofrendo o Sr. Norisval M. Ferreira e sua esposa por parte do Prefeito de Ribeirão do Pinhal.

27-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer críticas quanto ao método adotado pelo Funrural, na aposentadoria dos homens do campo.

29-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a exigência da feitura de novo exame de vistas para motoristas amadores e profissionais.

03-05-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre a atual situação do custo de vida em nosso País.

06-05-76 — Ocupa a tribuna para criticar o abuso que vem sendo cometido pelos torrefadores de café.

27-05-76 — Ocupa a tribuna para solicitar à Comissão Executiva deste Poder, a reestruturação do Quadro dos Funcionários deste Poder. Finalizando, tece críticas ao Governo Federal por não conter o aumento do custo de vida em nosso País.

02-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o custo de vida em nosso País.

16-06-76 — Ocupa a tribuna para criticar a atuação da Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Ponta Grossa, pelos motivos que especifica.

22-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cobrança de preços abusivos nas garagens de nossa Capital.

34-06-76 — Ocupa a tribuna para ler abaixo-assinado dos funcionários deste Poder, reclamando do péssimo serviço de restaurante desta Casa.

28-06-76 — Ocupa a tribuna para denunciar a perseguição que vêm sofrendo os operários das fábricas de papel do município de Arapoti, por parte dos seus proprietários.

DISCURSOS DO DEPUTADO LUIZ CARLOS ZUK

Dias: Súmula:

04-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer críticas à Sec. de Educação e Cultura e ao Governo do Estado pela criação do Dec. 1495 e tece outros comentários.

11-03-76 — Ocupa a tribuna para apresentar suas congratulações à brilhante administração do Prefeito Municipal de Guarapuava.

16-03-76 — Ocupa a tribuna pedindo providências do Executivo Municipal, no tocante à segurança dos pequenos escolares desta Capital com relação ao trânsito.

17-03-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o Sr. Presidente da República com relação à Lei que amplia a idade limite nos concursos para preenchimento de cargos da Administração Federal e tece outros comentários.

- 18-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários e se declarar favoravelmente à posição tomada pelo Sr. ex-Governador Paulo Pimentel, com relação às restrições às empresas que o Sr. Pimentel dirige, restrições estas feitas pelo Governo do Sr. Jayme Canet Jr.
- 25-03-76 — Ocupa a tribuna para fazer um apelo às autoridades competentes para que ofereçam melhores condições de habitação aos mutuários do BNH, do Plano Popular.
- 30-03-76 — Ocupa a tribuna para apelar ao Sr. Governador do Estado, a favor da região dos Campos Gerais, com relação à Educação.
- 06-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre pronunciamento do Sr. Quielse Crisóstomo, em sessão anterior e que atribuía à bancada do MDB uma posição contrária aos interesses da Nação.
- 27-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cassação de que foram alvos políticos da cidade de Palmeira das Missões.
- 28-04-76 — Ocupa a tribuna para solicitar do Governo do Estado melhores atenções no setor de segurança contra incêndios.
- 06-05-76 — Ocupa a tribuna para solicitar do Governo do Estado para que sejam dadas melhores condições de escoamento da produção agrícola de sua região, melhorando as estradas que especifica.
- 19-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o problema do leite em nossa Capital.
- 21-05-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com diversas autoridades pela normalização de linha aérea entre Curitiba - Londrina e Maringá.
- 28-05-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com a presença, hoje nesta Casa, da Delegação de Parlamentares da Europa que visitam nosso Estado.
- 02-06-76 — Ocupa a tribuna para solicitar a restauração da estrada que liga Curitiba à cidade de Ponta Grossa.
- 09-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o abastecimento de água na cidade de Ponta Grossa.

DISCURSOS DO DEPUTADO MUGGIATI FILHO

- Dias: Súmula:
- 26-03-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre o Projeto de Resolução 62/73, que trata do Regimento Interno desta Casa.
 - 27-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer críticas aos atuais problemas políticos em que estamos vivendo.
 - 10-06-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cobrança das custas do registro das cédulas rurais.

DISCURSOS DO DEPUTADO MAURÍCIO FRUET

- Dias: Súmula:
- 18-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre como ocorreu a eleição do Líder do MDB da Câmara do Estado de São Paulo.
 - 04-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer críticas aos paulistas que vêm transformando em área litigiosa, a divisa do nosso Estado com o Estado de São Paulo, na região que especifica.

DISCURSOS DO DEPUTADO NELSON BUFFARA

- Dias: Súmula:
- 10-03-76 — Ocupa a tribuna para agradecer as manifestações de pesar pelo falecimento do ex-Deputado Federal Miguel Buffara, irmão do orador.
 - 15-03-76 — Ocupa a tribuna para solicitar providências do Go-

verno do Estado, no sentido de prestar melhor atendimento à Praia de Caiobá.

- 06-04-76 — Ocupa a tribuna para contestar afirmativas do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini.
- 22-04-76 — Ocupa a tribuna para solicitar ao Sr. Governador do Estado melhora nos vencimentos dos funcionários do Estado.
- 06-04-76 — Ocupa a tribuna para contestar afirmativas do Sr. Deputado José Domingos Scarpelini, no tocante às críticas e acusações dirigidas a Deputados integrantes do MDB.
- 12-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a falta de aparelhamento eficiente do Corpo de Bombeiros da cidade de Paranaguá.
- 12-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a situação em que se encontram os indultados no último Natal pelos motivos que justifica.
- 13-05-76 — Ocupa a tribuna para voltar a comentar sobre a situação dos presidiários indultados no último Natal.
- 29-06-76 — Ocupa a tribuna para agradecer ao Sr. Prefeito de Curitiba, pelas providências tomadas com relação ao trânsito de nossa Capital.

DISCURSOS DO DEPUTADO NILSO SQUAREZI

- Dias: Súmula:
- 10-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre editorial publicado no jornal 'O Estado de São Paulo', sob o título 'MDB viaja com Geisel a Paris e Londres'.
 - 18-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre as expropriações de terras na Usina de Salto Osório.
 - 01-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a proibição da apresentação do Ballet Bolshoi, em nossas Tvs.
 - 01-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a nossa atual situação política nacional.
 - 31-05-76 — Ocupa a tribuna para dar conhecimento à Casa do pronunciamento da candidata a Vereadora em nossa Capital, Neide Desvelo Lima.
 - 29-06-76 — Ocupa a tribuna para enaltecer o regime político de Portugal e as suas recentes eleições diretas.

DISCURSOS DO DEPUTADO OTÁSSIO PEREIRA

- Dia: Súmula:
- 30-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o novo índice do salário mínimo decretado pelo Sr. Presidente da República.

DISCURSOS DO DEPUTADO OSVALDO MACEDO

- Dias: Súmula:
- 11-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o Decreto Lei 1495 e que se refere ao Magistério Público.
 - 24-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários em torno da crise política em que foi envolvido o Sr. Paulo Pimentel, ex-Governador do Estado do Paraná.
 - 30-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a cassação de políticos do Rio Grande do Sul.
 - 08-04-76 — Ocupa a tribuna para voltar a tecer críticas quanto à cassação de Deputados Federais do seu Partido.
 - 27-04-76 — Ocupa a tribuna para solicitar informações à Sec. de Educação e Cultura com relação ao Grupo Escolar Hosken de Novaes, da cidade de Londrina.
 - 29-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre padronização dos salários dos trabalhadores e concessão de férias de 30 dias.
 - 19-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os

programas políticos dos candidatos às próximas eleições em nosso Estado.

DISCURSOS DO DEPUTADO QUIELSE CRISÓSTOMO

Dias: Súmula:

- 12-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o abastecimento do leite em nossa Capital.
- 15-03-76 — Ocupa a tribuna para congratular-se com o centésimo trigésimo aniversário de fundação do Colégio Estadual do Paraná.
- 08-06-76 — Ocupa a tribuna para relatar viagem que empreendeu à Brasília, e ressaltar do bom atendimento recebido por parte dos Srs. Ministros de Minas e Energia, dos Transportes, da Indústria e da Educação.
- 18-06-76 — Ocupa a tribuna para discorrer sobre viagem que empreendeu à cidade de Icaraima, onde se realizou o 1.º Congresso Arenista.

DISCURSOS DO DEPUTADO ROSÁRIO PITELLI

Dia: Súmula:

- 15-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a passagem do primeiro aniversário do Governo Jayme Canet Jr.
- 13-04-76 — Ocupa a tribuna para prestar esclarecimentos sobre as declarações maldosas prestadas pelo Sr. Prefeito de Cornélio Procopio.
- 22-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a data de hoje e que culminaram com o descobrimento do Brasil.
- 19-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre os indultados do último Natal.
- 28-06-76 — Ocupa a tribuna para solicitar ao Governo do Estado total apoio na problemática da comercialização do Soja.

DISCURSOS DO DEPUTADO TRAJANO BASTOS

Dia: Súmula:

- 02-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a Revolução de 1964 e tece outros comentários.

DISCURSOS DO DEPUTADO VALTER PIETRÂNGELO

Dias: Súmula:

- 01-04-76 — Ocupa a tribuna para refutar os pronunciamentos feitos na sessão de ontem pelo Deputado Ivo Thomazoni, contra sua pessoa, pelos motivos que especifica.
- 03-05-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a realização em nossa Capital do 16.º Congresso Nacional de Jornalistas Profissionais.

DISCURSOS DO DEPUTADO WERNER WANDERER

Dias: Súmula:

- 23-03-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre a visita que fez o Sr. Presidente da República no Município de Cândido Rondon.
- 28-06-76 — Ocupa a tribuna para relatar à Casa viagem que fez à Brasília e seus resultados.

DISCURSOS DO DEPUTADO WALDENÍCIO BARBALHO

Dias: Súmula:

- 29-04-76 — Ocupa a tribuna para tecer comentários sobre o afastamento do Prefeito Municipal de Maria Helena.

- 23-06-76 — Ocupa a tribuna para fazer uma análise de nossa política e dos movimentos e transformações que a mesma vem sofrendo até os nossos dias.

ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

PORTARIAS BAIXADAS PELO SENHOR DIRETOR GERAL

N.ºs Súmula:

- 001-76 — Concedendo férias coletivas aos funcionários deste Poder, conforme especifica, e referente ao ano de 1975.
- 002-76 — Concedendo férias coletivas aos funcionários contratados deste Poder, conforme especifica.
- 003-76 — Concedendo ao funcionário deste Poder, José O. A. Garcia, referente ao ano de 1975, 30 dias.
- 003-65 — Concedendo a Marlene P. Gonçalves, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 005-76 — Autorizando a funcionária Leticia Domênica Gianello Gnoato, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 006-76 — Concedendo a Joana Maciel Farias, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 007-76 — Concedendo a Floripes Alves Boschi, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 008-76 — Transferindo as férias concedidas a Dirceu Silva, funcionário deste Poder, conforme especifica.
- 009-76 — Revogando a Portaria n.º 673/75, de 29 de dezembro de 1975, na parte que especifica.
- 010-76 — Prorrogando por tempo indeterminado as Portarias 288/75, 373/75 e 666/75.
- 011-76 — Prorrogando por prazo indeterminado a Portaria N.º 39575, de 22 de julho de 1975.
- 012-76 — Concedendo a Arlete B. Zebalos, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 013-76 — Concedendo à funcionária Maria I.C. Fagundes, férias referentes ao ano de 1975.
- 014-76 — Constituindo Comissão Especial com a finalidade de reestruturar as fichas funcionais do DFCEP, conforme especifica.
- 015-76 — Designando a funcionária Regina Cely de Campos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento de Divulgação Legislativa e Relações Públicas deste Poder.
- 016-76 — Designando Dionísio Paula Cavalheiro, funcionário à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.
- 017-76 — Transferindo as férias concedidas ao funcionário Alceu Ramos, da Secretaria deste Poder.
- 018-76 — Concedendo a Edgar S. Buquera, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1974.
- 019-76 — Concedendo a Saint'Cyr de Oliveira Rocha, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 020-76 — Concedendo a Genir dos Santos Fernandes, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1974.
- 021-76 — Concedendo a Lelington L. Franco, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 022-76 — Designando Jorge Bembnowski, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.
- 023-76 — Designando José Afonso Baraúna Moreira, ora à dis-

- posição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência deste Poder.
- 024-76 — Autorizando Madalena M. Lima, funcionária deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 025-76 — Autorizando Antonio Carlos I. Cunha, funcionário deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 031-76 — Designando os funcionários ora à disposição deste Poder, para prestarem serviço junto aos Gabinetes da Secretaria deste Poder.
- 032-76 — Designando os funcionários que especifica, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviço junto ao Gabinete da Liderança do MDB.
- 033-76 — Designando Antonio Carlos Duarte, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder.
- 034-76 — Designando Antonio M. Sávio, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do MDB.
- 035-76 — Designando Antonio Luiz Q. Machado, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 3ª Secretaria deste Poder.
- 036-76 — Designando Albary Pedroso, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Vice-Presidência desta Casa.
- 037-76 — Designando Alberto Miguel, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria.
- 038-76 — Designando Anibal Assunção, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no D.L. desta Secretaria.
- 039-76 — Designando Azelia L. Brandini, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Biblioteca deste Poder.
- 040-76 — Designando Acarmem C.C. Roquejani, ora à disposição deste Poder, para prestar serviço no Gabinete da Liderança da Arena.
- 041-76 — Designando Dilce T. Oliveira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena.
- 042-76 — Designando Dilma A. L. Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.
- 043-76 — Designando Emilio T. Lima, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria desta Casa.
- 044-76 — Designando Eneudar F. P. Nunes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no D.A.
- 045-76 — Designando Elmira L. B. Montecelli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na liderança da Arena.
- 046-76 — Designando Geralda M. Saldanha, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do M.D.B.
- 047-76 — Designando Glacy A. Oliveira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do D.A.
- 048-76 — Designando Hamilton Marcondes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência desta Casa.
- 049-76 — Designando Henrique C. Mello, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder.
- 050-76 — Designando Helena Gonçalves, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.
- 051-76 — Designando João M. Freitas, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no D.A. desta Casa.
- 052-76 — Designando Joana B.B.E. Santo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Li-
- derança do M.D.B.
- 053-76 — Designando Julcimara R. Costa, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Departamento Administrativo deste Poder.
- 054-76 — Designando Julieta S. Ramos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do M.D.B.
- 055-76 — Designando Juarez Tiletto, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.
- 056-76 — Designando Laudiceia R. Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do Serviço de Cerimonial desta Casa.
- 057-76 — Designando Lázaro C. Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Assistência Social deste Poder.
- 058-76 — Designando Leônidas R. Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência desta Casa.
- 059-76 — Designando Lyrio Toneti, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 060-76 — Designando Lizete Bitencourt, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.
- 061-76 — Designando Letícia D.G. Gnoato, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança do M.D.B.
- 062-76 — Designando Manoel Dias, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria desta Casa.
- 063-76 — Designando Manoel P.S. Lima, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Assistência Judiciária.
- 064-76 — Designando Marise C. Pinto, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do M.D.B.
- 065-76 — Designando Mary O. L. Petit, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 066-76 — Designando Maria D. Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 067-76 — Designando Maria M. B. Brusamolín, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do M.D.B.
- 068-76 — Designando Maria F.R. Cunha, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.
- 069-76 — Designando Maria A.W. Pauluk, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança do M.D.B.
- 070-76 — Designando Marli A. Polli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.
- 071-76 — Designando Neila Milani, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 072-76 — Designando Nilce A.P. Milani, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder.
- 073-76 — Designando Otávio G. Castelan, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria deste Poder.
- 074-76 — Designando Orlando Ferreira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete de Assistência Social desta Casa.
- 075-76 — Designando Pedro Dissenha, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Administrativo.
- 076-76 — Designando Robertini V. Baglioli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no D.A.
- 077-76 — Designando Ruberval F. Silva, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Diretoria Geral deste Poder.
- 078-76 — Designando Sebastião C. Santos, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria.
- 079-76 — Designando Silvete L.G. Boeing, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.

- 80-76 — Designando Szczepan Ilnicki, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no gabinete do Serviço de Oficina e Manutenção.
- 081-76 — Designando Vilson S. Natal, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência.
- 082-76 — Designando Waldomiro Camargo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviço no Gabinete da Liderança da Arena.
- 083-76 — Designando os funcionários que especifica, ora à disposição deste Poder, para prestarem serviços junto ao Gabinete da Liderança da Arena e dá outras providências.
- 084-76 — Designando Ieda V. Hudziak ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena, nesta Casa de Leis.
- 085-76 — Autorizando a Beatriz S. Prado, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete do M.D.B.
- 086-76 — Concedendo a Nelson E. Marques, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 087-76 — Revogando a Portaria nº 235/75 de 05-05-75, conforme especifica.
- 088-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Solon F. Rodrigues, funcionário deste Poder, conforme especifica.
- 089-76 — Concedendo a Genir S. Fernandes, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 090-76 — Antecipando as férias concedidas pela Portaria 01/76 a Francisca S. Cavaleiro, funcionária deste Poder.
- 091-76 — Revogando a Portaria nº 20/76, na parte que especifica.
- 092-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Ernesto Gomes Cordeiro, da Secretaria deste Poder.
- 093-76 — Designando Terezinha Casagrande, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Departamento Legislativo deste Poder.
- 094-76 — Determinando a validade da Portaria 383/75, de 18/07/75, como especifica.
- 095-76 — Antecipando as férias concedidas a Hilza S. Lopes, funcionária da Secretaria deste Poder, conforme especifica.
- 096-76 — Concedendo a Juvenal Javorski, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 097-76 — Revogando a Portaria nº 83/76, na parte que especifica e dá outras providências.
- 098-76 — Retificando o Art. 1º da Portaria nº 60/76, na parte que especifica.
- 099-76 — Concedendo a Rosalina P. Santin, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 100-76 — Designando Wilson O. Piovesan, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 101-76 — Concedendo a Alice Rosário Antunes, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 102-76 — Designando Angelina Maria P.S.P. Câmara, para prestar serviços na Liderança da Arena.
- 103-76 — Autorizando Maria N.B. Stival, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários conforme especifica.
- 104-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Albert S. Assef, funcionário deste Poder.
- 105-76 — Autorizando a Orlando Nadalin, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 106-76 — Antecipando as férias concedidas a Celso M. Santos, funcionário deste Poder, conforme especifica.
- 107-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Severo O. S. Maior, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 108-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Solon F. Rodrigues, funcionário deste Poder.
- 109-76 — Concedendo a Lúcia M. Veiga, funcionária da Secretaria deste Poder, 8 dias de licença para casamento.
- 110-76 — Autorizando a funcionária Generosa Maistro, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 111-76 — Autorizando o funcionário Dionísio P. Cavaleiro, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 112-76 — Designando a funcionária Andira C. Nogueira, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria desta Casa.
- 113-76 — Revogando a Portaria nº 622/75, de 18 de novembro de 1975, conforme especifica.
- 114-76 — Designando a funcionária Marline S. Macedo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Arena.
- 115-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, dos funcionários que especifica.
- 116-76 — Concedendo a Waldemar Roda, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 117-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 118-76 — Revogando a Portaria nº 100/76, conforme especifica.
- 119-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários que especifica da Secretaria deste Poder.
- 120-76 — Antecipando as férias concedidas pela Portaria 01/76, à funcionária deste Poder, Inez L. Leniowski.
- 121-76 — Concedendo a Salomão S. Andrade, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 122-76 — Concedendo a Miguel J. Nassar Netto, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 123-76 — Autorizando Maria F. R. Cunha, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 124-76 — Revogando a Portaria nº 13/76, de 07 de janeiro de 1976.
- 125-76 — Antecipando as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, à funcionária deste Poder, Ducília P. Santos.
- 126-76 — Concedendo a Lady Cunha, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 127-76 — Antecipando as férias concedidas pela Portaria 01/76 a Heitor G.A. Valente, funcionário deste Poder.
- 128-76 — Concedendo a Izabel Freitas, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 129-76 — Autorizando a Angelina M.P.S.M. Câmara, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 130-76 — Concedendo a Rute S. Lopes, funcionária da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 131-76 — Designando o funcionário Loizel R. Bitencourt, para compor Comissão Especial instituída pela Portaria 14/76, de 08 de janeiro de 1976.
- 132-76 — Designando a funcionário Leony Grando, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no D.A.
- 133-76 — Designando a funcionária Yeda B.A. Mendonça, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços na Li-

- p>derança da Arena.
- 134-76 — Autorizando a funcionária Yeda B.A. Mendonça, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 135-76 — Designando o funcionário Ronal W. Borchard, ora à disposição deste Poder, a prestar serviço no Serviço de Segurança desta Casa de Leis.
- 136-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Jorge Kudry, funcionário deste Poder.
- 137-76 — Concedendo a Hilda G. Arguello, funcionária da Secretaria deste Poder, licença para tratamento de Saúde.
- 138-76 — Concedendo a João A. Clele, funcionário da Secretaria deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 139-76 — Concedendo a Honória Cordeiro, funcionária deste Poder, 6 dias de licença para tratamento de saúde.
- 140-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, ao funcionário deste Poder, Luiz C.C. Grossireferentes ao ano de 1975.
- 141-76 — Concedendo a Paulo S. Filho, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 142-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Paulo Souza Filho, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 143-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas pela Portaria 01/76, a Lázaro da Silva, funcionário deste Poder.
- 144-76 — Concedendo a Maria de Lourdes Santos, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 145-76 — Autorizando Elida Daichmann, funcionária deste Poder, a prestar serviços extraordinários, conforme especifica.
- 146-76 — Revogando a Portaria número 274, e dando outras providências.
- 147-76 — Antecipando as férias concedidas a Madona S.S. Loyola, funcionária deste Poder.
- 148-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Luiz F.T. Ribas, funcionário deste Poder.
- 149-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Adilson Vicentini, funcionário deste Poder.
- 150-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 151-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 152-76 — Autorizando ao funcionário Robertini Viana Baglioli, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços extraordinários, como especifica.
- 153-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Glaci Belich, funcionária deste Poder.
- 154-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Raimundo Carlos Capela Pioli, funcionário deste Poder.
- 155-76 — Concedendo a Emilia M. Becker, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 156-76 — Designando os funcionários José da Cunha Gebran, e Laertes L. Foggiatto, para prestarem serviços na C.C.J., conforme especifica.
- 157-76 — Designando os funcionários deste Poder, Fabiano S. Cunha, Celso M. Santos e Lelinton L. Franco, para constituírem Comissão, para os fins que especifica.
- 158-76 — Concedendo a Maria L. Ratzak, funcionária deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1975.
- 159-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a José R. Duarte, funcionário deste Poder.
- 160-76 — Concedendo a Honória Cordeiro, funcionária deste Poder, 30 dias de férias, referentes ao ano de 1975.
- 161-76 — Antecipando as férias concedidas a Júlia Jolinski de Paula, funcionária deste Poder.
- 162-76 — Antecipando as férias concedidas a Salomão de Souza Andrade, funcionário deste Poder.
- 163-76 — Autorizando a funcionária deste Poder, Lúcia M. Veiga, a participar de curso que especifica.
- 164-76 — Designando Marcos L.A. Velozzo, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Presidência deste Poder.
- 165-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nilva M. Moro, funcionária deste Poder.
- 166-76 — Concedendo a Elias Pereira, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes à licença para tratamento de saúde.
- 167-76 — Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Alfredo Presta, funcionário deste Poder.
- 168-76 — Transferindo para época oportuna, as férias concedidas a Saint'Cyr O Rocha, funcionário deste Poder.
- 169-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Nicanor Vasconcellos Souza, funcionário deste Poder.
- 170-76 — Concedendo a Mussa J. Assis, funcionário deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- 171-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Iracy S. Rudnik, funcionária deste Poder.
- 172-76 — Concedendo a Maria N.B. Stival, funcionária deste Poder, 30 dias de licença para os fins que especifica.
- 173-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Silvia P. Granado, funcionária deste Poder.
- 174-76 — Revogando a Portaria nº 57/75, de 12 de março de 1975, na forma que especifica.
- 175-76 — Designando Laertes L. Foggiatto, funcionário deste Poder, para exercer as funções de Secretário da Comissão Especial que especifica.
- 176-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Álvaro Sérgio Maravalhas, funcionário deste Poder.
- 177-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Bolivar Camargo Barros, funcionário deste Poder.
- 178-76 — Designando Sérgio Moacyr Torres Nunes, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Serviço de Segurança.
- 179-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Ruth Camilo Russi, funcionária deste Poder.
- 184-76 — Concedendo a Maria L. Santos, funcionária deste Poder, 60 dias de licença para os fins que especifica.
- 185-76 — Retificando a Portaria nº 17/76, de 19 de janeiro de 1976.
- 186-76 — Designando Celso Ribeiro, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da Liderança da Arena.
- 187-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas aos funcionários deste Poder, que especifica.
- 188-76 — Transferindo para época oportuna as férias concedidas a Maria de Lourdes B. Reque, funcionária deste Poder.
- 189-76 — Revogando a Portaria nº 10/76.
- 190-76 — Designando Silvio Sebastiani, funcionário deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 2ª Secretaria desta Casa.
- 191-76 — Concedendo a Nilva M. Moro, funcionária deste Poder, 30 dias de férias referentes ao ano de 1975.
- DECRETOS LEGISLATIVOS BAIXADOS PELA COMISSÃO EXECUTIVA**
- 001-76 — Retificando o nome de Júlia Julinski de Pula, funcio-

- nária deste Poder, para Júlia Jolinski de Paula.
- 002-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Afonso Coelho, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 003-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Duílio Dias, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 004-76 – Incorporando tempo de serviço que especifica em favor de Norma Bueste Rosário, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 005-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Ivete H. Dranka, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 006-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Juracy José Somnavilla, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 007-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Lindamir Edil Caran, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 008-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Elcy da Silva Batista, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 009-76 – Mandando retificar o Decreto Legislativo nº 272/73, de 12 de abril de 1973 e dá outras providências.
- 010-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Cléa Carneiro Teixeira, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 011-76 – Mandando incorporar para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Olímpio Sotto Maior Macedo, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 012-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Pedro Liberti, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 013-76 – Revogando o item II do Dec. Legislativo nº 628/75, de 02 de setembro de 1975, e dá outras providências.
- 014-76 – Prorrogando até 30 de junho de 1976 a vigência do Decreto Legislativo número 26/75, de 23 de janeiro de 1975.
- 015-76 – Revogando a partir de 31-12-75, todos os Decretos Legislativos que concederam gratificação e vantagens aos funcionários adidos a este Poder, que especifica.
- 016-76 – Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Diva do Valle Cavalcanti, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 017-76 – Concedendo pensão mensal às filhas do ex-Deputado Leovegildo Salles, na forma que especifica.
- 018-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rubens Padilha Mendes, funcionário deste Poder.
- 019-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ernesto Peracetta, funcionário deste Poder.
- 020-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Zeno Paciornik, funcionário deste Poder.
- 021-76 – Retificando o nome da funcionária deste Poder, Marlene Leonardo, para Marlene de Brito Perrone.
- 022-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Flodoaldo Trindade, funcionário deste Poder.
- 023-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton Alves Aranha, funcionário deste Poder.
- 024-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Odahir Cosmos, funcionário deste Poder.
- 025-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Terezinha B.M. Claro, funcionária deste Poder.
- 026-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Abel F. Marchioratto, funcionário deste Poder.
- 027-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Pedro Liberti, funcionário deste Poder.
- 028-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Elcy da Silva Batista, funcionária da Secretaria deste Poder.
- 029-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maurício Gonçalves, funcionário deste Poder.
- 030-76 – Emitindo um Cronograma de desembolso, mediante cotas globais, nos elementos de despesas do Orçamento deste Poder para o corrente ano.
- 031-76 – Atribuindo a Anibal Assunção, ora à disposição deste Poder, a função gratificada que especifica.
- 032-76 – Atribuindo a Albary Pedroso, ora à disposição deste Poder, a função gratificada que especifica.
- 033-76 – Atribuindo a Alberto Miguel e Antonio L.Q. Machado ora à disposição deste Poder, as gratificações que especifica.
- 034-76 – Atribuindo aos funcionários que especifica, ora à disposição deste Poder, as gratificações de função que os mesmos têm direito.
- 035-76 – Atribuindo a Vilson S. Natal, ora à disposição deste Poder, gratificação de função que especifica.
- 036-76 – Atribuindo a Ruberval F. Silva, ora à disposição deste Poder, gratificação de função que especifica.
- 037-76 – Atribuindo a Waldomiro de Camargo, ora à disposição deste Poder, gratificação que especifica.
- 038-76 – Concedendo a Ruben Murilo L. Rego, funcionário deste Poder, licença para tratamento de interesses particulares.
- 039-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Edgar S. Buquera, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 040-76 – Retificando o Decreto Legislativo número 693/75, de 07 de novembro de 1975, na forma que especifica.
- 041-76 – Mandando pagar a Aida R. Pont, viúva do ex-funcionário Mário V. Pont, auxílio a título de Funeral, e dá outras providências.
- 042-76 – Retificando o Decreto Legislativo número 428/67, de 16 de agosto de 1967, na forma que especifica.
- 043-76 – Revogando o Decreto Legislativo número 129/75, de 12 de março de 1975, e dá outras providências.
- 044-76 – Mandando pagar a Alceu Rodrigues, auxílio funeral na forma que especifica.
- 045-76 – Revogando o Decreto Legislativo número 313/75, de 14 de maio de 1975.
- 046-76 – Retificando o Decreto Legislativo número 194/74, de 10 de abril de 1974.
- 047-76 – Concedendo a José Tarquínio Isfer, funcionário deste Poder, reajuste nos seus vencimentos.
- 048-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Arlete B. Zeballos, funcionária deste Poder.
- 049-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Álvaro S. Maravalhas, funcionário deste Poder.
- 050-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Iolanda G. M. Castro, funcionária deste Poder.
- 051-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Manoel Martins de Castro, funcionário deste Poder.
- 052-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Flodoaldo Trindade, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 053-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ruy Ribas de Oliveira, funcionário deste Poder.
- 054-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dirceu G. Cordeiro, funcionário

- rio deste Poder.
- 055-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maurício Gonçalves, funcionário deste Poder.
- 056-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Loizel R. Bitencourt,, funcionário deste Poder.
- 057-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lúcia M. Veiga, funcionária deste Poder.
- 058-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Blumer Bosquilla, funcionário deste Poder.
- 059-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Júlia J. de Paula, funcionária deste Poder.
- 060-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rene V. Garcia, funcionário deste Poder.
- 061-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Blumer Bosquilla, funcionário deste Poder.
- 062-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José O.S.M. Macedo, funcionário deste Poder.
- 063-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sebastião Bueno, funcionário deste Poder.
- 064-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alberto S. Asséf, funcionário deste Poder.
- 065-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria Ignésia Cavallari Fagundes, funcionário da Secretaria deste Poder.
- 066-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José O.A.G. Redondo, funcionário deste Poder.
- 067-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dorival Dalagassa, funcionário deste Poder.
- 068-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Neusa O. Melara, funcionária deste Poder.
- 069-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Leonildo Marchioro, funcionário deste Poder.
- 070-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de João Martins Sobrinho, funcionário deste Poder.
- 071-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio Massuchetto, funcionário deste Poder.
- 072-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Álvaro Sérgio Maravalhas, funcionário deste Poder.
- 073-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Diva do Vale Cavalcanti, funcionária deste Poder.
- 074-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hugo Gabardo, funcionário deste Poder.
- 076-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joana B. da Cunha, funcionária deste Poder.
- 077-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lídia Muchiski, funcionária deste Poder.
- 078-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Glaci Belich, funcionária deste Poder.
- 079-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jonas S. Porto, funcionário deste Poder.
- 080-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Clemetilde D. Bortolon, funcionária deste Poder.
- 081-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jair Dalagassa, funcionário deste Poder.
- 082-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celso A. Castro, funcionário deste Poder.
- 083-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lydia S. Almeida, funcionária deste Poder.
- 084-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hilza S. Lopes, funcionária deste Poder.
- 085-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Josefa K. Levandoski, funcionária deste Poder.
- 086-76 – Retificando o nome do funcionário José Ari Valério para José Ary Valério.
- 087-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Henrique Wojcik.
- 088-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nevercindo R. de Lima, funcionário deste Poder.
- 089-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osvaldo Marques, funcionário deste Poder.
- 090-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lázaro da Silva, funcionário deste Poder.
- 091-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Walter J. Peixer, funcionário deste Poder.
- 092-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Umberto M. Redeschi, funcionário deste Poder.
- 093-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio Ceccon, funcionário deste Poder.
- 094-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Hilário Fregonese, funcionário deste Poder.
- 095-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nelson E. Marques, funcionário deste Poder.
- 096-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Henrique Wojcik, funcionário deste Poder.
- 097-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Mário H. Cruz, funcionário deste Poder.
- 098-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José A. Coelho, funcionário deste Poder.
- 099-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria C. Oliveira, funcionária deste Poder.
- 100-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiz R. Bitencourt, funcionário deste Poder.
- 101-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osvaldo Farias, funcionário

- deste Poder.
- 102-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Irani Carini, funcionária deste Poder.
- 103-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joel N. Hecke, funcionário deste Poder.
- 104-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Celi E. Galiano, funcionária deste Poder.
- 105-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Clarice F. Miranda, funcionária deste Poder.
- 106-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Leonildo Marchioro, funcionário deste Poder.
- 107-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alceu W. Niedzwiedz, funcionário deste Poder.
- 108-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Rosa Filho, funcionário deste Poder.
- 109-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Laertes Luiz Foggiatto, funcionário deste Poder.
- 110-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Manoel A. Filho, funcionário deste Poder.
- 111-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de João M. Sobrinho, funcionário deste Poder.
- 112-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Orlando Moro, funcionário deste Poder.
- 113-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ismar D. Passo, funcionário deste Poder.
- 114-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Madona Sedilha S. Loyola, funcionária deste Poder.
- 115-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José M. Zanardini de Camargo, funcionário deste Poder.
- 116-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton A. Aranha, funcionário deste Poder.
- 117-76 — Retificando o nome da funcionária deste Poder, Eleni Silveira Pavloski, para Eleni Silveira.
- 118-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria Menegusso, funcionária deste Poder.
- 119-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Valdecir Nassar, funcionário deste Poder.
- 120-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Zeno Paciornik, funcionário deste Poder.
- 121-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osmar L. D. Passos, funcionário deste Poder.
- 122-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Roque de Cristo, funcionário deste Poder.
- 123-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Joaquim V. Silva, funcionário deste Poder.
- 124-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiza Z. Viente, funcionária deste Poder.
- 125-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Normando P. Culpi, funcionário deste Poder.
- 126-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Tabajara Martins, funcionário deste Poder.
- 127-76 — Resolvendo que as despesas com taxas de aparelhos telefônicos mantidos nos gabinetes dos Srs. Deputados deverão ser pagas pelos mesmos.
- 128-76 — Fixando os subsídios dos Srs. Deputados nos valores que especifica.
- 129-76 — Resolvendo que a Dotação do item "L" — Administração Deputados, no elemento 3.1.4.0 — Encargos Diversos passa a ter o valor que especifica.
- 130-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Loris Cordeiro de Barros, funcionário deste Poder.
- 131-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Aracy Zeck, funcionária deste Poder.
- 132-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Izolla G. Barrichello, funcionária deste Poder.
- 133-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Francisco O. Bini, funcionário deste Poder.
- 134-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria A. Lima, funcionária deste Poder.
- 135-76 — Promovendo ex-ofício os funcionários deste Poder, que especifica.
- 136-76 — Promovendo ex-ofício os funcionários deste Poder, que especifica.
- 137-76 — Promovendo ex-ofício os funcionários deste Poder, que especifica.
- 138-76 — Concedendo acesso na inicial da Série de Classes de Oficial de Administração, os funcionários deste Poder que especifica.
- 139-76 — Readaptando a funcionária deste Poder, Lindamir Edil Caran, para o nível que especifica.
- 140-76 — Alterando para dois mil cruzeiros a gratificação que especifica.
- 141-76 — Readaptando a funcionária deste Poder, Geni Carneiro, na forma que especifica.
- 142-76 — Readaptando o funcionário deste Poder, Sebastião L. Cardoso, funcionário de Secretaria deste Poder.
- 143-76 — Promovendo ex-ofício por meio de transferência os funcionários deste Poder, que especifica.
- 144-76 — Promovendo os funcionários deste Poder, que especifica.
- 145-76 — Promovendo ex-ofício, por meio de transferência, os funcionários deste Poder, que especifica.
- 146-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Walter A. P. Macedo, funcionário deste Poder.
- 147-76 — Dando novos valores aos subsídios, ajuda de custo e outras vantagens pagas aos Srs. Deputados desta Assembléia Legislativa.
- 148-76 — Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Rosa Filho, funcionário deste Poder.
- 150-76 — Designando os funcionários deste Poder, José Maria Zanardini de Camargo e outros, para constituírem a Comissão de Obras para a construção do Anexo da Assembléia Legislativa do Estado.
- 151-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Herculano Cordeiro, funcio-

- p>
nário deste Poder.
152-76 – Retificando o Decreto Legislativo 147/74, de 27 de março de 1974.
153-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Manoel P. Cangussu, funcionário da Secretaria deste Poder.
154-76 – Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton A. Aranha, funcionário deste Poder.
155-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Jair Dalagassa, funcionário da Secretaria deste Poder.
156-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Hugo Gabbardo, funcionário da Secretaria deste Poder.
157-76 – Mandando incorporar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alfredo Presta, funcionário deste Poder.
158-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Terezinha R. Gluck, funcionária deste Poder.
159-76 – Concedendo a Jacyra M. Bini, funcionária deste Poder, licença especial, como determina.
160-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sofia Kolososki, funcionária da Secretaria deste Poder.
161-76 – Autorizando o Diretor Geral a contratar, sob regime da CLT, funcionário para prestar serviços de Operador junto ao equipamento de processamento de dados do D.F. deste Poder.
162-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Belmiro Martin, funcionário deste Poder.
163-76 – Designando Nevinha M. Cardoso, funcionária deste Poder e Estefano B. Witolski, para prestarem serviços junto ao gabinete da 1ª Vice-Presidência desta Casa.
164-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Marcos Uniga, funcionário deste Poder.
165-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ronaldo L. Linhares, funcionário deste Poder.
166-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiz C. Monteiro, funcionário deste Poder.
167-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Carlos D. Bukoski, funcionário deste Poder.
168-76 – Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Chechelinski, funcionário deste Poder.
169-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Edson C. Oliveira, funcionário deste Poder.
170-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria I. C. Fagundes, funcionária deste Poder.
171-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jonas Zampier, funcionário deste Poder.
172-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lindamir G. Borgonovo, funcionária deste Poder.
173-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Genir dos Santos, funcionária deste Poder.
174-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lélío G. S. Maior, funcionário deste Poder.
175-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Areodiva M. Souza, funcionária deste Poder.
176-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Madalena M. Lima, funcionária deste Poder.
177-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio Leandro, funcionário deste Poder.
178-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Abel Marchiorato, funcionário deste Poder.
179-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ocirema Stamm Belle, funcionária deste Poder.
180-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Armando S. Ivaia, funcionário deste Poder.
181-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Elza C. Camargo, funcionária deste Poder.
182-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Noir Pacheco, funcionário deste Poder.
183-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Eleni Silveira, funcionária deste Poder.
184-76 – Contando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rosi Maria Bandeira de Assis, funcionária deste Poder.
185-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Manuel F. M. Júnior, funcionário deste Poder.
186-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Zeno Paciornik, funcionário deste Poder.
187-76 – Concedendo reajuste nos vencimentos de Esverben G. Plaisant, funcionário deste Poder.
188-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ênio Medeiros, funcionário deste Poder.
189-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ivo Gusso, funcionário deste Poder.
190-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sérgio Zacarias, funcionário deste Poder.
191-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nelita R. Santos, funcionária deste Poder.
192-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Marlene B. Perrone, funcionária deste Poder.
193-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Francisco S. Cavaleiro, funcionário deste Poder.
194-76 – Revogando o Decreto Legislativo número 435/75, de 24 de junho de 1975.
195-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sérgio Antonio Souto, funcionário deste Poder.
196-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Oleni F. Lima, funcionária deste Poder.
197-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jandir Nardin, funcionário deste Poder.
198-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Jorge M. Júnior, funcionário deste Poder.
199-76 – Incorporando, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ernesto Peraceta, funcionário deste Poder.
200-76 – Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo

- de serviço em favor de Paulina S. Simões, funcionária deste Poder.
- 201-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiz D. Ferreira, funcionário deste Poder.
- 202-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José C. Janjão, funcionário deste Poder.
- 203-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ignez de Oliveira, funcionária deste Poder.
- 204-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio Gulbino, funcionário deste Poder.
- 205-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ophir Fabelino de Souza, funcionário deste Poder.
- 206-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Elias Martins, funcionário deste Poder.
- 207-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Noir Pacheco, funcionário deste Poder.
- 208-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lídia Muchinski, funcionária deste Poder.
- 209-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria do Rocio M. Witolaski, funcionária deste Poder.
- 210-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dino Almeida, funcionário deste Poder.
- 211-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Nicanor V. Souza, funcionária deste Poder.
- 212-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Janet da Silva Santos, funcionária deste Poder.
- 213-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José E. B. Witolaski, funcionário deste Poder.
- 214-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Noir Pacheco, funcionário deste Poder.
- 215-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Gabriel Quesada, funcionário deste Poder.
- 216-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Bogdano Karpen, funcionário deste Poder.
- 217-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Acir Vilattore, funcionário deste Poder.
- 218-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ayrton L. Costa, funcionário deste Poder.
- 219-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rosalina P. Santim, funcionária deste Poder.
- 220-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Almir Santos, funcionário deste Poder.
- 221-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Josefa K. Levandoski, funcionária deste Poder.
- 222-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Odir G. Rocha, funcionário deste Poder.
- 223-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alzemiro Artigas, funcionário deste Poder.
- 224-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Luiz Fernando Gotardi, funcionário deste Poder.
- 225-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Osiris de Brito, funcionário deste Poder.
- 226-76 — Designando Gil C. D. Bruel, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 3ª Secretaria desta Casa.
- 227-76 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Ismar D. Passos, funcionário deste Poder.
- 228-76 — Designando Ismar D. Passos, funcionário deste Poder, para substituir o Diretor Geral, durante o seu impedimento, no período que especifica.
- 229-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ione Maria C. Xavier, funcionária deste Poder.
- 230-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Mirian C. T. M. Teixeira, funcionária deste Poder.
- 231-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Sebastião de Cristo, funcionário deste Poder.
- 232-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ruy Ribas de Oliveira, funcionário deste Poder.
- 233-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Eros R. Abdala, funcionário deste Poder.
- 234-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria S. M. A. Gurgel, funcionária deste Poder.
- 235-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Aristeu S. Berger, funcionário deste Poder.
- 236-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Raul Ziprerer, funcionário deste Poder.
- 237-76 — Mandando retificar o nome de Josina Pereira, para Josina Pereira Janjão, funcionária deste Poder.
- 238-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Marciolino S. Cambuhy, funcionário deste Poder.
- 239-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Marlene C. Cristo, funcionária deste Poder.
- 240-76 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Antonio Ceccon, funcionário deste Poder.
- 241-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Walter J. Peixer, funcionário deste Poder.
- 242-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de José Ader, funcionário deste Poder.
- 243-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Isaura Bravos, funcionária deste Poder.
- 244-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Reginaldo X. Bitencourt, funcionário deste Poder.
- 245-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Lilian Mary S. Rebelo, funcionária deste Poder.
- 246-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Dario F. Darif, funcionário deste Poder.

- te Poder.
- 247-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Rute S. Lopes, funcionária deste Poder.
- 248-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Reginaldo Fanckin, funcionário deste Poder.
- 249-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Wilson Ramos, funcionário deste Poder.
- 250-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Zenaide S. Filpo, funcionária deste Poder.
- 251-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Alberto C. Neto, funcionário deste Poder.
- 252-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Maria A. R. G. Amaral, funcionária deste Poder.
- 253-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Ana Rosa B. Viana, funcionária deste Poder.
- 254-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Valter A. Marchiorato, funcionário deste Poder.
- 255-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de May Fair Perine, funcionária deste Poder.
- 256-76 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Ernesto G. Cordeiro, funcionário deste Poder.
- 257-76 — Concedendo reajuste nos vencimentos de Luiza Z. Viante, funcionária deste Poder.
- 258-76 — Mandando contar, para todos os efeitos legais, tempo de serviço em favor de Antonio C. I. Cunha, funcionário deste Poder.
- 259-76 — Dando novo valor à Dotação do Item "1" — Administração Deputados, elemento 3.1.4.0.03 — Encargos Diversos, e dá outras providências.

RELATÓRIOS

Movimento registrado na Secção de Controle e Movimentação de Processos durante o mês de janeiro de 1976, da Divisão de Protocolo Geral deste Poder.

Mensagens	30
Ofícios do Governo	30
Ofícios dos Deputados	17
Requerimentos dos Deputados	13
Ofícios dos Funcionários	104
Requerimentos dos Funcionários	212
Ofícios Diversos	138
Requerimentos Diversos	99
Prestação de Contas	7
Telegramas	3
Ordem Int. Serviço	1
Expediente	1
FEPPA	1
Sinopse	1
Proposta	2
Declaração	1
Carta	1
Despachos lançados no Kardex	3068
Cargas do Protocolo	658
Cargas da Presidência	107
Cargas 1ª Secretaria	328
Cargas da 2ª Secretaria	31
Cargas Diretoria Geral	767
Cargas do D.A.	683
Cargas do D.L.	24

Cargas do D.F.	105
Cargas do G.A.T.	27
Cargas do Departamento Pessoal	301
Cargas Oficina e Manutenção	23
Cargas das Lideranças	6
Cargas do Serviço Médico	1
Cargas da Biblioteca	1
Cargas dos Deputados	1
Cargas Arquivo Geral	1
Cargas do Cerimonial	2
Atendimento Guichê	830
Atendimento Telefone	433

Serviço de Expedição

Ofícios Expedidos pela Presidência	553
Ofícios expedidos pela 1ª Secretaria	163
Ofícios expedidos pela 2ª Secretaria	1260
Ofícios expedidos ao Governador	26
Ofícios expedidos a Diversos	2419
Telegramas	166
Radiogramas	14

Movimentos registrados na Secção de Controle e Movimentação de Processos durante o mês de fevereiro de 1976, da Divisão de Protocolo Geral, deste Poder.

Mensagens	8
Ofícios do Governo	4
Ofícios dos Deputados	16
Requerimentos dos Deputados	5
Ofícios dos Funcionários	86
Requerimentos dos Funcionários	212
Ofícios Diversos	237
Requerimentos Diversos	91
Comissões	4
Telegramas	3
Ordem Int. Serviço	1
FEPPA	4
Proposta	1
Cartas	3
Atestado	1
Despachos Lançados em Kardex	2964
Cargas do Protocolo	676
Cargas da Presidência	31
Cargas da 2ª Vice-Presidência	1
Cargas da 1ª Secretaria	318
Cargas da 2ª Secretaria	60
Cargas Diretoria Geral	807
Cargas do D.A.	389
Cargas do D.L.	103
Cargas do D.F.	129
Cargas do G.A.T.	113
Cargas Departamento Pessoal	323
Cargas Oficina e Manutenção	2
Cargas dos Deputados	1
Cargas das Lideranças	7
Cargas do Cerimonial	1
Cargas do Serviço Médico	1
Cargas da Biblioteca	1
Cargas do Dep. Divulgação e Relações Públicas	1034
Atendimentos Guichê	1034
Atendimentos Telefone	343

Serviço de Expedição

Ofícios Expedidos pela Presidência	361
Ofícios Expedidos pela 1ª Secretaria	58
Ofícios Expedidos pela 2ª Secretaria	8
Ofícios Expedidos ao Governo	26
Ofícios Expedidos Diversos	382
Telegramas	230

Radiogramas	17
Movimento registrado na Secção de Controle e Movimentação de Processos durante o mês de março de 1976.	
Mensagens	14
Projetos de Resolução	42
Projetos de Lei	24
Ofícios do Governo	7
Ofícios dos Senhores Deputados	85
Requerimentos dos Deputados	255
Ofícios dos Funcionários	102
Requerimentos dos Funcionários	231
Ofícios Diversos	104
Requerimentos Diversos	98
Comissões	23
Prestações de Contas	9
Telegramas	5
Ordem Interna de Serviço	6
FEPPA	4
Propostas	2
Cartas	4
Convite	1
Expedientes	7
Laudos Médicos	2
Exposição de Motivos	1
Edital Tomada de Preços	2
Despachos Lançados no Kardex	6404
Cargas do Protocolo	1053
Cargas da Presidência	150
Cargas da 1ª Secretaria	696
Cargas da 2ª Secretaria	84
Cargas Diretoria Geral	1035
Cargas do D.A.	866
Cargas do D.L.	166
Cargas do D.F.	1063
Cargas do G.A.T.	256
Cargas do Departamento Pessoal	443
Cargas Oficina e Manutenção	2
Cargas das Lideranças	4
Cargas dos Deputados	22
Cargas do Cerimonial	4
Cargas do S. Médico	1
Cargas Biblioteca	3
Cargas Dep. Divulgação e Relações Públicas	1
Cargas do S. Contr. Leg.	303
Cargas da Div. O.D. e Autografia	67
Cargas Consultoria Jurídica	1
Cargas Div. Serviços Gerais	5
Cargas Assist. Judiciária	1
Cargas Tesouraria	1
Cargas da Div. de Comissões	176
Atendimentos Guichê	1983
Atendimentos Telefone	708

Serviço de Expedição

Ofícios Expedidos pela Presidência	652
Ofícios Expedidos pela 1ª Secretaria	146
Ofícios Expedidos pela 2ª Secretaria	230
Ofícios Expedidos ao Governador	34
Ofícios Expedidos Diversos	2432
Telegramas	423
Radiogramas	71

BALANCETE:**DEPARTAMENTO FINANCEIRO – CONTADORIA GERAL
BALANCETE DO MÊS DE MAIO DE 1976**

ATIVO	
DISPONÍVEL	3.430.537,39
Tesouraria	3.430.537,39
EXECUÇÃO DA DESPESA	
Venc. e Vantagens Fixas	14.000.656,19
Despesas Variáveis com o P. Civil	7.622.688,91
Material de Consumo	726.406,79
Serviços de Terceiros	3.551.032,79
Encargos Diversos	1.226.465,60
Despesas de Exercícios Anteriores	159.382,30
Subvenções Sociais	3.342.500,00
Inativos	1.686.739,46
Pensionistas	700.976,17
Salário Família	219.445,70
Contribuição de Previdência Social	260.994,32
Equipamentos e Instalações	267.660,85
Material Permanente	125.875,15
Auxílio para Obras Públicas	- 0 -
	33.890.824,23
CONTAS PENDENTES	
Despesas Diferidas	- 0 -
SOMA ATIVO 37.321.361,62	
PASSIVO	
LIBERAÇÃO DA SEC. DAS FINANÇAS	
PESSOAL	
Vencimentos e Vantagens Fixas	15.300.000,00
Despesas Variáveis c/P. Civil	8.670.000,00
Inativos	2.120.000,00
Pensionistas	810.000,00
Salário Família	320.000,00
Contribuição da Previdência Social	380.000,00
	27.600.000,00
OUTRAS DESPESAS DE CUSTEIO	
Material de Consumo	535.000,00
Serviços de Terceiros	2.260.000,00
Encargos Diversos	1.090.000,00
Despesas de Exercícios Anteriores	150.000,00
Subvenções Sociais	1.680.000,00
	5.715.000,00
CAPITAL	
Equipamentos e Instalações	350.000,00
Material Permanente	187.500,00
Auxílio para Obras Públicas	300.000,00
	837.500,00
	34.152.500,00
CREDORES	
Despesas Empenhadas	1.728.752,77
Despesas Processadas	619.643,07
Folhas de Pagamento	28.822,26
Consignações	514.597,21
	2.891.815,31
RESTOS A PAGAR	
Empenhados	224.906,99
Processados – Credores	23.124,12
Processados – Folhas de Pagamento	20.447,82
	268.478,93
CONTAS PENDENTES	
Outras Contas Pendentes	8.567,38
	8.567,38
	3.168.861,62
SOMA PASSIVO 37.321.361,62	

Palácio "19 de Dezembro", em 02 de junho de 1976.

GABRIEL LUIZ FRANCESCHI JUAREZ Q. GONÇALVES
Contador Geral Ch. Divisão de ContabilidadeLUIZ R. BITTENCOURT
Ch. Secção Contabilidade

PORTARIA Nº 427/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

I — revogar a Portaria nº 308/76, de 08 de junho de 1976, que designou o funcionário WILSON DE ARAUJO GOES, ora à disposição deste Poder, a prestar serviços no Gabinete de Cerimonial; e,

II — designar o funcionário acima citado para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, no período compreendido entre 01 de junho a 31 de dezembro de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 07 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 428/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6038, de 02 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

I — revogar o item II, da Portaria nº 331/75, de 23 de junho de 1975, que autorizou o funcionário ALDINAR CORREIA DE FREITAS, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a dezesseis, sessenta e sete por cento, de seus vencimentos, a partir de 01 de julho de 1976; e,

II — autorizar SANTIAGO LOSSO, ocupante do cargo em comissão, símbolo 3-C, de Assessor de Gabinete, com lotação no Gabinete do Deputado Ezequias Losso, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, a partir de 01 de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 08 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 429/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6162, de 07 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

autorizar o funcionário SEBASTIÃO CORDEIRO DOS SANTOS, na conformidade do disposto no Art. 176, inciso I, da Lei nº 6174, de 16 de novembro de 1970, a prestar serviços extraordinários, percebendo gratificação correspondente a cinquenta por cento de seus vencimentos, no período compreendido entre 01 de abril a 31 de maio de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 12 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 430/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

revogar a Portaria nº 427/76, de 07 de julho de 1976, que autorizou WILSON DE ARAUJO GOES, ora à disposição deste Poder, para prestar serviços no Gabinete da 1ª Secretaria, a partir de 08 de julho do corrente ano, ficando, conseqüentemente, revigorada a Portaria número 308/76, de 08 de junho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 13 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral

PORTARIA Nº 440/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6408, de 19 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, aos funcionários NEUSA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula nº 082, ocupante do cargo de nível PL 26 e JOÃO MARIA SERPA, matrícula nº 070, ocupante do cargo de nível PL 29, ambos da Série de Classes de Advogados, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia Legislativa.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 441/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6397, de 19 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder à funcionária AURORA RIBEIRO GONÇALVES, matrícula nº 193, ocupante do cargo de nível PL 15, da Série de Classes de Escriturário, do Grupo Ocupacional Administrativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, trinta (30) dias de férias relativas ao exercício de 1975, a partir de 20 de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 442/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6427, de 19 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

conceder ao funcionário JOSÉ ARY VALÉRIO, matrícula nº 392, ocupante do cargo de nível PL 19, da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, noventa (90) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 03 de julho de 1976.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO — Diretor Geral

PORTARIA Nº 443/76

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o nº 6486, de 21 de julho de 1976, deste Poder,

R E S O L V E :

transferir para época oportuna as férias concedidas pela Portaria nº 01/76, de 05 de janeiro de 1976, aos funcionários abaixo relacionados, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia: AYRTON PRECOMA — Mat. 511 - Of. Legislativo - nível PL 22; LILIAN MARY DOS SANTOS RABELLO — Mat. 437 - Taquígrafo - nível PL 26;

RONALDO BAPTISTA — Mat. 430 - Advogado - nível PL 28; e, SÉRGIO ZACARIAS — Mat. 406 - Of. Administração - nível PL 23.

Gabinete da Diretoria Geral, em 22 de julho de 1976.

(a) JOSÉ MARIA ZANARDINI DE CAMARGO
Diretor Geral